

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAED - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

VANDERLEA BARRETO DO AMARAL

**OS LIMITES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REFORÇO ESCOLAR NAS
ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DA REGIONAL METROPOLITANA VII DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

JUIZ DE FORA
2014

VANDERLEA BARRETO DO AMARAL

**OS LIMITES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REFORÇO ESCOLAR NAS
ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DA REGIONAL METROPOLITANA VII DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada como requisito
parcial à conclusão do Mestrado Profissional
em Gestão e Avaliação da Educação
Pública, da Faculdade de Educação,
Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Câmara dos
Santos

JUIZ DE FORA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

VANDERLEA BARRETO DO AMARAL

**OS LIMITES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REFORÇO ESCOLAR NAS
ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DA REGIONAL METROPOLITANA VII DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional, CAED/FACED; UFJF, aprovada em __/__/__.

Membro da banca - orientador(a)

Membro da banca

Membro da banca

Juiz de Fora, ____de _____ de 2014.

À minha família, com muito amor e carinho, pelo incentivo, compreensão e apoio incansável.

AGRADECIMENTOS

Ao meu mestre da Vida, Daisaku Ikeda, pelos incentivos, treinamentos e orientações para minha Revolução Humana.

À minha mãe, Léa, por me dar forças para cursar e concluir um trabalho tão importante para minha vida profissional.

Aos meus filhos Isabelle e Vinícius, pelo carinho e apoio a mim dedicados.

À Secretaria de Estado de Educação e ao Sr. Secretário, pela oportunidade de cursar esse Mestrado.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, pelo crescimento que me proporcionou.

Ao Professor Orientador Marcelo Câmara, por me mostrar caminhos importantes na pesquisa científica.

Ao carinho e dedicação das assistentes, em especial Luciana Verônica, pela atenção ao meu trabalho.

A todos os professores do Mestrado, pela significativa contribuição em minha formação.

Aos colegas de mestrado, que me acompanharam nos períodos presenciais, em especial à Luciana Gentil, Carla Bertânia, Marcleide Miranda, Maria Ângela Andrade e Graciele Nunes, por tornarem os dias longe da família mais alegres.

A todos da Regional Metropolitana VII, em especial às Diretoras Denise de Oliveira, Denise Cardoso e aos membros da equipe do Reforço Escolar, pelo apoio neste estudo.

Aos meus amigos do Budismo, por todo apoio e ajuda e por me encorajarem a não desistir desta jornada.

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa buscou avaliar os limites da implementação do Programa Reforço Escolar, criado pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, em junho de 2012, nas escolas da Regional Metropolitana VII. O objetivo deste trabalho é identificar e analisar a existência de problemas na sua implementação, além de verificar as causas da falta de adesão ou da adesão parcial das escolas que não o desenvolveram. Tal Projeto visa à diminuição dos índices de reprovação em Matemática e Língua Portuguesa no ensino médio e à elevação dos resultados nas avaliações em larga escala como SAERJ, SAERJINHO, SAEB e PROVA BRASIL. Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário a professores e gestores em duas escolas da Regional em estudo: uma que aderiu ao projeto e outra que não desenvolveu nenhuma de suas ações. Na sua análise, foram investigados os fatores extraescolares e intraescolares que dificultaram a adesão das escolas. A partir deles, apresentou-se um Plano de Ação Educacional (PAE) que propõe estratégias de divulgação do Projeto, além de reforçar a ideia de participação efetiva dos pais na vida escolar dos educandos. Ele sugere, ainda, o aprimoramento da metodologia do Projeto e levanta questões a respeito da estrutura das escolas envolvidas no processo.

Palavras-chave: Reforço Escolar. Implementação. Participação da comunidade escolar.

ABSTRACT

This research looked for evaluate the limits of the Academic Reinforcement Program implementation, created by State Secretariat of Education of Rio de Janeiro State, in 2012 June, in Metropolitan Regional VII schools. The work aims to identify and analyze the existence of problems in program implementation, besides verify the causes of non-joining or partial joining of schools that not developed it. This project aims to reduce the taxes of failure in Mathematics and English Language in high school, and assists in elevating results in large-scale reviews as SAERJ, SAERJINHO, SAEB and PROVA BRASIL. For data collection, a questionnaire was applied to teachers and managers in two schools of studied Regional, one that joined the project and other that don't developed any action of Scholar Reinforce. In analysis was investigated the external and internal school factors that hindered the schools joining. From these factors, presents an Educational Action Plan (PAE), proposing divulgation strategies of project, besides reinforce the idea of effective parental involvement of scholar life of students. It suggests the improvement of the project methodology and raise questions about structure of schools involved in the process.

Keywords: Academic Reinforce. Implementation. Participation of the school community

LISTA DE ABREVIATURAS

ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CECIERJ	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CE	Colégio Estadual
CEM	Coordenações do Ensino Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ID	Indicador de Desempenho
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDERJ	Índice de Desenvolvimento da Educação do Rio de Janeiro
IF	Indicador de Fluxo
INEP	Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
GEEP	Gratificação de Encargos Especiais por Projetos
MEC	Ministério da Educação e Cultura
SAEB	Sistema de Avaliação Básica
SAERJ	Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro
SAERJINHO	Sistema de Avaliação Bimestral do Processo de Ensino e Aprendizagem nas Escolas Estaduais
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SUPED	Superintendência Pedagógica
UE(s)	Unidade(s) Escolar(es)
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Primeiro ano do ensino médio (Língua Portuguesa)	25
Gráfico 2: Primeiro ano do ensino médio (Matemática)	25
Gráfico 3: Segundo ano do ensino médio (Língua Portuguesa)	26
Gráfico 4: Segundo ano do ensino médio (Matemática)	26
Gráfico 5: Evolução do IDERJ bimestral (ensino médio)	47
Gráfico 6: Evolução do Índice de Desempenho (ensino médio)	48
Gráfico 7: Evolução do IF - bimestral (ensino médio)	48
Gráfico 8: Fatores que levaram à criação do Projeto Reforço Escolar - Escola A ..	54
Gráfico 9: Fatores que levaram à criação do Projeto Reforço Escolar - Escola B ..	55
Gráfico 10: Como sua escola se articulou para implementar o Projeto Reforço Escolar? (Professores da Escola A)	58
Gráfico 11: Os motivos da sua escola não participar do Projeto Reforço Escolar (Professores da Escola B)	59
Gráfico 12: Expectativa dos professores sobre a implementação do Projeto (Professores da Escola A)	60
Gráfico 13: Dificuldades encontradas pelos alunos para estarem na escola no contraturno	62
Gráfico 14: Quantitativo de alunos que frequentam as aulas do Projeto Reforço Escolar	63
Gráfico 15: Opinião dos professores sobre o Projeto e a recuperação de aprendizagem dos alunos (Professores da Escola A)	65
Gráfico 16: Contribuição do gestor escolar para a implementação do Projeto Reforço Escolar na visão dos professores da Escola A	73
Gráfico 17: Interesse na participação do Projeto pelos professores da Escola B ...	74
Gráfico 18: Conclusão dos professores sobre o material utilizado no Projeto Reforço Escolar	76
Gráfico 19: Qualidade do material em relação ao atendimento dos objetivos do Projeto.....	77
Gráfico 20: A coordenação pedagógica ou a direção forneceram relatório que informasse sobre o desempenho desses alunos? (Professores da Escola B)	79

Gráfico 21: O material didático é adequado às dificuldades de aprendizagem dos alunos? (Professores da Escola A)	80
Gráfico 22 Avaliação dos professores sobre a capacitação dos dinamizadores.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: IDEB do ensino médio observado no Estado do Rio de Janeiro.....	22
Tabela 2: Nota X Nível de proficiência.....	45
Tabela 3: Exemplos de dez escolas indicadas para o Reforço Escolar e o desempenho - SAERJ 2012	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma da Subsecretaria de Gestão de Ensino.....	30
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição das Coordenadorias do estado do Rio de Janeiro	28
Quadro 2: Distribuição de alunos por nível de ensino no ano de 2012 – SEEDUC	29
Quadro 3: Número de unidades escolares indicadas ao Reforço Escolar	35
Quadro 4: Equipes atuantes no Projeto Reforço Escolar	37
Quadro 5: Grau de Ensino da DRP- Metropolitana VII	41
Quadro 6: Cursos profissionais e projetos oferecidos pela DRP- Metro VII	42
Quadro 7: Resultados de desempenho por DRP - Língua Portuguesa	43
Quadro 8: Resultados de desempenho por DRP - Matemática.....	44
Quadro 9: Formas de obtenção de informações sobre o Projeto pelos professores das escolas (em % do total de respostas)	56
Quadro 10: Infraestrutura das escolas	83
Quadro 11: Resumo das propostas do Plano de Intervenção	88
Quadro 12: Síntese das três ações propostas na seção 1.....	90
Quadro 13: Projeto Reforço Escolar: divulgar para expandir a adesão – ação proposta: Informando os coordenadores pedagógicos, gestores e professores ...	94
Quadro 14: Projeto Reforço Escolar: divulgar para expandir a adesão – ação proposta – “Reforço Escolar- Eu apoio esta ideia”	98
Quadro 15: Ação 3: Proposta – “Conhecendo a realidade”	102
Quadro 16: Proposta - "Maior estrutura e mais Reforço Escolar"	105
Quadro 17: Proposta - "Revitalizando nossos espaços"	107
Quadro 18: Proposta - "Mais merenda para o reforço escolar"	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REFORÇO ESCOLAR NA METROPOLITANA VII	21
1.1 Contexto da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro e sua reforma administrativa a partir de 2009	21
1.1.1 A rede estadual de educação do Rio de Janeiro: estrutura e organização da SEEDUC.....	27
1.1.2 O novo programa de educação do estado do Rio de Janeiro	31
1.2 Descrevendo o Projeto Reforço Escolar.....	33
1.2.1 A Fundação CECIERJ e sua parceria no projeto.....	36
1.2.2 As capacitações presenciais e virtuais no sistema AVA.....	38
1.3 A Diretoria Regional Metropolitana VII.....	40
1.4 Apresentação das escolas que serão observadas na pesquisa.....	49
1.4.1 O Colégio Estadual Jardim Primavera.....	49
1.4.2 O CIEP Vila Bela.....	50
2 APROFUNDANDO CONHECIMENTOS SOBRE O REFORÇO ESCOLAR....	52
2.1 A política pública Projeto Reforço Escolar e sua implementação.....	53
2.1.1 Fatores extraescolares	61
2.1.2 Fatores intraescolares.....	68
2.1.2.1 A importância da conscientização do gestor escolar	68
2.1.2.2 O professor como facilitador na implementação do Projeto Reforço Escolar.....	75
2.1.2.3 A falta de estrutura das escolas: “Sem estrutura não há projeto”.....	82

3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DO PROJETO	
REFORÇO ESCOLAR.....	85
3.1 Projeto Reforço Escolar: divulgar para expandir a participação.....	88
3.1.1 Compartilhando Boas práticas.....	90
3.1.2 Reforço Escolar “Eu apoio essa ideia”.....	95
3.1.3 Conhecendo a realidade.....	99
3.2 Maior Infraestrutura mais Reforço Escolar.....	103
3.2.1 Revitalizando nossos espaços.....	105
3.2.2 Merenda para as aulas de Reforço Escolar	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICES	116

INTRODUÇÃO

Devido à relevância do tema e ao número de estudantes que passam pela situação que será abordada nesta pesquisa, parte-se da premissa de que a dificuldade de aprendizagem é um problema que deve ser enfrentado. Estudos demonstram que os alunos podem se sentir inferiores por não acompanharem o ritmo da turma e essa condição pode intervir significativamente na autoestima e na capacidade de os aprendizes reverterem essa situação.

Atualmente, as políticas públicas de avaliação da aprendizagem estão cada vez mais presentes nas redes públicas de ensino. O Brasil tem se destacado quanto à sua implementação e consolidação nas redes de ensino. Pode-se ressaltar, por exemplo, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc).

A Aneb é realizada por amostragem das redes de ensino, em cada unidade da federação, e avalia as gestões dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a Aneb recebe o nome de SAEB em suas divulgações. Já a Anresc é mais extensa e detalhada e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de Prova Brasil.

A primeira aplicação do SAEB ocorreu em 1990. Segundo o sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), trata-se de uma avaliação em larga escala, aplicada a cada dois anos, cujo objetivo é “realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do aluno, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino que é ofertado” (INEP, 2013, s.p.).

Vários estados e municípios têm sistemas de avaliação de larga escala próprios, como é o caso do Rio de Janeiro. Os dados obtidos por esses exames permitem às Secretarias de Educação planejar suas políticas e, assim, melhorar o nível dos serviços educacionais que oferecem à sua população.

Portanto, é de relevância e interesse pedagógico a implementação de uma metodologia que venha a corrigir as discrepâncias em todas as áreas do conhecimento, principalmente em Língua Portuguesa e Matemática, disciplinas objeto das avaliações externas (Prova Brasil e SAEB). Nestas são avaliadas as

habilidades de Língua Portuguesa, associadas às competências de leitura e interpretação de textos, e as de Matemática, relacionadas à competência para a resolução de problemas.

Os diagnósticos por elas produzidos têm permitido às secretarias a implementação de ações mais precisas em relação aos problemas encontrados na área pedagógica. Seu objetivo é dar um salto qualitativo no sistema de ensino, melhorando as habilidades dos educandos. Dentre essas ações, destaca-se o Programa Reforço Escolar, objeto deste estudo, uma vez que sua finalidade é voltada para a melhoria do desempenho educacional dos alunos.

Esta dissertação descreve e avalia os limites da implementação e execução dessa política pública na perspectiva da sua coordenação, centrada nas escolas que compõem a Diretoria Regional Metropolitana VII, localizada no município de Belford Roxo. Serão estudadas duas escolas: uma que aderiu ao projeto e outra que não o considerou na sua prática educacional, levando em conta os anos de 2012 e 2013. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com gestores e professores participantes dos encontros mensais de capacitação de dinamizadores, realizados no primeiro sábado de cada mês.

Pretende-se analisar, especialmente, se os problemas relacionados à falta de adesão têm relação com a ausência de estrutura adequada nas escolas ou com o pouco envolvimento dos gestores e professores das unidades de ensino.

O intuito, com isso, é que este trabalho contribua para o aprimoramento do Projeto, minimizando a ocorrência de obstáculos, a fim de que a adesão seja possibilitada em todas as escolas no âmbito da Regional. Buscou-se, desse modo, pesquisar sua implementação, sua aplicabilidade, além da formação oferecida aos docentes que atuam nas suas atividades com os alunos do ensino médio.

Cabe ressaltar que ele é um dos componentes do Plano Estratégico, apresentado no estado do Rio de Janeiro, em 2011, e implementado em 2012 pela Secretaria Estadual de Educação. Sustenta-se em dois pilares: a avaliação da aprendizagem dos alunos, priorizando os do ensino médio, e a formação continuada dos professores.

A partir dos objetivos apresentados, este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro contextualiza a rede pública estadual de ensino do Rio de Janeiro e as reformas administrativas ocorridas a partir do ano de 2009, além da

análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), até 2012, ano de criação do Projeto Reforço Escolar. Foi realizada, ainda, uma breve descrição do Projeto e de sua implantação nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, em especial nas duas escolas da Diretoria Regional Metropolitana VII, CE Jardim Primavera e o CIEP Vila Bela, objetos de estudo.

No segundo capítulo, são avaliados os fatores extraescolares e intraescolares que interferiram ou dificultaram a execução e a expansão do Projeto. Para tanto, utilizou-se os dados coletados por meio da entrevista com os gestores e do questionário aplicado aos professores que atuam nas turmas de ensino regular e do Projeto Reforço Escolar. .

O referencial teórico a respeito dos fatores extraescolares consiste nas reflexões trazidas por Marcelo Burgos (2009), em que são retratados os inúmeros fatores de desigualdade social que caracterizam a estrutura da sociedade brasileira, alguns envolvendo a postura da família e da escola, sendo considerado um ponto muito sensível da sua análise. Também será embasado a partir de uma abordagem de Ana Maria Cavaliere (2002), em sua obra “Escolas de tempo integral: uma ideia forte, uma experiência frágil”, abrindo uma ampla discussão sobre as possibilidades de mudanças qualitativas no cenário da educação nacional mediante a implementação da escola pública de horário integral. As análises de Condé (2006) sobre as dificuldades na implementação de política pública de reforço escolar também serão utilizadas.

Compondo a reflexão sobre os fatores intraescolares, será abordado o papel do professor enquanto facilitador da implementação do projeto estudado. Essas análises serão feitas tomando como base os conceitos de discência e docência da “Pedagogia da Autonomia”, de Paulo Freire (2006). Esses conceitos serão reforçados pelos estudos de Ferreira (2006) em sua análise sobre a importância da formação continuada em serviço para os docentes, tendo foco nos desafios encontrados pelos professores para a consolidação de sua prática pedagógica na busca por formas diferenciadas de atuação no âmbito de sala de aula.

No terceiro capítulo é apresentada uma proposta de intervenção, com o objetivo de aprimorar o Projeto Reforço Escolar, a fim de que ele alcance as metas a qual foi destinado. O Plano de Ação Educacional (PAE) terá como base a análise dos resultados encontrados na investigação empírica, sendo composto por duas seções. A primeira objetiva realizar uma ampla divulgação do Projeto, sua finalidade

para melhoria do desempenho dos alunos, além de sugerir estratégias que garantam a frequência e a assiduidade deles às suas aulas.

Na segunda seção serão abordadas as questões relacionadas à infraestrutura das escolas que caracterizaram impedimentos para a participação dos estudantes. Nela são propostas ações para ratificar algumas medidas tomadas a partir de observações feitas no ano de implementação do Projeto, como adequação de salas alternativas nas escolas que não possuem locais disponíveis. Também serão apresentadas sugestões de oferta de lanches no contraturno, para estimular o aluno a permanecer na escola.

A soma dessas ações visa contribuir para a maior participação e adesão das escolas, de forma a atingir o máximo de unidades escolares e oferecer o Projeto nas escolas que compõem a Regional Metropolitana VII.

1 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REFORÇO ESCOLAR NA METROPOLITANA VII

Este capítulo tem como objetivo descrever o caso de gestão no qual se fundamente esta dissertação. Para tanto, é feito o seguinte percurso: uma breve apresentação do contexto da rede pública estadual de ensino do Rio de Janeiro e as reformas administrativas que ocorreram desde 2009 até o ano da implementação do Projeto Reforço Escolar, em 2012. Apresentado o cenário mais amplo são descritos, seus objetivos, sua implementação e suas principais ações.

Na segunda parte deste capítulo, é analisada a Diretoria Regional Metropolitana VII, caracterizando-a em sua área de abrangência, localização, número de escolas vinculadas, modalidades de ensino ofertadas e número de professores e alunos.

Já na terceira parte apresenta-se a primeira e a segunda escola investigada em relação à localização, aos turnos ofertados, à modalidade de ensino oferecida, ao número de alunos e professores e, ainda, as ações e os projetos desenvolvidos, fato que se repete posteriormente na quarta parte.

1.1 Contexto da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro e sua reforma administrativa a partir de 2009

O ano de 2007 foi marcado por uma grande reviravolta nos sistemas escolares do país, com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Trata-se de um indicador que mede a qualidade da educação, foi pensado para facilitar o entendimento de todos, uma vez que é estabelecido por meio de uma escala, de fácil compreensão, que vai de zero a dez, o que oportuniza o aferimento de dados como desempenho e fluxo escolar dos estudantes.

A partir desse instrumento, o MEC traçou metas de desempenho bianuais para cada escola das redes públicas de ensino até o ano de 2022. O novo indicador utilizou, na primeira medição, informações levantadas em 2005, quando a meta para

alunos do ensino médio, estabelecida para o Brasil, era de 5,2 pontos para o ano de 2007.

Contudo, apesar de tais projeções, o país pouco evoluiu, encontrando-se praticamente estagnado desde 2009, quando cresceu apenas 0,1 ponto em relação a 2007. No IDEB de 2011, houve novamente um crescimento de 0,1 ponto, com o índice chegando a 3,7, o que revela a existência de uma precária situação educacional nacional.

O estado do Rio de Janeiro apresenta alguns reflexos da situação acima descrita. Em 2007, não mostrou bom desempenho nos critérios que calculam o IDEB do ensino médio, fato agravado em 2009 após a divulgação, pelo MEC, da nota do estado, cuja classificação o posicionou em penúltimo lugar no *ranking* nacional, demonstrando um desempenho muito aquém do esperado.

A tabela 1 demonstra suas notas.

Tabela 1 - IDEB do ensino médio observado no Estado do Rio de Janeiro

IDEB OBSERVADO			METAS PROJETADAS	
Estado	2007	2009	2007	2009
Rio de Janeiro	2.8	2.8	2.8	3.1

Fonte: INEP (2009).

A partir desse cenário, a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) iniciou, em 2007, um processo interno para a constituição de uma comissão organizadora, desdobrada em comissões temáticas, responsáveis pela elaboração dos diagnósticos, diretrizes, objetivos e das metas referentes às diferentes modalidades de ensino, com o intuito de compor o texto da proposta de reestruturação do sistema estadual de educação.

Como resultado desse trabalho sistemático, em setembro de 2009, foi apresentado à Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) o Plano Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, em sua versão preliminar, contendo eixos norteadores de todo o planejamento necessário à consolidação de metas e objetivos a curto, médio e longo prazo. Alguns meses depois, no dia 18 de dezembro de 2009, o plano foi sancionado pelo governador. O documento estabeleceu as diretrizes para a organização dos sistemas de ensino do

estado do Rio de Janeiro, definindo a educação básica, profissional, superior e formação e valorização dos professores.

A publicação desse plano marcou o início de uma mudança com foco em uma ampla avaliação educacional. A partir dele, novas concepções pedagógicas foram estabelecidas como diretrizes para a avaliação dos sistemas escolares, com apresentações dos resultados das instituições escolares à comunidade, dando transparência e prestando contas de todo o trabalho realizado pelos gestores, responsabilizando-os também pelo processo de ensino e aprendizagem.

Tal situação foi reforçada a partir da divulgação pelo MEC do IDEB de 2009, no qual ficou evidente a necessidade de implantação de uma política pública educacional para reverter e melhorar a educação do Rio de Janeiro. O estado obteve 2,8 pontos no ensino médio enquanto a projeção do MEC para 2009 seria 3,1 para essa etapa de ensino.

Em março de 2010, para acompanhar a evolução do IDEB da rede estadual de ensino, inclusive nos anos pares para os quais o INEP não produzia um indicador para aferir os resultados, a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro realizou uma avaliação externa, em larga escala, denominada Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ).

A partir da análise das competências e habilidades dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio em Língua Portuguesa e Matemática, tem como objetivo monitorar o padrão de qualidade do ensino e auxiliar na melhoria da qualidade da educação do estado. A prova é anual e aplicada no mês de novembro, quando termina o ano letivo das unidades escolares.

Além do SAERJ, há também o sistema de avaliação bimestral do processo de ensino e aprendizagem nas escolas estaduais (SAERJINHO), exame diagnóstico realizado de dois em dois meses, para todas as turmas do Ensino Médio, com resultados e respostas avaliativas mais rápidas para a escola, de modo que o professor tenha tempo suficiente para interferir de maneira mais eficaz em suas práticas pedagógicas, auxiliando, com isso, o alcance de bons índices de aprendizagem (CAED, 2011).

Importa destacar que o SAERJINHO não testa apenas as habilidades que devem ser trabalhadas no bimestre, mas um conjunto de habilidades que os alunos deveriam acumular ao longo da sua escolarização e que são testadas nas demais avaliações externas (SAERJ e SAEB ou Prova Brasil). Todo esse trabalho de

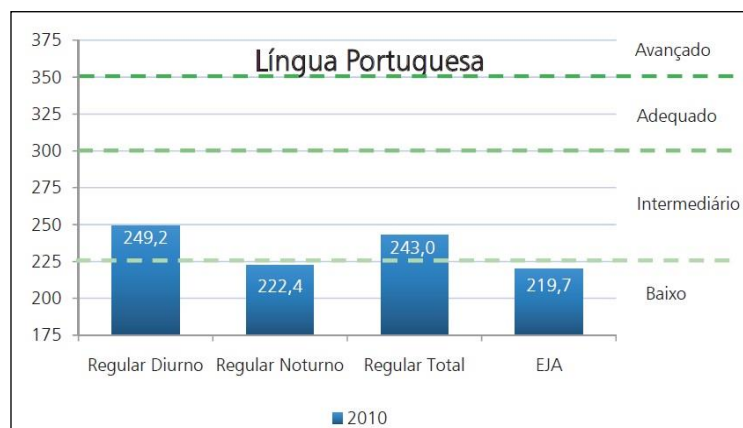
aferição possibilitou que se desenvolvesse um resgate com as defasagens de conteúdos de séries anteriores que esses educandos tiveram no decorrer de sua vida escolar.

Após a aplicação dessas avaliações, os resultados são disponibilizados de forma on-line ao público, apontando a eficiência e a qualidade do trabalho desenvolvido em cada unidade escolar, sendo utilizados por todo o sistema de ensino do estado. Em 2010, foram aplicados testes de Língua Portuguesa e Matemática aos alunos das escolas estaduais do Rio de Janeiro que cursavam o 4º e 9º anos do ensino fundamental e a 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio e fases equivalentes da Educação de Jovens e Adultos. Também foram avaliadas, no ensino médio, as vertentes do Curso Profissional Integrado e de Formação de Professores.

Após a aplicação do SAERJ, foi produzido um diagnóstico do desempenho de cada aluno avaliado e, nos anos posteriores, essa avaliação se repetiu, sendo possível traçar sua evolução ao longo da trajetória escolar. A partir disso, foi possibilitado a cada escola conhecer em detalhes seus próprios resultados e, com isso, desenvolver ações mais específicas, voltadas para as correções de rumo necessárias para a melhoria do trabalho pedagógico por elas realizadas.

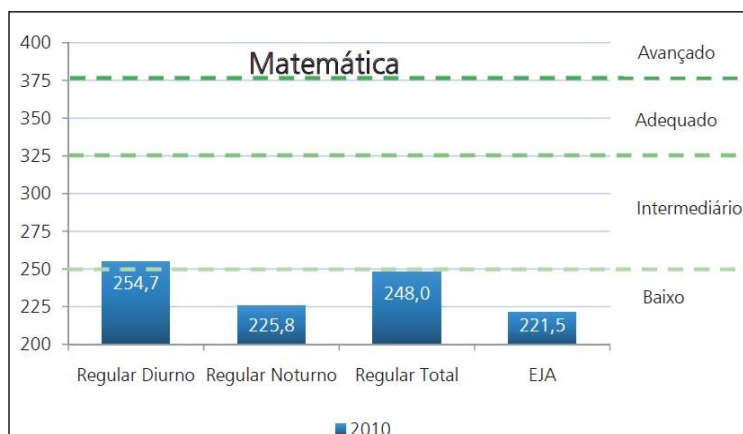
Com os resultados obtidos em 2009 e divulgados no 2º semestre de 2010, uma comissão foi formada para elaboração de um planejamento a ser utilizado nos próximos anos, utilizando um diagnóstico mais atualizado de seus alunos, diferencial no planejamento pedagógico das escolas. Ele tornou-se instrumento para que os professores pudessem acompanhar o processo de aprendizagem dos discentes e sua evolução em direção às metas construídas.

O gráfico 1 mostra os resultados da proficiência avaliada no SAERJ em 2010 para o 1º ano do ensino médio.

Gráfico 1 - 1º ano do ensino médio (Língua Portuguesa)

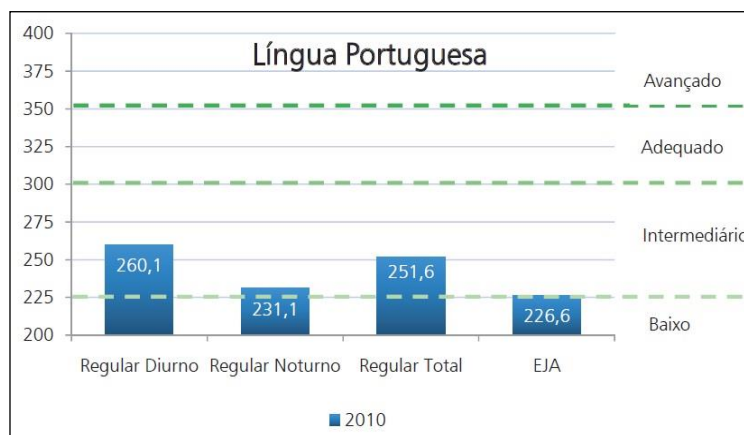
Fonte: CAED, 2010.

O gráfico 2 apresenta os resultados da proficiência avaliada no SAERJ em 2010 para o 1º ano do ensino médio na disciplina de Matemática.

Gráfico 2 - 1º ano do ensino médio (Matemática)

Fonte: CAED, 2010.

Já o gráfico 3 ilustra os resultados da proficiência avaliada no SAERJ em 2010 para o 2º ano do ensino médio na disciplina de Língua Portuguesa.

Gráfico 3 - 2º ano do ensino médio (Língua Portuguesa)

Fonte: CAED, 2010.

E, finalmente, o gráfico 4 mostra os resultados da proficiência avaliada no SAERJ em 2010 para o 2º ano do ensino médio na disciplina de Matemática.

Gráfico 4 - 2º ano do ensino médio (Matemática)

Fonte: CAED, 2010.

Ao analisar os gráficos 1 e 2 é possível perceber que os resultados das duas disciplinas no 1º ano do ensino médio ficaram no nível baixo. Já no 2º ano, houve um crescimento para o intermediário apenas no ensino médio diurno.

A insatisfação do governo do estado com os resultados apresentados anteriormente e com a penúltima posição alcançada pelas suas escolas no IDEB de 2010 fez com que um novo secretário fosse nomeado, a fim de aumentar os índices educacionais.

1.1.1 A rede estadual de educação do Rio de Janeiro: estrutura e organização da SEEDUC

O ano de 2011 mostrou uma trajetória diferenciada dos demais no que se refere à Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Com a implementação do “choque de gestão”, que se caracterizou como uma, série de mudanças que ocorreram para a reformulação da estrutura da SEEDUC, tendo sido apresentado um novo desenho organizacional que possibilitou o processo de mobilidade dos servidores, com oportunidades de acesso a cargos estratégicos, por exemplo. Assim, no dia 7 de fevereiro de 2011, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o Decreto nº 42.838¹, que transformou sua estrutura básica.

Ainda de acordo com o documento supracitado, as 30 antigas coordenadorias existentes no estado foram transformadas e reorganizadas em 14 regionais, conforme observa-se no quadro 1:

¹ Decreto nº 42.838, de 04 de fevereiro de 2011, que transforma, na estrutura básica da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, as 30 Coordenadorias Regionais em 14 Regionais Pedagógicas e 14 Regionais Administrativas, e dá outras providências.

Quadro 1: Distribuição das coordenadorias do estado do Rio de Janeiro

DISTRIBUIÇÃO ANTES DO DECRETO nº 42.838	DISTRIBUIÇÃO A PARTIR DO DECRETO nº 42.838
NOROESTE FLUMINENSE I NOROESTE FLUMINENSE II NOROESTE FLUMINENSE III	NOROESTE FLUMINENSE
NORTE FLUMINENSE I NORTE FLUMINENSE II NORTE FLUMINENSE III	NORTE FLUMINENSE
BAIXADAS LITORÂNEAS I BAIXADAS LITORÂNEAS II METROPOLITANA VIII	BAIXADAS LITORÂNEAS
SERRANA I SERRANA II SERRANA III SERRANA IV SERRANA V METROPOLITANA IX	SERRANA I SERRANA II
CENTRO-SUL I CENTRO-SUL II	CENTRO SUL
MÉDIO PARAÍBA I MÉDIO PARAÍBA II MÉDIO PARAÍBA III BAHIA DA ILHA GRANDE	MÉDIO PARAÍBA
METROPOLITANA I	METROPOLITANA I
METROPOLITANA II	METROPOLITANA II
METROPOLITANA III	METROPOLITANA III
METROPOLITANA IV	METROPOLITANA IV
METROPOLITANA V	METROPOLITANA V
METROPOLITANA VI METROPOLITANA X	METROPOLITANA VI
METROPOLITANA VII METROPOLITANA XI	METROPOLITANA VII

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2011.

Os municípios que compreendiam as coordenadorias extintas foram redistribuídos e absorvidos pelas novas regionais, criadas de maneira a contemplar as 1.439 escolas estaduais que estivessem mais próximas à sede, viabilizando melhor organização e locomoção da equipe gestora à regional quando necessário.

Atualmente, a rede estadual é composta por cerca de 1.400 escolas, em função do fechamento de diversas escolas noturnas de ensino fundamental, tendo sido elas divididas entre as Diretorias Regionais (RIO DE JANEIRO, 2012a). No ano letivo de 2012, foram matriculados 856.219 alunos, conforme demonstra o quadro 2:

Quadro 2: Distribuição de alunos por nível de ensino no ano de 2012 – SEEDUC

NÍVEL DE ENSINO	QUANTIDADE DE ALUNOS
Ensino Fundamental	99.276
Ensino Médio	404.113
Ensino Normal (Formação de Professores)	37.714
EJA (Educação de Jovens e Adultos)	304.424
Ensino Médio Profissionalizante	8.692

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2012^a.

Para o gerenciamento de uma rede de ensino tão abrangente, a SEEDUC precisou se dividir em outras três subsecretarias a ela ligadas: a Subsecretaria de Infraestrutura e Tecnologia; a Subsecretaria de Gestão de Pessoas e a Subsecretaria de Gestão de Ensino (RIO DE JANEIRO, 2012a).

Importante destacar que os assuntos referentes aos projetos e às políticas educacionais são de responsabilidade da Subsecretaria de Gestão de Ensino (SUGEN), que se organiza conforme mostra a figura 1:

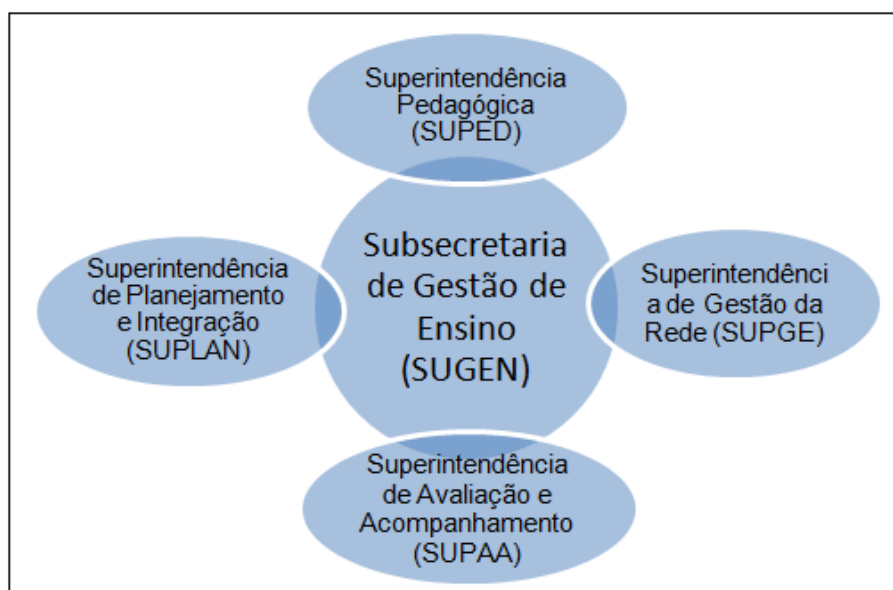


Figura 1: Organograma da Subsecretaria de Gestão de Ensino

Fonte: Rio de Janeiro, 2012^a.

A subsecretaria é dividida em quatro superintendências, que se organizam de acordo com questões e ações pertinentes ao processo ensino-aprendizagem dos alunos. Com essa estrutura e com tantos desafios pela frente, a SEEDUC organizou algumas diretrizes para que seus objetivos fossem alcançados: um Plano de Educação foi colocado em prática a fim de reestruturar toda a rede estadual, incluindo as Diretorias Regionais e as Unidades Escolares. Dentro dessa divisão, cabe à Superintendência Pedagógica (SUPED) a coordenação dos programas e projetos que viabilizem o alcance de resultados satisfatórios ao desempenho dos educandos.

Seguindo as diretrizes do Plano de Educação, através de um planejamento articulado com ações focadas em melhorias na qualidade da educação fluminense, a SEEDUC vislumbrava uma meta audaciosa para sua rede de ensino: estar entre os cinco primeiros lugares no IDEB no ano de 2013 (RIO DE JANEIRO, 2011).

Para isso, como uma das medidas propostas pelo Choque de Gestão, foi instituído o Projeto Reforço Escolar. Vale ressaltar que as modificações quanto à organização interna da SEEDUC, denominadas planejamento estratégico, vieram dar uma dimensão ampla ao Projeto. Dessa forma, quaisquer medidas da Secretaria de Educação deveriam estar bem articuladas ao Plano de Educação do estado, com acompanhamento e monitoramento constante, a fim de serem alcançados os objetivos a que se propunham.

Assim, a criação do Projeto e sua implementação estavam em consonância com as ações já mencionadas, uma vez que atendiam ao propósito de melhorias nos resultados educacionais, com aumento nos índices do IDERJ (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado do Rio de Janeiro) e, conseqüentemente, do IDEB. Foi a primeira vez que se apresentou um plano amplo e com força de lei para orientar as políticas públicas educacionais da SEEDUC (RIO DE JANEIRO, 2012a).

A partir dessas atividades de incentivo, o Rio de Janeiro, em 2011, conseguiu superar a nota estipulada para o ensino médio e sair da penúltima posição entre as redes estaduais, subindo para o 15º lugar (BRASIL, 2013) avanço bastante significativo para o contexto em que se encontrava a educação estadual.

1.1.2 O novo programa de educação do estado do Rio de Janeiro

Com objetivo de reverter os baixos resultados do SAERJ e do IDEB apresentados pelas escolas estaduais em 2010, algumas mudanças pedagógicas foram realizadas, tendo como referencial o aumento da qualidade da educação do estado. Com isso, ao final desse mesmo ano, foi elaborado um currículo mínimo a ser aplicado em 2011, assim definido pela Cartilha de Planejamento Estratégico da SEEDUC: “diretrizes institucionais sobre conteúdos, competências e habilidades a serem desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem em todas as escolas da rede estadual” (RIO DE JANEIRO, 2011).

Esse material foi elaborado para servir de referência a todas as escolas, mostrando as competências, as habilidades e os conteúdos básicos que deveriam estar contidos nos planos de curso e nas aulas. Com a finalidade de orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre, sua elaboração é revisada anualmente com o auxílio dos professores da rede que, por meio de um fórum de discussão disponível na internet, podem avaliar e sugerir modificações nos conteúdos, levando em consideração as práticas e experiências do ano anterior (RIO DE JANEIRO, 2011).

Em 2011 foi lançado o Programa de Educação do Estado, com diversas alterações na estrutura, no ensino e no dia a dia em sala de aula, contemplando a

atualização e valorização dos docentes, a construção de novas escolas e a melhoria na infraestrutura das unidades escolares já existentes. Seu grande diferencial foi o acesso às funções estratégicas da área pedagógica por meio de processo seletivo, além da criação das carreiras de Gestor e Técnico de Educação.

Para estar entre as cinco primeiras posições no ranking da educação nacional em 2013, a implementação do currículo mínimo no estado foi um grande marco, uma vez que foram elaboradas diretrizes institucionais sobre os conteúdos, as competências e as habilidades, sendo seu monitoramento atrelado às avaliações SAERJ e SAERJINHO.

Ainda em 2011, foram criados projetos pilotos de reforço nos contraturnos, a fim de apoiar pedagogicamente os estudantes com dificuldade de aprendizagem, transformando-se, posteriormente, no Projeto Reforço Escolar. Além disso, as escolas receberam um trabalho de orientação vocacional, iniciativa voltada para atender aos alunos do ensino médio, direcionando-os para um futuro profissional de acordo com seus objetivos e ambições.

Verifica-se, portanto, que o acompanhamento e monitoramento de cada unidade escolar passou a ser prioridade, tendo sido criadas metas específicas para cada escola, em que foram definidos os objetivos a serem alcançados de acordo com a realidade de cada uma delas. Ainda como parte desse plano de metas foi criado o Índice da Educação Básica do Rio de Janeiro (IDERJ), um indicador similar ao IDEB, com o objetivo de acompanhar e aferir o progresso dos estudantes.

Para estimular o trabalho dos professores foi estabelecida, como resultante da avaliação, a Remuneração Variável, além da criação de bonificação aos docentes de acordo com o desempenho da escola, do fluxo escolar, do rendimento do aluno e da infraestrutura da instituição.

Em face de todas essas mudanças, no final desse mesmo ano a Secretaria Estadual de Educação selecionou as escolas que não alcançaram os objetivos estabelecidos, tanto pelo grande número de reprovações, principalmente em Língua Portuguesa e Matemática, quanto pelo grau de proficiência baixo ou médio no SAERJ, e ofereceu o Programa Reforço Escolar, cujas principais características serão apresentadas no próximo tópico.

1.2 Descrevendo o Projeto Reforço Escolar

No início de sua implementação, era destinado apenas aos alunos das 1ª e 2ª séries do ensino médio e visava à melhoria no desenvolvimento acadêmico e na aprendizagem dos discentes, em Língua Portuguesa e Matemática, de forma a contribuir para o aumento dos índices educacionais do estado (RIO DE JANEIRO, 2011).

Seu diferencial está atrelado a uma metodologia distinta da convencional, desenvolvida em aulas ministradas no contraturno das escolas, com um número menor de alunos, no máximo 20, e com um material diferenciado, desenvolvido pelo Centro de Educação à Distância (CECIERJ) e composto por dinâmicas elaboradas para cada período de 100 minutos (dois tempos de aulas), nas disciplinas de Português e Matemática, para os quatro bimestres do ano letivo (CECIERJ, 2012).

As orientações do material são específicas para os professores dinamizadores, sendo oferecido a eles cursos de formação continuada de 16 horas mensais para o conhecimento do material. Essas formações acontecem em escolas polos de cada regional, previamente comunicadas pela equipe do projeto, sendo obrigatória a presença do dinamizador.

Vale ressaltar, no entanto, que o Projeto não está voltado apenas à diminuição da reprovação em duas disciplinas. Ele foi apresentado às Diretorias Regionais com o intuito de promover o desenvolvimento da educação estadual, oferecendo novas oportunidades de aprendizagens aos alunos das unidades escolares com desempenho intermediário e baixo, configurando-se como garantia do direito de reforço da aprendizagem por parte do aluno, estabelecido pela LDB nº 9394/96. Porém, se torna indiscutível sua relevância como recurso de recuperação de estudos, pois oportuniza o resgate de conteúdos perdidos em séries anteriores.

Sobre a recuperação paralela da aprendizagem, a Portaria nº 419, de 27 de setembro de 2013, publicada pela SEEDUC no Diário Oficial do Estado (DOE) de 30 de setembro de 2013, parte III, página 21, artigo 10º, estabelece a que “a recuperação de estudos é direito de todos os discentes que apresentem baixo rendimento, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos” (RIO DE JANEIRO, 2013).

É direito do aluno² ser avaliado a cada bimestre, sendo obrigatório que tal reavaliação caso ele obtenha média inferior a 5,0 em alguma disciplina. Ou seja, o estudante tem a chance de recuperação da aprendizagem de conteúdos não sedimentados e, segundo texto do DOE, no seu artigo 14, com possibilidade de atualização da nota se ele tiver um grau maior que o anterior.

Já em seu artigo 13, ratifica-se tal direito quando afirma-se que a recuperação da aprendizagem pode ser realizada de várias maneiras, desde que a Unidade de Ensino (UE) e o professor da disciplina avisem aos alunos quais instrumentos serão utilizados para avaliá-los. Seu inciso 2 também prevê a elaboração de atividades diversificadas durante a aula de recuperação ou em horário complementar na própria UE ou, ainda, um plano de estudo independente, por parte do aluno, mas organizado pelo docente.

O Projeto, política do governo do Estado do Rio de Janeiro articulada pela Coordenação de Ensino Médio da SEEDUC, só começou a ser implementado nas escolas da rede estadual em maio de 2012, apresentando a seguinte configuração:

O Projeto é composto de uma série de ações articuladas que contribuirão para o progresso acadêmico dos alunos de aproximadamente 678 das nossas 1.448 escolas. Trata-se de uma ação sistemática de reforço escolar que visa o aumento das taxas de aprovação nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e à redução de evasão escolar, através de ampliação da carga horária dos alunos em 8h/aula semanais (RIO DE JANEIRO, 2012, s.p.)

A seleção das escolas para a implantação do Projeto foi realizada a partir de dois critérios: altos índices de reprovação em Língua Portuguesa e Matemática e/ou rendimento baixo ou intermediário no SAERJ 2011 (RIO DE JANEIRO, 2012a). No quadro 3 apresenta-se a quantidade de escolas por Diretoria Regional e a quantidade de unidades escolares indicadas para o Projeto.

² A recuperação de estudos deve ocorrer de forma paralela, oferecida obrigatoriamente ao longo de todo o período letivo, constituindo processo pedagógico específico, de natureza contínua, ocorrendo dentro do próprio bimestre e agregando, sempre que se fizer necessário, novos instrumentos de avaliação com vistas a que se alcancem os objetivos propostos (DOE- art. 12- p. 21).

Quadro 3: Número de unidades escolares indicadas ao Reforço Escolar

Diretorias Regionais	Unidades Escolares	Unidades Escolares indicadas ao Reforço Escolar
Baixas Litorâneas	104	42
Centro Sul	103	38
Médio Paraíba	97	49
Metropolitana I	105	49
Metropolitana II	94	26
Metropolitana III	101	19
Metropolitana IV	129	24
Metropolitana V	85	27
Metropolitana VI	124	15
Metropolitana VII	112	52
Noroeste Fluminense	68	5
Norte Fluminense	107	47
Total	1396	439

Fonte: Rio de Janeiro, 2012a, p. 92.

Observa-se que 439 escolas foram selecionadas para integrar o Projeto. O que representa 34,4% das instituições educacionais de toda a rede estadual. Além disso, destacam-se as das Metropolitanas VII e Médio Paraíba pelos maiores percentuais de indicação entre as Diretorias Regionais: 52 de 112 (46%) e 49 de 97 (50%), respectivamente.

A seleção dos alunos participantes deu-se com orientações da Secretaria de Educação, em reuniões realizadas pela equipe da SEEDUC com os gestores escolares, para que fossem encaminhados aqueles que obtiveram média inferior a 5,0 em Língua Portuguesa e/ou Matemática no 1º bimestre.

A exigência para a criação dessas turmas era apenas que elas não ultrapassassem o quantitativo de 28 alunos. No início era formada apenas uma e, na medida em que houvesse espaço adequado na escola, novas turmas se formariam, até que todos os alunos pudessem ser alocados no Projeto (RIO DE JANEIRO, 2012a). Além disso, a adesão por parte dos docentes seria espontânea, não cabendo ao gestor obrigá-los; porém, ocorreria uma sensibilização que se estenderia também às famílias, para que a participação fosse efetiva.

Na Diretoria Regional Metropolitana VII, o Centro Educacional Francisca Jeremias é a escola polo e está localizada no município de São João de Meriti. Nela acontecem todas as formações continuadas, além da entrega dos materiais para professores e diretores que irão desenvolver o Projeto nas turmas. Os gestores das Unidades Escolares são de fundamental importância para o seu sucesso, sendo eles os responsáveis pela divulgação da oferta, além do mapeamento dos alunos com mais necessidades de reforço. Para isso, é preciso que sejam utilizadas as atas dos Conselhos de Classes finais.

Além disso, as escolas contam ainda com um professor Coordenador de Reforço Escolar, também ligado à Regional. Esse docente é responsável pela divulgação nos murais da escola e nas turmas, além de lembrar aos alunos os dias e horários das suas aulas (RIO DE JANEIRO 2012a).

1.2.1 A Fundação CECIERJ e sua parceria no projeto

A Diretoria Regional Metropolitana VII é responsável pela alocação de professores nas escolas onde ocorrem as aulas, enturmação dos estudantes e questão logística, garantindo que as Unidades Escolares indicadas participem do Projeto com condições de receber os alunos no contraturno.

Para a elaboração do material didático destinado aos discentes e orientação teórico-metodológica destinada à capacitação dos professores responsáveis pelas aulas de reforço, em março de 2012 a Secretaria de Educação firmou parceria com a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ). Além de trabalhar em outros projetos com a SEEDUC, é responsável por organizar as ações no Projeto a partir da definição das funções dos educadores envolvidos, criando equipes de trabalho para sua execução.

O quadro 4 mostra a estrutura de organização das equipes, sua formação acadêmica e função desempenhada em relação à formação do Reforço Escolar.

Quadro 4: Equipes atuantes no Projeto Reforço Escolar

Equipe	Função
Professores Conteudistas	Docentes contratados pela Fundação CECIERJ: responsáveis pela elaboração e seleção do material didático, assim como pelo planejamento de dinâmicas de sala de aula.
Professores Formadores	Bolsistas da Fundação CECIERJ: responsáveis pela formação presencial e a distância e pelo acompanhamento do trabalho dos dinamizadores.
Professores Dinamizadores	Professores da SEEDUC, alocados em turma de Reforço Escolar: responsáveis pela aplicação das dinâmicas com os alunos.

Fonte: CECIERJ, 2012.

Os professores conteudistas são docentes contratados por tempo determinado, para a função específica de elaboração do material didático para trabalhar na sala de aula. No sítio eletrônico da Fundação CECIERJ, foram divulgados, no final de 2011 e no início de 2012, editais para a contratação desses profissionais. Qualquer docente graduado ou pós-graduado em Língua Portuguesa e Matemática e com experiência profissional nas disciplinas elencadas para o Projeto poderiam concorrer ao cargo de professor conteudista. A contratação teve duração de um ano, com direito do docente de participar novamente do processo seletivo (CECIERJ, 2012).

Coube a eles a produção de todo o material apresentado pelos professores formadores, a serem utilizados pelos dinamizadores, com os alunos, durante as aulas.

Os formadores são docentes (especialistas, mestres e doutores nas áreas atendidas pelo Projeto) contratados pela Fundação CECIERJ, também pelo período de um ano, para ministrar encontros mensais com os dinamizadores, além de um contato semanal através da plataforma, acompanhando e monitorando todo o trabalho realizado. Além disso, realizam visitas periódicas às turmas do Projeto nas escolas, podendo, assim, acompanhar *in loco* as atividades realizadas com os alunos.

Já os dinamizadores, são profissionais da rede estadual, concursados em regime de estatutários, responsáveis pela condução das dinâmicas em sala de aula, junto às turmas de reforço, além do acompanhamento semanal nas interações do Ambiente Virtual de Aprendizagem, o AVA (CECIERJ, 2012), descrito mais adiante. Eles desenvolvem as dinâmicas semanalmente nas aulas de Reforço Escolar. Para a realização desse trabalho extra recebem uma Gratificação Especial por Projetos (GEEP).

Foram indicados pela Regional para atuação no Projeto os professores com carga horária livre ou que optaram pela sua ampliação. Eles devem participar obrigatoriamente de reuniões de capacitação com duração de oito horas, nas quais ocorrem as dinâmicas, sequências elaboradas pela equipe conteudista da Fundação CECIERJ.

Nesses encontros, há leituras, discussões e aprofundamento dos conteúdos a serem abordados semanalmente nas aulas de reforço. São oito dinâmicas de cada matéria para as oito semanas do bimestre. Os professores aproveitam, inclusive, para avaliar o material e trocar experiências das atividades aplicadas no mês anterior (CECIERJ, 2012).

1.2.2 As capacitações presenciais e virtuais no sistema AVA

Conforme destacado no tópico anterior, os dinamizadores devem participar de capacitações mensais promovidas pela Fundação CECIERJ, sendo oito horas presenciais, aos sábados (os chamados encontros de formação) e oito à distância, por meio do AVA. Nos encontros, é debatida a estrutura do projeto e promovido o alinhamento da equipe de dinamizadores e de formadores, sendo cada formador responsável por uma regional e pelo grupo de dinamizadores daquela localidade (CECIERJ, 2012).

Nos encontros de formação, são apresentadas aos professores as dinâmicas aplicadas nas semanas seguintes com as turmas, com orientações didáticas que aprofundam os temas a serem estudados nas escolas com os alunos e de aplicação do material. .

Além disso, o formador incentiva a participação dos dinamizadores no ambiente virtual, devendo verificar frequentemente o acesso ao AVA.

A princípio, a plataforma deve ser visitada semanalmente por todos os professores dinamizadores, a fim de trocarem informações sobre o andamento do Projeto em suas escolas e sobre a aplicação das dinâmicas referentes àquele período. Além disso, podem interagir com os demais formadores, esclarecendo suas dúvidas e oferecendo suporte às demandas e necessidades levantadas pelos outros educadores (CECIERJ, 2012).

São dois os espaços virtuais oferecidos: o primeiro é realizado como um fórum entre os formadores e dinamizadores e o segundo, como espaço de avaliação formal, direcionado à dinâmica aplicada naquela semana. A avaliação é feita a partir do número de alunos presentes na semana em exercício e da identificação de dificuldades encontradas pelos professores na aplicação dos conteúdos. Vale ressaltar que a formação é voltada apenas para a metodologia de aplicação das dinâmicas em sala de aula.

Importante destacar que o material didático foi elaborado com base no currículo mínimo da SEEDUC, o que se justifica quando se leva em consideração que o Projeto foi criado para ser implementado nas escolas com nível baixo ou intermediário no SAERJ 2011, cujos conteúdos são retirados desse currículo.

O conteúdo (das dinâmicas) foi construído a partir das habilidades apontadas como não desenvolvidas ou em desenvolvimento, segundo os resultados das avaliações diagnósticas da SEEDUC, referentes às séries contempladas para o programa. Tomamos como norteadores os conteúdos do Currículo Mínimo, seguindo sua temporalidade, e buscamos as habilidades avaliadas pelo SAERJINHO e as avaliações que constituem pré-requisitos para esses conteúdos. As dinâmicas do Reforço Escolar conversam naturalmente com o conteúdo que estiver sendo trabalhado nas turmas regulares (CECIERJ, 2012, s/p.).

Na seção seguinte, será apresentada um pouco mais sobre a Diretoria Regional Pedagógica Metropolitana VII, escola selecionada para implantação do Projeto.

1.3 A Diretoria Regional Pedagógica Metropolitana VII

A Diretoria é sediada no município de Mesquita, localizado em uma região da Baixada Fluminense e classificado como uma das três cidades do estado com índice de pobreza extrema, verificado pelo maior número de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Antes do Decreto nº 42.838, de 4 de fevereiro de 2011, a Diretoria, que recebia o nome de Coordenadoria Regional 21 Metropolitana VII, era gerida por um coordenador que realizava o acompanhamento administrativo e pedagógico das escolas estaduais localizadas no município de Belford Roxo. A partir do instrumento legal, a estrutura foi toda reformulada, sendo criados os cargos, por meio de processo seletivo interno, de Diretor Regional Administrativo e Diretor Regional Pedagógico que, em conjunto, realizam ações de acompanhamento. Cada um deles deveria integrar sua equipe com coordenadores também nomeados após processo seletivo interno.

A Diretoria Regional Administrativa conta com um coordenador financeiro e um de infraestrutura. Já a Diretoria Regional Pedagógica está dividida em três coordenações, sendo a de gestão e integração da rede responsável pelo monitoramento de dados do Educa Censo, das matrículas, do fluxo escolar e da Gestão Integrada da Escola; na coordenação de ensino, são articulados os programas federais e estaduais, além do acompanhamento das metodologias utilizadas nas aulas e na coordenação de avaliação e acompanhamento são desenvolvidas as avaliações internas e externas das escolas. São 56 os profissionais que atuam para que os resultados projetados para as escolas possam ser alcançados.

Dando suporte à parte legal, a inspeção escolar é composta pela Assessora e 66 inspetores que trabalham em sistema de plantão na Regional e nas visitas às escolas. Também são colaboradores quatro auxiliares de serviços gerais, um vigia e duas auxiliares de cozinha.

De acordo com dados do Censo Escolar, data base de 30 de maio de 2013, a Regional Metropolitana VII atendia a 95.680 alunos e 7.040 professores. Quando criada, contemplava 111 escolas, localizadas em quatro municípios: Belford Roxo,

São João de Meriti, Nilópolis e Mesquita. No decorrer de 2012 algumas escolas foram municipalizadas, reduzindo esse quantitativo para 105 escolas.

Atualmente, são oferecidos o Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio Profissionalizante, Ensino Normal (Formação de Professores), Ensino Médio Inovador, Ensino Técnico, além dos programas de aceleração da aprendizagem Autonomia Ensino Fundamental e Autonomia Ensino Médio. No quadro 5, é exposto o quantitativo de turmas de acordo com as modalidades de ensino no ano de 2013.

Quadro 5: Grau de Ensino da DRP- Metropolitana VII

Grau de ensino	Número de turmas
Ensino Fundamental (anos finais)	1.093
Ensino Médio	1.075
Ensino normal	65
Educação de Jovens e Adultos Semipresencial	8
Educação de Jovens e Adultos Ensino Médio	48
Nova Educação de Jovens e Adultos Ensino Médio	128
Programa Autonomia - Ensino Fundamental	118
Programa Autonomia - Ensino Médio	84
Ensino Técnico	49
Ensino Médio Inovador	37

Fonte: CAEd (2012)

Localizada em uma área bastante carente de infraestrutura, a Metropolitana VII abrange municípios com uma população que convive com problemas de violência, baixa escolaridade, saneamento precário e infraestrutura local bastante comprometida. Além disso, historicamente, os quatro municípios sofrem com situações de enchentes, em virtude da localização ser abaixo do nível do mar.

Vale ressaltar que a sede da regional encontra-se em local distante dos centros de grande circulação do município, dificultando, com isso, o acesso das pessoas. Seu espaço físico é bastante amplo; porém as instalações não permitem a comunicação efetiva entre os setores. Recentemente, o espaço sofreu algumas melhorias na parte estética, mas ainda precisa de reformas no que se refere à parte elétrica e à internet.

Inspirada no novo modelo de nomeação para diretores regionais, a dos diretores escolares foi modificada. Sendo, agora, primeiramente aberto um processo seletivo para os cargos de Diretor Geral das unidades que estavam temporariamente sem gestor, abolindo os métodos de indicações ou eleições para o cargo e, posteriormente para os de Direção Adjunta. A partir de então, um novo processo seletivo é aberto sempre que existir carência nos cargos citados.

O quadro 6 apresenta a quantidade de turmas de cada nível de ensino, distribuídas de acordo com suas especificidades e cursos oferecidos pela Diretoria Regional Metropolitana VII.

Quadro 6: Cursos profissionais e projetos oferecidos pela DRP- Metro VII

Cursos profissionais e projetos	Quantidade de turmas
Ensino Médio	1.075
Ensino Médio Inovador	37
Nova EJA Ensino Médio	128
Projeto autonomia Ensino Médio	84
Técnico em administração	19
Técnico em análises clínicas	5
Técnico em contabilidade	10
Técnico em Enfermagem	13
Técnico em informática	2
Ensino Fundamental anos finais	1095
Projeto Autonomia Ensino Fundamental	118
Curso Normal	65
EJA Ensino Médio	48
EJA Ensino Médio Semi presencial	8

Fonte: Regional Metropolitana VIII (2013).

Implementado na Diretoria Regional no 2º bimestre de 2012, o Projeto Reforço Escolar, recebeu a orientação da Coordenação do Ensino Médio da Educação para que as escolas estruturassem suas turmas a partir da listagem extraída do programa Conexão Educação, sistema de dados on-line criado para agilizar a inserção de dados dos gestores, alunos e professores durante o processo

de ensino aprendizagem. Assim, as listagens indicariam os estudantes com média inferior a 5,0 em Língua Portuguesa e/ou Matemática no 1º bimestre. Isso não impediu que professores indicassem alunos com notas acima dessa média ou que outros, a princípio com bom rendimento nessas disciplinas, também se inscrevessem voluntariamente para o Reforço.

No quadro 7 são expostos os resultados de desempenho por Regional do 3º ano do ensino médio no SAERJ, para a proficiência de Língua Portuguesa, justificando sua indicação para participação do projeto com um número maior de escolas em relação às outras Regionais.

Quadro 7: Resultados de desempenho por DRP- Língua Portuguesa

DRP	Desempenho 2012	Padrão de Desempenho 2012
SERRANA II	285,3	Intermediário
NOROESTE FLUMINENSE	282,9	Intermediário
CENTRO SUL	278,3	Intermediário
MEDIO PARAIBA	276,5	Intermediário
BAIXADAS LITORANEAS	268,3	Intermediário
SERRANA I	268,2	Intermediário
METROPOLITANA I	257,9	Intermediário
NORTE FLUMINENSE	255,5	Intermediário
METROPOLITANA II	254,7	Intermediário
METROPOLITANA VII	253,1	Intermediário
METROPOLITANA III	252,3	Intermediário

Fonte: CAEd ,2013.

Já no quadro 8 são apresentados os resultados de desempenho do 3º ano do ensino médio no SAERJ, para a disciplina de Matemática.

Quadro 8: Resultados de desempenho por DRP - Matemática

DRP	Desempenho 2012	Padrão de Desempenho 2012
SERRANA II	290,7	Intermediário
NOROESTE FLUMINENSE	289,2	Intermediário
CENTRO SUL	278,7	Intermediário
MEDIO PARAIBA	278,4	Intermediário
SERRANA I	270,6	Baixo
BAIXADAS LITORANEAS	269,6	Baixo
NORTE FLUMINENSE	266	Baixo
METROPOLITANA I	259,6	Baixo
METROPOLITANA II	259,2	Baixo
METROPOLITANA VII	258,4	Baixo
METROPOLITANA VI	256,7	Baixo
METROPOLITANA III	256,2	Baixo
METROPOLITANA V	253,5	Baixo
METROPOLITANA IV	253,4	Baixo

Fonte: SAERJ, 2012.

A Metropolitana VII, junto com a Regional Médio Paraíba, destacou-se em todo estado na implementação do Projeto, com 50% de adesão inicial no ano de 2012. Apesar desse percentual, o número de escolas que ainda não participam é grande em relação aos baixos resultados apresentados pelos alunos.

Os programas de avaliação em larga escala utilizam uma metodologia de interpretação e construção de escalas de proficiência, que objetivam uma reflexão sobre cada etapa de aprendizagem ao associar cada um dos níveis a um conjunto de habilidades desenvolvidas, decorrente das etapas que compõem o processo ensino-aprendizagem. A tabela 3 mostra a relação entre a pontuação no SAERJ e o respectivo nível de proficiência.

Tabela 2 - SAERJ - Nota X Nível de proficiência

Até 250	Baixo
De 251 a 300	Intermediário
De 301 a 350	Adequado
A partir de 351	Avançado
Fonte: CAED,2012.	

No caso específico do Reforço Escolar, as escalas foram utilizadas para a escolha das escolas participantes do Projeto. A tabela 3 apresenta os dados das escolas indicadas:

Tabela 3 - Exemplos de dez escolas indicadas para o Reforço Escolar e o desempenho - SAERJ 2012

Escolas	Proficiência média em Língua Portuguesa	Proficiência média em Matemática
	Média estadual - 264,8 Metropolitana VII - 257,17	Média estadual - 269,24 Metropolitana VII - 260,22
CE Amazonas	258,73 Intermediário	259,92 Intermediário
CE Estrela do Sul	265,76 Intermediário	302,26 Adequado
CE Agostinho Porto	291,27 Intermediário	308,06 Adequado
CE Vinícius de Moraes	288,26 Intermediário	298,26 Intermediário
CIEP Vila Bela	225,76 Baixo	223,32 Baixo
CE Augusto Rodrigues	287,98 Intermediário	229,98 Baixo
CE Jardim Primavera	235,02 Baixo	287,98 Intermediário
CE Nova Alvorada	254,34 Intermediário	252,28 Intermediário
CE Novo Amanhecer	234,56 Baixo	263,47 Intermediário
CE Gelson Freitas	354, Adequado	272,34 Intermediário

Fonte: CAEd (2012)

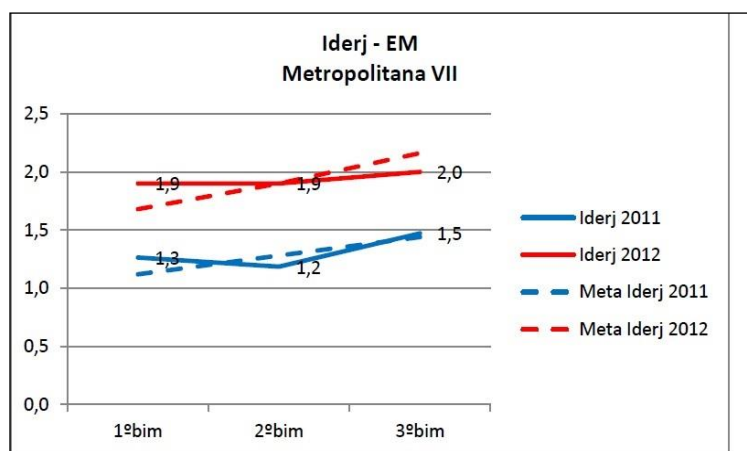
Apesar dos resultados expostos anteriormente, algumas das escolas não aderiram ao Projeto, como é o caso do CE Nova Alvorada e do CIEP Vila Bela, uma vez que não conseguiram implementar nenhuma ação e nem criaram turmas para o Projeto. No capítulo 2 deste estudo, serão apresentados e explicados os motivos dos impedimentos que levaram a não adesão.

Outro índice que permite avaliar o desempenho dos alunos é o IDERJ bimestral, obtido a partir dos resultados da avaliação do SAERJINHO. Embora a

partir do segundo bimestre o ID (Indicador de Desempenho) possa ter apresentado melhorias de um ano para o outro, a contribuição mais importante para a evolução do IDERJ foi dada pelo IF (Indicador de Fluxo), calculado pelas taxas de aprovação nas etapas de cada ciclo escolar.

Os gráficos apresentados a seguir mostram a evolução dos indicadores bimestrais da Metropolitana VII em 2011 e 2012.

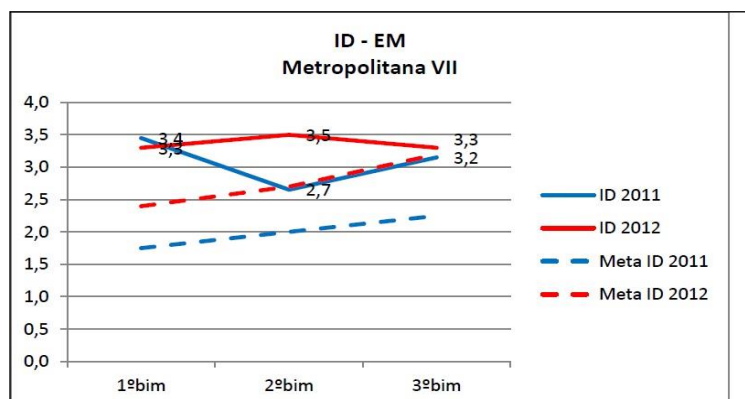
Gráfico 5 - Evolução do IDERJ bimestral (ensino médio)



Fonte: SEEDUC-RJ, 2012.

O gráfico 6 mostra um avanço nos resultados do IDERJ nos anos analisados. No entanto, apesar desse crescimento, constata-se que a meta só foi atingida em 2011, aproximando-se da meta prevista em 2012.

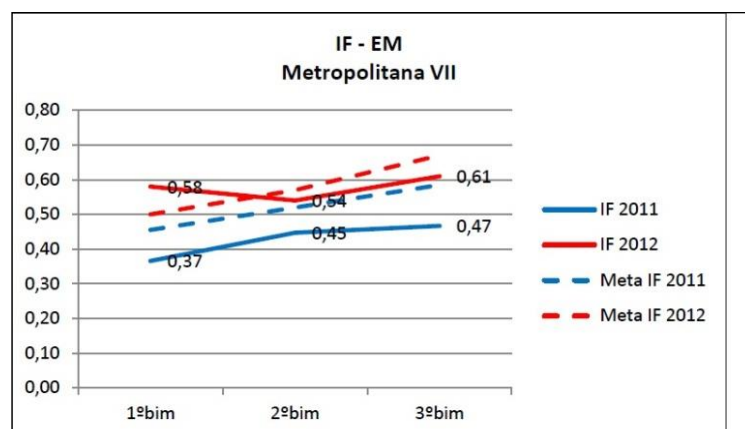
Já o gráfico 7 apresenta a evolução do ID no ensino médio em relação aos três bimestres e à meta dos anos de 2011 e 2012.

Gráfico 6 - Evolução do Índice de Desempenho (ensino médio)

Fonte: SEEDUC-RJ, 2012.

O ID teve queda do primeiro para o segundo bimestre de 2011, recuperação no terceiro e estabilidade em 2012, com leve declínio no terceiro bimestre. A meta foi atingida por larga margem em quase todos os bimestres, com exceção do terceiro de 2012.

Já o gráfico 7 expõe a evolução do Índice de Fluxo nos três bimestres e anos de 2011 e 2012 em relação às metas estabelecidas.

Gráfico 7 - Evolução do IF bimestral (ensino médio)

Fonte: SEEDUC-RJ, 2012.

O IF, em comparação a todos os bimestres de 2011, teve resultado melhor em 2012. Entretanto, somente no primeiro bimestre a meta foi atingida. Em função de uma melhora muito lenta nos quatro bimestres de 2011 e no primeiro bimestre de

2012, acrescida de uma queda brusca no segundo bimestre de 2012, conforme resultados divulgados pela SEEDUC/RJ, a Diretoria Pedagógica da Regional Metropolitana VII intensificou a cobrança de ações nas escolas para melhorar os resultados.

De forma geral, todos os gestores são orientados a promover encontros para o acompanhamento do currículo mínimo nas Unidades Escolares e verificar se os conteúdos estão sendo trabalhados integralmente, além de serem incentivados a estabelecer diálogo constante com os alunos sobre a importância dos estudos.

Na seção seguinte, apresentar-se-á as escolas que serão investigadas em suas gestões escolares do âmbito desta Diretoria Pedagógica, caracterizando cada uma delas.

1.4 Apresentação das escolas observadas na pesquisa

Para melhor analisar os limites da implementação do Projeto na Metropolitana VII, foram observadas duas escolas a ela vinculadas, com alunos do ensino médio: o Colégio Estadual Jardim Primavera e a segunda delas o CIEP Vila Bela. Por meio de entrevistas com os diferentes atores das instituições, foi feita uma investigação para compreender de que maneira os diversos sujeitos receberam as informações sobre a política pública implementada pela Secretaria de Educação, o Reforço Escolar.

1.4.1 Colégio Estadual Jardim Primavera

O Colégio Estadual Jardim Primavera oferece ensino médio regular nos turnos da manhã e da tarde e, de acordo com dados do Censo Escolar, data base de 2 de outubro de 2011, tem 826 alunos, distribuídos em 22 turmas, sendo 12 de 1º ano, sete de 2º ano e três de 3º ano. A diminuição do número de alunos nas turmas de 2º e 3º anos se justifica pelo alto índice de reprovação e evasão nas turmas de 1º ano, não apenas na escola, mas no estado do Rio de Janeiro.

Segundo a Resolução SEEDUC/RJ nº 4.747, de 5 de dezembro de 2011, que estabelece os critérios de classificação em categorias das unidades escolares da rede pública estadual, a escola tem classificação C, ou seja, 45 a 66 pontos. Para

esse cálculo são considerados o número de alunos por turma, o número de turnos da escola, a quantidade de turmas e número de programas que a escola desenvolve.

A escola dispõe de 12 salas de aula, uma biblioteca, um laboratório de informática, um auditório, uma cozinha, um refeitório que comporta 50 alunos e uma quadra para prática esportiva, funcionando em prédio próprio, no Município de Belford Roxo. A equipe administrativa é composta pela Diretora Geral, Diretora Adjunta, secretária escolar e agente de pessoal.

O corpo docente é formado por 56 professores servidores do estado, alguns com curso de pós-graduação. O seu corpo discente é basicamente formado por alunos que residem próximo à escola. A maioria dos pais ou responsáveis comparece quando chamada e acompanha o desempenho de seus filhos ou tutelados.

O resultado do IDEB de 2011, no ensino médio, foi de 3,5, apresentando um crescimento considerável, tendo em vista que, no ano anterior (IDEB 2009), o seu resultado foi de 2,5, ou seja, a escola, além de atingir a meta estabelecida pelo Governo Federal, apresentou um crescimento de 40% na referida modalidade. Nos 1º e 2º bimestres de 2012, as metas que envolvem a nota do Saerjinho e o fluxo escolar de todos os segmentos da escola foram atingidas, sendo ela, por isso, considerada uma escola de destaque na Regional.

Anualmente, desenvolve projetos de formação continuada, nos quais os docentes sempre comparecem, com o objetivo de capacitá-los, nos quais são ministradas palestras e debates sobre diversos temas, tais como: avaliações externas, avaliações internas, novas tecnologias dentre outros. Também são desenvolvidos projetos pedagógicos, como: feira integrada e concursos de poesia e redação.

1.4.2 CIEP Vila Bela

O CIEP Vila Bela oferece o ensino médio nas modalidades regular e Educação de Jovens e Adultos, funcionando nos três turnos para atender às demandas da comunidade em que se encontra inserida. Segundo a Resolução da SEEDUC nº 4.747, de 5 de dezembro de 2011, que estabelece critérios de

classificação em categorias das unidades escolares da rede pública estadual, a escola tem classificação B, ou seja, possui de 67 a 88 pontos.

De acordo com os dados do Censo Escolar, data base de 2 de outubro de 2011, são 1.229 alunos, distribuídos em 29 turmas, sendo 13 do 1º ano, 12 do 2º ano e 4 do 3º ano do ensino médio. A diminuição das turmas segue o mesmo critério apresentado na escola descrita anteriormente. Dispõe em sua infraestrutura de 15 salas de aula, uma biblioteca, um laboratório de informática, um auditório, uma sala de vídeo, uma cozinha, um refeitório, uma sala de professores, uma secretaria escolar, uma sala de direção e uma quadra esportiva, funcionando em prédio próprio da SEEDUC/RJ. Sua equipe é formada por 76 professores, alguns com curso de pós-graduação e seu corpo discente é basicamente de alunos que residem no entorno da comunidades. A equipe administrativa da unidade escolar é composta por uma Diretora Geral e dois Diretores Adjuntos.

No ano de 2012, foi realizado o Projeto “Se Liga juventude” que, no 1º bimestre, trabalhou a comunicação e a expressão por meio das disciplinas de Língua Portuguesa e Artes. As atividades envolveram vídeos e peças de teatro. Já no 2º bimestre, foram realizadas atividades com as disciplinas de Matemática, Química, Física e Biologia, com a apresentação de trabalhos, construção de maquetes e a culminância com a Feira de Ciências. Para o 3º e 4º bimestres, o tema envolveu as disciplinas de História, Geografia e Filosofia, com a apresentação da Gincana Cultural, a partir de pesquisas realizadas pelos alunos.

Em 2012, a escola não alcançou as metas estabelecidas pela Secretaria de Educação, além de apresentar um declínio considerável no IDEB, apresentando o menor resultado da Regional. Já o IDEB de 2009 foi 2,5, não atingindo a meta estipulada pelo governo federal que era de 2,6 para aquele ano. Entretanto, no ano de 2011 a situação da escola ficou ainda mais difícil, pois apresentou um declínio de mais de 30%, com seu resultado de 1,7. O fluxo da referida escola é baixo, tendo em vista o baixo índice de aprovação. Nos encontros de formação continuada, a participação dos professores não é frequente e dificilmente eles estão presentes nos encontros promovidos pela Regional.

No próximo capítulo, serão analisados os fatores intraescolares e extraescolares que dificultam a implementação do projeto Reforço Escolar. A análise será feita com base nos questionários aplicados, nas entrevistas realizadas e na bibliografia de referência.

2 APROFUNDANDO CONHECIMENTOS SOBRE O REFORÇO ESCOLAR

O objetivo central do Projeto Reforço Escolar está no resgate de conteúdos não aprendidos, mas indispensáveis como pré-requisitos para novas aprendizagens. Dessa maneira, configura-se como estratégia de alinhamento da base necessária ao aluno para o prosseguimento de sua vida escolar.

A expectativa em torno do resultado de sua implementação é que haja melhoria nos índices de desempenho das escolas da rede estadual. Como já informado no capítulo anterior, algumas escolas não conseguiram implementar o Projeto, mesmo apresentando índices insatisfatórios no IDEB e no SAERJ e SAERJINHO. Desse modo, este capítulo se dedicará à análise das causas dessa não implantação, a fim de que a proposta de intervenção sugerida na terceira parte deste estudo possa indicar ações efetivas para promover o desenvolvimento do Projeto nas instituições em que existem alunos com aprendizagem defasada em relação à etapa de ensino em que se encontra.

Para melhor compreensão dos motivos que limitaram a implementação dessa política pública, foi incluída nesta pesquisa a análise das ações gestoras de duas escolas vinculadas à Regional Metropolitana VII, uma que aderiu ao Projeto e outra que não desenvolveu nenhuma das suas atividades. Serão levantadas as estratégias de divulgação e esclarecimentos acerca da proposta e metodologia, além de identificar as formas de atuação dessas escolas. Para isso foram construídos questionários, aplicados em 20 professores de Língua Portuguesa e Matemática que trabalham com o Projeto na função de dinamizadores. Além disso, também foram entrevistados 15 professores das mesmas disciplinas que não o desenvolvem e com cada gestor das escolas.

Foram 24 perguntas, transcritas no apêndice 1 desta dissertação. Para algumas das perguntas desse questionário foram construídos gráficos que expressam o resultado e facilitam a análise das respostas dadas pelos respondentes. A estrutura da entrevista realizada com os gestores está exposta ao apêndice 2.

O capítulo 2 está dividido em duas seções. A primeira se dedicará à análise dos fatores extraescolares, ou seja, aqueles relacionados à organização da sociedade e da família que podem contribuir para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Serão abordados a falta de incentivo da família para que

o educando permaneça em horário ampliado na escola, o trabalho remunerado exercido por alguns estudantes após o horário regular, o grande absenteísmo desses discentes, dentre outros. Acredita-se que essas questões podem configurar-se como dificuldades para a implementação do Projeto em algumas escolas.

Na segunda seção, será abordada a incidência dos fatores intraescolares que interferem na expansão do projeto, como a frequência dos alunos, a divulgação e a adesão de professores e a falta de infraestrutura de algumas escolas. Com base nos dados da pesquisa realizada e em documentos legais, serão analisadas as situações que dificultam a adesão.

2.1 A política pública Projeto Reforço Escolar e sua implementação

Sabe-se que o sucesso de implementação de uma política pública depende da forma como os sujeitos envolvidos a compreendem. O modo como o gestor compreende a política interfere no modo como ela é implementada. Para que uma política pública seja implementada com sucesso é necessário que os sujeitos que irão executá-la compreendam o seu objetivo, pois dessa forma conseguirão colocá-la em prática com maior qualidade e eficácia. Neste sentido as políticas dentro do contexto da prática estão sujeitas a novos olhares, apreciação e até mesmo podendo ser recriadas.

Para Condé (2011) a implementação é um momento difícil, pois depende de inúmeras variáveis, nessa etapa, os gestores e demais atores envolvidos tem um papel preponderante, por isso compreendemos que é fundamental o comprometimento de todos os envolvidos nesta fase da política.

Analisar a gestão das escolas tem um grande valor para este estudo, pois se tratando da implementação de uma política o papel do gestor é fundamental, pois é na escola, terreno em que ele é o líder, que a política educacional atinge o seu ponto essencial ao processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, avaliaremos o envolvimento da gestão e sua contribuição na realização desta fase da política.

Segundo Lück, “organizações que constroem em conjunto uma realidade educacional proativa, empreendedora e orientada para a constituição da pedagogia do sucesso apresentam como característica a superação do entendimento limitado

(LÜCK, 2010, p. 75). Assim, cada um se entende no sistema como parte de um todo, participante de uma construção coletiva e interativa. A autora afirma que

O processo educacional só se transforma e se torna mais competente na medida em que seus participantes tenham consciência de que são corresponsáveis pelo seu desenvolvimento e seus resultados (LÜCK, 2010, p.76).

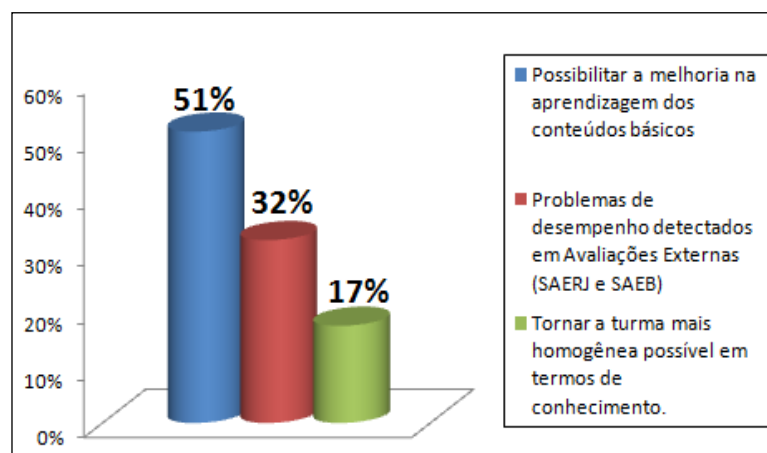
Para tanto, nesta seção, será investigado como o Projeto Reforço Escolar foi compreendido e implantado nas escolas pesquisadas.

As entrevistas realizadas com gestores das duas escolas foram feitas a partir de roteiros semiestruturados, estabelecendo-se um diálogo para promover o acesso a um maior número de dados fundamentais à pesquisa.

Tanto na escola Jardim Primavera, que chamaremos de escola A, como no CIEP Vila Bela, escola B, foram aplicados questionários aos professores das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Na escola A, porém, somente participaram da pesquisa os dinamizadores, ou seja, os que trabalham no Projeto. A seleção dos entrevistados considerou a atuação em pelo menos uma turma do Projeto

Os professores da escola A foram questionados sobre as razões que levaram a SEEDUC a implementar essa política pública e oferecê-la a todas as escolas que desejassem melhorar seus índices educacionais.

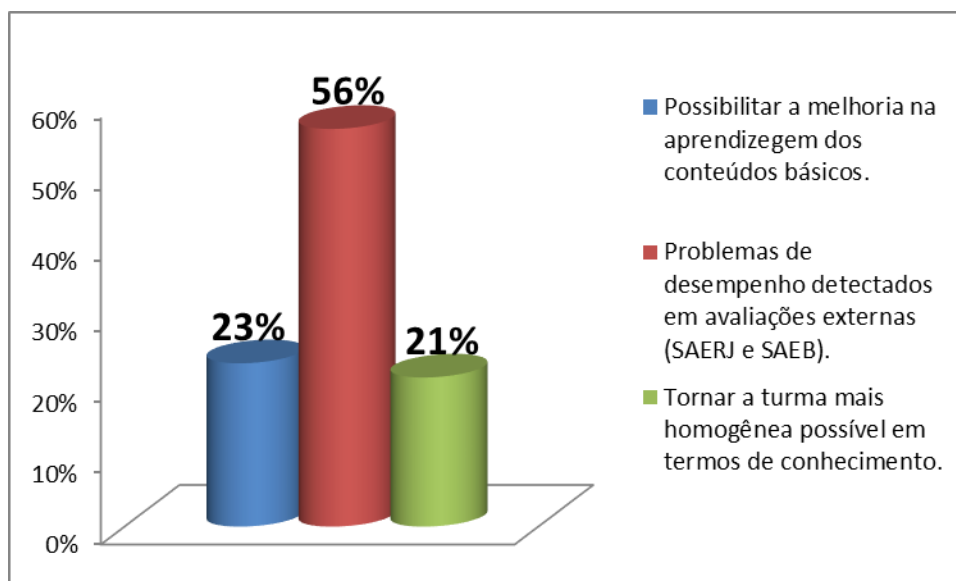
O gráfico 8 expõe essas porcentagens.

Gráfico 8 - Fatores que levaram à criação do Projeto Reforço Escolar - Escola A

Fonte: Elaboração própria (2014).

Os dados mostram que, apesar de a escola desenvolver o projeto já há dois anos (desde 2012), ainda percebe-se falta de esclarecimento para um número significativo de docentes sobre a sua real proposta.

Dos 20 docentes entrevistados, 51% respondeu que o objetivo era a melhoria da aprendizagem, o que não condiz com os objetivos do Projeto. 32% deles informaram corretamente a sua finalidade - o aumento dos resultados do IDEB e das notas nas avaliações externas - e 17% disse acreditar que ele colabora para manter um nível mais homogêneo de aprendizagem. Esses percentuais demonstram que menos da metade dos professores da escola que trabalham com o reforço escolar reconhecem o objetivo da proposta. O gráfico 9 apresenta os resultados da escola B, na qual não houve adesão ao projeto.

Gráfico 9 - Fatores que levaram à criação do Projeto Reforço Escolar - Escola B

Fonte: Elaboração própria (2014).

A falta de conhecimento sobre a finalidade do Projeto na escola B ainda é maior: mais da metade dos professores desconhecem o seu objetivo.

A situação levantada aponta para a necessidade de que uma divulgação mais efetiva para que todos os envolvidos na vida escola conheçam a proposta na sua essência.

Segundo Mainardes (2006, p. 53 apud BOWE et al., 1992), é preciso que "os gestores, professores e todos os profissionais da escola exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais" (MAINARDES, 2006,). Assim, suas concepções devem ser consideradas e o diálogo, a cooperação, a participação e o comprometimento concretizados nas salas de aula e em todo o ambiente escolar.

A fim de assegurar que os atores escolares se apropriem das políticas curriculares, o gestor exerce o papel de principal agente articulador de toda a ação pedagógica, criando espaços e momentos de debate dessas políticas.

Interessante notar que mesmo com a pouca compreensão dos objetivos do Projeto, os docentes responderam ter acesso a dados sobre ele. Na tabela 9 a fonte dessas informações está apresentada.

Quadro 9: Formas de obtenção de informações sobre o Projeto pelos professores das escolas (em % do total de respostas)

Fonte da informação	Escola A	Escola B
O diretor da escola me informou	56	20
Vi o cartaz divulgando o projeto em minha escola	27	15
Vi no site da SEEDUC	12	15
Outro meio (reportagens ou folders)	5	5
Não conheço o projeto	0	45

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados.

Percebe-se que na escola B o diretor teve pouca influência, uma vez que a maioria dos professores conheceu o Projeto por meio de cartazes ou do site da SEEDUC. Na escola A, apesar de o gestor ter uma participação maior na divulgação, ainda assim representa um percentual reduzido, já que apenas metade dos professores teve acesso ao projeto a partir desse sujeito. A comunicação parece funcionar mais baseada no próprio interesse do docente, pois, quando são analisados os resultados do site e do cartaz, eles são mais mencionados por 39% dos professores da escola A e quase um terço (30%) dos da escola B.

Sabe-se que na sociedade moderna as informações chegam a uma velocidade grande dada às tecnologias oriundas dos recursos midiáticos. Porém, é importante que, nas escolas, esse fluxo seja direcionado pelas lideranças para que se atinja o propósito desejado.

Heloísa Penteado (1991) propõe que a escola atue em cooperação com os meios de comunicação de massa, não criando programas de educação por meio desses veículos, mas, sim, utilizando-os como fonte de informação e como tema para debate. Isso evita, por exemplo, que alguns processos de divulgação ocorram apenas de forma transmissiva.

Por isso, é necessária a intervenção da direção da escola, no sentido de promover, além da informação do Projeto, um espaço para que seja discutida e avaliada sua importância para a Unidade Escolar.

Ainda de acordo com a autora, por meio da mídia são ensinados modos de falar, padrões de comportamento e parâmetros de julgamento, sempre do ponto de vista da atualidade e do cotidiano. Tanto os meios de comunicação de massa quanto

a escola atuam da mesma forma, ou seja, educando através de signos: texto escrito e ilustração, imagem e fala.

No entanto, deve-se encontrar um meio termo para que esses instrumentos sirvam de auxílio, mas não suprimam os conhecimentos sistematizados, produzidos por procedimentos científicos que orientam atitudes e condutas mais condizentes com a racionalidade humana.

Portanto, para que se desenvolva um espaço mais efetivo de utilização da mídia para divulgação do Projeto, será preciso priorizar as questões relevantes sobre os objetivos, a metodologia e o material didático, evitando, com isso, que ocorram equívocos a respeito do seu funcionamento. Em um primeiro momento, é necessário que se discuta as dúvidas mais frequentes, para que as informações não cheguem distorcidas ou manipuladas e, a partir daí, esses instrumentos sirvam como suporte pedagógico de informação e conhecimento.

O gestor tem um papel de grande importância nessa questão, pois é quem recebe em primeira mão as informações sobre os programas oferecidos para sua UE e deve assegurar que elas cheguem a toda comunidade. Essa comunicação é fundamental para que a execução da política não fique comprometida.

Segundo Heloísa Lück (2009, p. 22),

os gestores escolares, constituídos em uma equipe de gestão, são os profissionais responsáveis pela organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, da qual resulta a formação da cultura e ambiente escolar, que devem ser mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento da construção do conhecimento aprendizagem orientada para a cidadania competente .

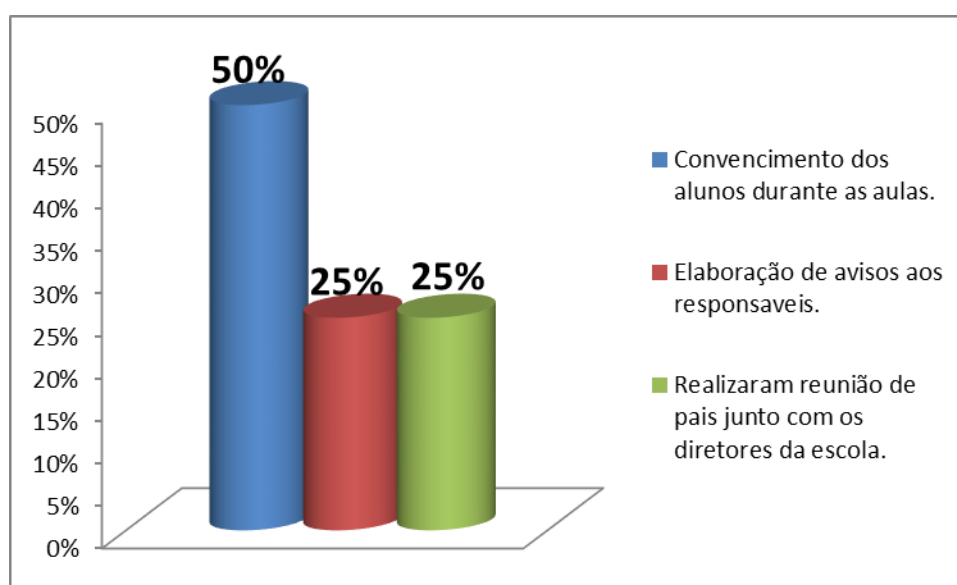
Para a autora, a gestão se orienta pelos princípios democráticos e pela participação consciente e esclarecida dos sujeitos escolares nas decisões sobre orientação, organização e planejamento do trabalho, referindo-se ao sistema de ensino como um todo, desde a escola até os respectivos órgãos regionais e centrais.

No setor pedagógico da UE, cabe ao gestor orientar e acompanhar o planejamento escolar, as formas de avaliações e os projetos didáticos, promover encontros pedagógicos, acompanhar os resultados das avaliações internas e externas, traçar estratégias para o melhor aproveitamento das aulas, acompanhar, assinar históricos escolares, declarações e autorizações, dentre outros. No que diz

respeito aos órgãos regionais, cabe à Diretoria Regional uma análise sobre essas questões para que desenvolva um trabalho focado, com gestores e professores em escolas a fim de não comprometer a execução dessa e de outras políticas e programas.

O gráfico 10 demonstra os resultados do questionamento a respeito de como os docentes da escola A se articularam para implementar o projeto.

Gráfico 10 - Como sua escola se articulou para implementar o Projeto Reforço Escolar? (Professores da Escola A)



Fonte: Elaboração própria (2014).

Os dados mostram ações focadas e efetivas dos docentes e gestores para garantir a participação dos alunos no reforço escolar, com destaque para o convencimento dos educandos durante as aulas dos professores. Nota-se que 50% utilizou o período de suas aulas para promover a participação de seu aluno nas aulas, o que mostra a relevância do alcance do esperado.

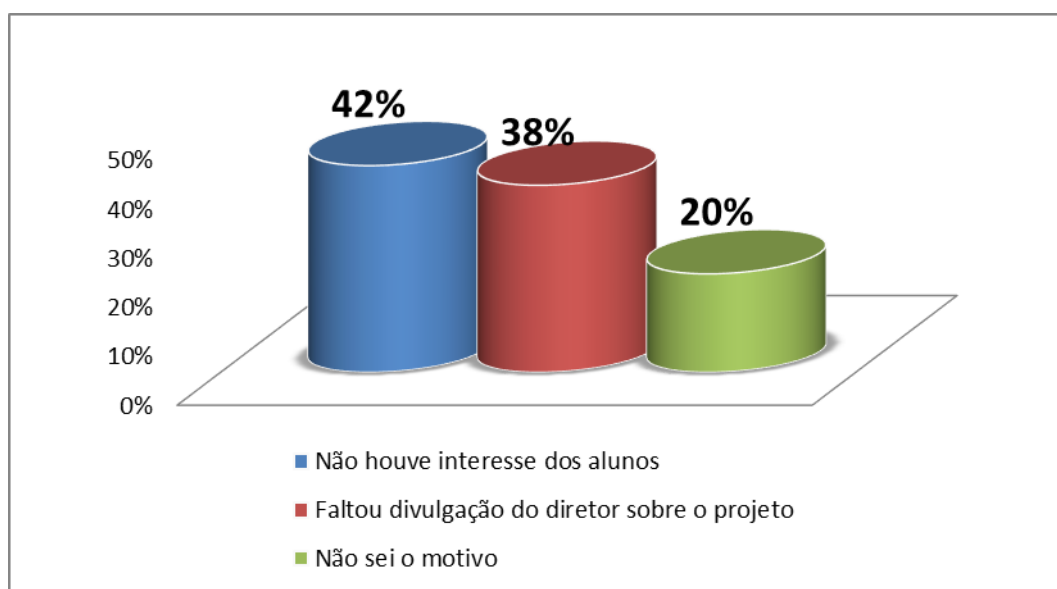
Outra questão de atenção se dá na importância do papel da gestão escolar na orientação das questões pedagógicas e parceria com seus docentes como fundamental, pois ela deve possibilitar o desenvolvimento dos projetos que venham a recuperar a aprendizagem dos alunos.

Embora parecidas, nenhuma escola é igual à outra e o reconhecimento das situações que ocorrem no dia a dia escolar tem importância significativa e determinante na qualidade do ensino. Por isso, as informações devem estar

alinhadas com o planejamento e a execução de ações que irão fazer parte da rotina da escola. Quando isso não ocorre, há um prejuízo para todos, refletindo diretamente na aprendizagem dos alunos, sujeito final de todo trabalho empreendido.

Esse fato se torna bem evidente quando os professores da escola B foram perguntados sobre os motivos que levaram à falta de adesão ao projeto, conforme mostrado pelo gráfico 11.

Gráfico 11 - Os motivos da sua escola não participar do Projeto Reforço Escolar (Professores da escola B)



Fonte: Elaboração própria (2014).

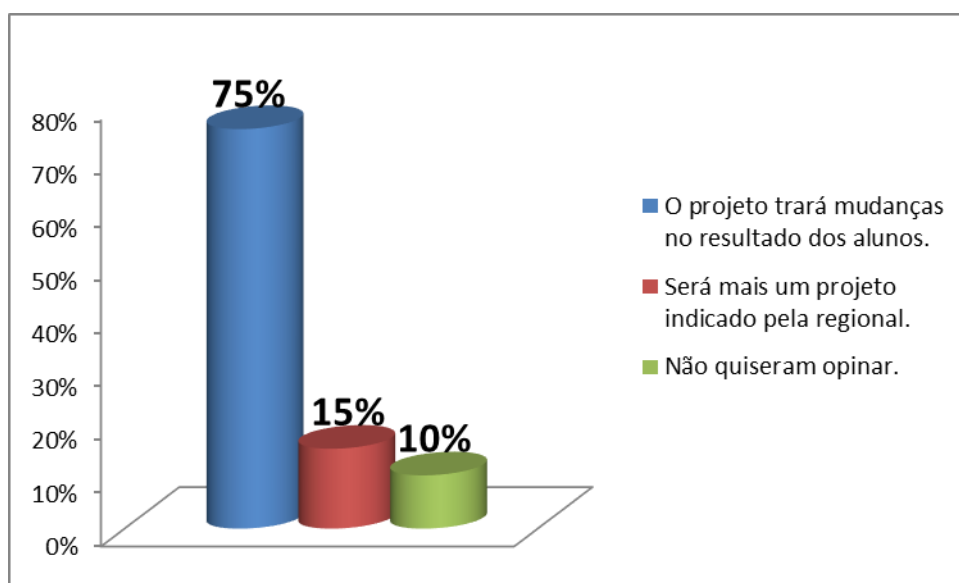
Analisando essas informações, percebe-se que a política será influenciada por aqueles que a colocarão em prática. A falta de interesse dos alunos aparece nas respostas de 42% dos professores sobre os motivos que levou a escola a não participar do Reforço Escolar. Já a falta de divulgação do diretor sobre o projeto apresenta um percentual de 38%. E ainda aparecem 20% dos professores desconhecendo o motivo que levou a escola a não participar.

Segundo Lück (2000), a comunidade escolar não apenas faz parte do ambiente da escola, mas o constitui, a partir de sua forma de agir, como se posiciona e vê o desempenho da escola. Nesse sentido, para que o clima escolar se torne positivo, é necessário que cada um reconheça seu papel e compreenda sua importância para a superação das dificuldades apresentadas.

A consequência do pouco envolvimento dos docentes mostrada nas entrevistas colaborou para que não ocorresse a implementação, pois eles não participaram da divulgação e sensibilização dos seus alunos. Sabe-se que é fundamental que toda a comunidade escolar esteja motivada a atuar dos projetos a serem desenvolvidos na escola. Para isso, o professor também deve se envolver, pois é ele quem articula diariamente o processo de ensino e aprendizagem com seus alunos.

Os professores da escola A, que desenvolveu as ações de implementação do Projeto, responderam a respeito de suas expectativas na escola que lecionam, como exposto no gráfico 12.

Gráfico 12 - Expectativa dos professores sobre a implementação do Projeto (Professores da Escola A)



Fonte: Elaboração própria (2014).

Observa-se que 75% deles disseram que suas atividades permitirão mudanças nos resultados dos educandos, o que demonstra uma boa expectativa desses docentes com relação ao alcance dos objetivos. Porém, ainda existe uma certa desconfiança de alguns, uma vez que 15% acredita ser ele apenas mais um projeto indicado pela Regional e 10% não quiseram opinar.

Segundo Lück (2010, p. 75), “organizações que constroem em conjunto uma realidade educacional proativa, empreendedora e orientada para a constituição da pedagogia do sucesso apresentam como característica a superação do entendimento limitado”.

Por isso, o trabalho em equipe, integrado, é importante, de forma que haja compreensão dos objetivos e o resultado final não fique prejudicado. Por exemplo, o CIEP Vila Bela, por não entender a divulgação ocorrida, fez com que ele não participasse do projeto e não oportunizasse aos seus alunos a chance de receber as ações que a política em questão concede aos participantes.

Uma política pública é instituída em razão das demandas que surgem na sociedade em determinado campo. Para isso, é necessário conhecer bem toda a realidade, desenvolvendo ações eficientes àquela situação apresentada.

Pode-se refletir, dessa forma, sobre os efeitos que o Projeto representa dentro da esfera escolar, além de avaliar os fatores extraescolares e intraescolares que dificultaram a implementação em algumas escolas da Regional.

Sendo assim, na próxima seção serão estudados os aspectos extraescolares que podem ter influenciado a falta de adesão de algumas escolas ao Projeto.

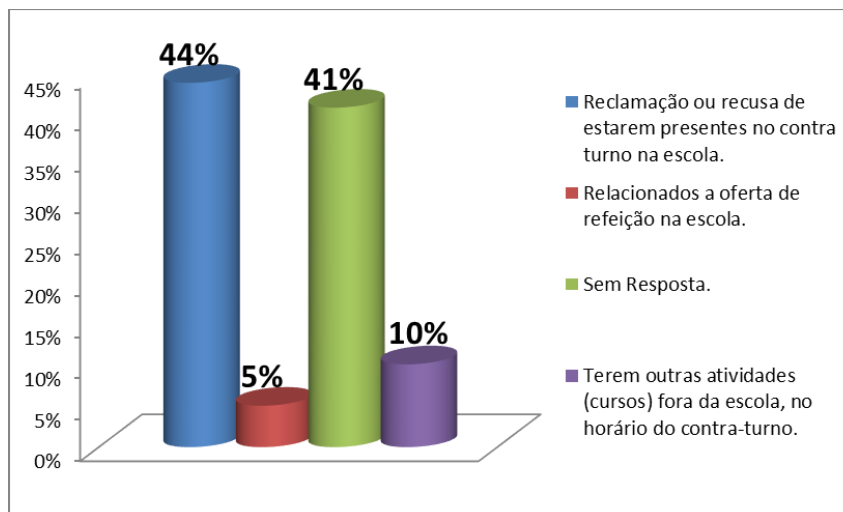
2.1.1 Fatores extraescolares

Os aspectos extraescolares são caracterizados como aqueles relacionados à família e sociedade, ou seja, estão fora dos muros da escola, mas podem influenciar diretamente a aceitação dos alunos com relação ao Projeto e a frequência deles durante as suas aulas, o que será discutido neste tópico.

Em entrevista realizada na escola A, apenas 35% dos professores entrevistados ministravam aulas para mais de 20 alunos, o que revela a baixa adesão dos alunos nas turmas de reforço, uma vez que a maioria dos professores, 63%, tinha, em suas turmas, até dez alunos. Vale ressaltar que essa atividade diferenciada é realizada no contraturno e o quantitativo de alunos por turma, por orientação da SEEDUC, nas turmas de Reforço Escolar não poderia ultrapassar o limite de 28 alunos. Portanto, os gestores e professores enfrentavam grandes problemas para garantir não só adesão, como também a frequência dos educandos às suas aulas.

O gráfico 13 identifica as maiores dificuldades apresentadas pelos alunos para comparecerem às aulas de reforço, segundo os professores entrevistados.

Gráfico 13 - Dificuldades encontradas pelos alunos para estarem na escola no contraturno



Fonte: Elaboração própria (2014).

Com relação a essa questão, as perguntas foram feitas também aos professores e gestores da escola A. Foram 25 respostas e 44% dos entrevistados disseram que os alunos não têm interesse em permanecer na escola no contraturno.

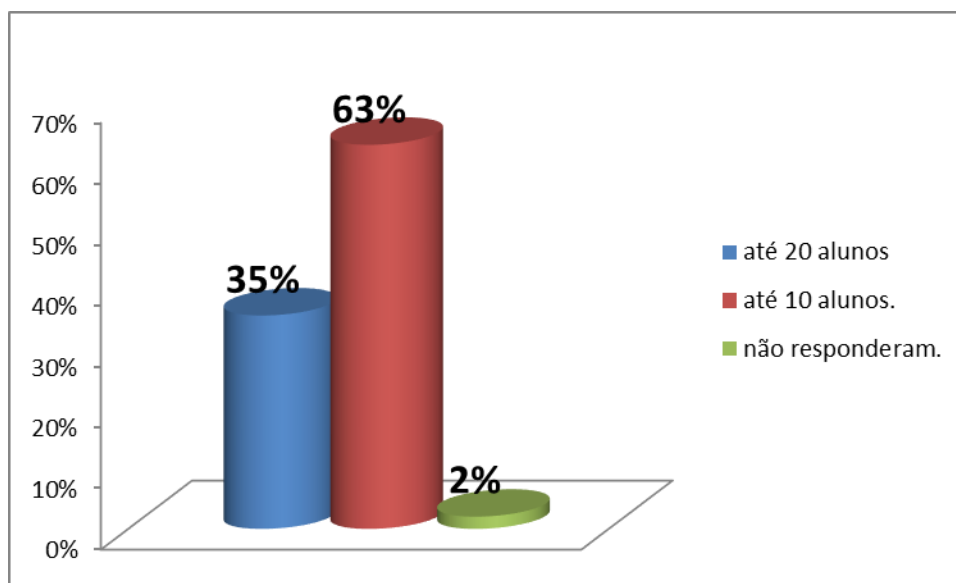
Também percebe-se que 10% declararam que alguns deles não comparecem porque têm outras atividades no horário destinado ao reforço. Muitas delas dizem respeito aos alunos que precisam trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias.

Eles apontaram, ainda, que, nas escolas fluminenses, o projeto compete com outros projetos realizados em parceria com Universidades e iniciativa privada, como empresas que investem em cursos profissionalizantes ou em formações especializadas. É possível citar como exemplo o Projeto “Jovem do Futuro” do Instituto Unibanco, “uma ação que oferece às escolas públicas do Ensino Médio apoio técnico e financeiro para que, em um período de três anos, seu desempenho seja melhorado substancialmente” (INSTITUTO UNIBANCO, 2013).

Além disso, alguns educandos ingressam em estágios e projetos de educação profissional como o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), programa do Governo Federal que tem por objetivo oferecer formação técnica e profissional aos alunos do ensino médio. Ele serve de estímulo porque garante uma formação específica que pode oferecer ao estudante acesso mais rápido ao mercado de trabalho.

Quanto ao absenteísmo dos alunos, nota-se um dado muito grave como exposto no gráfico 14, que mostra a frequência dos alunos matriculados no Projeto na escola A

Gráfico 14 - Quantitativo de alunos que frequentam as aulas do Projeto Reforço Escolar



Fonte: Elaboração própria (2014).

Tais dados esclarecem que, embora a escola tenha investido em ações para divulgar o projeto e sensibilizar os estudantes, a frequência não ocorreu de forma satisfatória. Esse fato merece atenção, pois, para que ele alcance sua finalidade, será imprescindível que seja assegurada a participação dos alunos nas aulas de reforço. Caso contrário, os resultados não serão alterados e a aprendizagem poderá ficar comprometida. Importante destacar que os números levantados nesta pesquisa sobre a frequência remetem a uma realidade paradoxal. Embora a escola seja percebida como uma possibilidade para melhorar as condições de vida desses estudantes, segundo Bourdieu (2010b, p. 221) há uma tendência de essa instituição “(...) ser considerada cada vez mais, tanto pelas famílias quanto pelos próprios alunos, como um engodo, fonte de uma imensa decepção coletiva: essa espécie de terra prometida, semelhante ao horizonte, que recua na medida em que se avança em sua direção”.

Ainda de acordo com esse autor, o fato de a escola não propiciar uma vida melhor para muitos que recorrem a ela nessa busca (sobretudo pessoas provenientes de famílias economicamente mais pobres) tem sido usado como subsídio para o questionamento de muitos teóricos se essa instituição é realmente libertadora e democrática, uma vez que não consegue cumprir de forma eficiente seu papel.

A relação entre a comunidade e gestão escolar é de fundamental importância para o entendimento e compreensão das particularidades existentes nas escolas e os problemas encontrados diante do contexto apresentado por elas, principalmente quando se trata de escolas situadas em áreas carentes. Vale ressaltar que as escolas pesquisadas estão inseridas em uma região da baixada fluminense com situações de extrema pobreza e violência e que os alunos matriculados são oriundos dessas localidades.

Segundo o professor Marcelo Burgos, do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, a falta de pesquisas sobre instituições de ensino nas comunidades carentes é um dos fatores que contribuem para o baixo desempenho desses estudantes. Afirma que uma grande parcela dos professores que ensinam em escolas de comunidades carentes projetam características negativas nos alunos, pelo local em que eles vivem (BURGOS, 2009). Esse preconceito os afasta cada vez mais dos pais e responsáveis.

Desse modo, torna-se imprescindível o desenvolvimento de ações efetivas para um maior envolvimento dessas famílias, com foco na recuperação da autoestima e estímulo para que alunos e responsáveis possam trilhar um caminho de progresso, tendo na escola uma fonte inesgotável de expectativas de um futuro promissor. Todas essas situações descritas são causas apontadas principalmente pelo absenteísmo dos educandos. Cabe uma análise minuciosa para que se possa trabalhar mais efetivamente na solução das situações apresentadas.

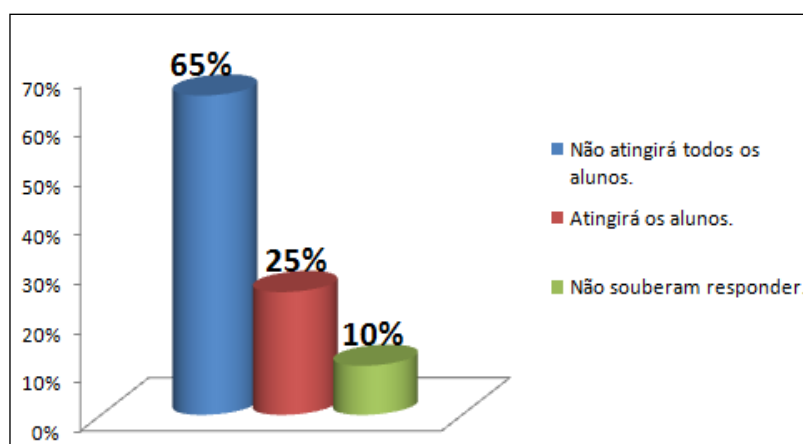
Segundo Castro e Regattieri (2009), diante da complexidade que afeta a vida dos alunos, a escola pública deve cumprir sua missão de assegurar um ensino público de qualidade, com uma estrutura educacional que permita assumir a iniciativa da aproximação com as famílias. Assim, a verificação de que o nível socioeconômico do aluno é, sabidamente, o fator de maior impacto nos resultados escolares, tem sido frequentemente objeto de discussão entre gestores e professores nos últimos anos. Esse é um constrangimento real que pode ajudar ou

dificultar o aprendizado do aluno, afetando diretamente o funcionamento e a organização das escolas e das salas de aula.

De acordo com alguns docentes que responderam aos questionários, o absenteísmo dos discentes faz com que o Projeto não atinja seus objetivos na recuperação dos conteúdos defasados. Assim, torna-se essencial fazer com que a escola busque conhecer o seu aluno no contexto extraescolar. Dessa forma, precisa fortalecer a participação dos responsáveis em conselhos e reuniões de pais, conscientizando-os sobre a importância da participação na vida escolar dos filhos. É possível perceber nas respostas dos respondentes da escola A que eles têm optado por um trabalho de maior envolvimento entre todos que compõem a comunidade escolar, a fim de buscar soluções que agreguem valor e comprometimento ao trabalho com os educandos. A relação entre a comunidade e gestão escolar é fundamental para o entendimento das especificidades existentes nas escolas e os problemas encontrados diante do contexto, principalmente quando se trata de escolas situadas em áreas carentes.

O gráfico 15 mostra percentuais que traduzem a falta de expectativa dos docentes em relação aos alunos atingirem os objetivos a que o Projeto se propõe.

Gráfico 15 - Opinião dos professores sobre o Projeto e a recuperação de aprendizagem dos alunos (Professores da Escola A)



Fonte: Elaboração própria (2014).

Em alguns casos, eles levantaram hipóteses de que haveria necessidade de se implementar o reforço também em outras disciplinas. Tal opinião se justifica pelo

fato de, além dos alunos apresentarem dificuldades em outras matérias, a SEEDUC ter ampliado – desde 2012 – o alcance das avaliações diagnósticas bimestrais (Saerjinho), cobrando habilidades de outras áreas de conhecimento. Na medida em que as avaliações em larga escala têm proporcionado aos sistemas identificar grupos de escolas que necessitam de políticas diferenciadas, oportunizando a equidade a todos os alunos, tal implementação teria um impacto bem maior se ampliada a carga horária dos alunos, para que mais conteúdos pudessem ser trabalhados.

Essa questão vai de encontro com todos os obstáculos verificados até o presente momento sobre a realização do reforço escolar no contraturno. Muitas pesquisas envolvendo a organização da escola pública em período integral têm mostrado que esses projetos são de difícil execução, enfrentando dificuldades, na sua implementação.

Os países desenvolvidos já adotam a escola de período integral, visto que essa é uma meta presente nas políticas públicas educacionais, considerada como verdadeiramente “escola”. Cavalieri (2007) destaca a diferença existente entre o Brasil e os países desenvolvidos europeus, por exemplo: o Brasil: naqueles as crianças menores ficam menos tempo na escola enquanto as maiores ficam progressivamente, neste a tendência é inversa. Cavalieri (2007, p. 1020) afirma ainda, a respeito do Brasil que “basta observar as creches e escolas de educação infantil que, com frequência, funcionam em regime de tempo integral, enquanto as escolas de ensino médio têm horários exíguos e, muitas vezes, noturnos”.

Isso se torna relevante, uma vez que os projetos envolvendo a escola de tempo integral podem contribuir para a democratização do ensino ao garantirem o acesso e a permanência dos alunos no contexto escolar, além da apropriação de parcela significativa do saber sistematizado pelas amplas camadas de trabalhadores. Esses são direitos elementares da cidadania; no entanto, vêm sendo historicamente negados à grande maioria da população brasileira (PARO et al., 1988).

Essas afirmações e situações descritas chamam a atenção para a importância da implementação de uma política de *accountability*, com conhecimento de todas as fases da responsabilização. O projeto, somado ao programa de bonificação implementado no Rio de Janeiro, pode, certamente, “demonstrar” aos atores das escolas que adotam determinados procedimentos ou práticas de gestão

peculiares à importância desses movimentos diferenciados no alcance de resultados mais exitosos. Essa troca de experiências seria importante para a mudança de cultura dos padrões existentes, ou seja, mais investimento no “novo”, rompendo definitivamente com modelos tradicionais ultrapassados.

Na seção seguinte serão analisados os fatores intraescolares, ou seja, os relacionados diretamente com a organização da escola, cujas decisões são de governabilidade do gestor escolar.

2.1.2 Fatores intraescolares

Esta seção objetiva analisar os fatores intraescolares notados durante a pesquisa que se mostraram relevantes para a compreensão da falta de oferta do Projeto em algumas escolas. Serão discutidas as razões da recusa a uma proposta que aparentemente não caracterizava prejuízo para escola, mas se apresentava como mais uma ferramenta pedagógica na busca por melhores resultados.

Primeiramente, é importante que se conceitue tais fatores como os referentes ao cotidiano escolar que interferem especificamente no desempenho dos alunos, tais como: a disciplina durante às aulas, a frequência dos alunos, a didática e metodologia aplicada nas aulas e o comprometimento dos professores e gestores com a aprendizagem dos estudantes.

Um fator de grande importância, nesse sentido, passa a ser o gerenciamento dessas questões por parte dos diretores escolares. Sendo assim, a forma como eles compreendem a política interfere no modo como ela é implementada, colaborando com a gestão participativa para a condução dos projetos na escola e a aceitação de todos para a sua implementação.

A partir das observações feitas nas escolas A e B foram analisados três fatores que influenciaram na implantação da política em questão: a aceitação dos alunos em permanecer no contraturno, impactando na frequência durante as aulas, a infraestrutura das escolas e a falta de esclarecimentos de professores e gestores sobre os objetivos do projeto, causando resistência na adesão.

Como já citado no capítulo anterior, algumas escolas identificaram a dificuldade em conseguir com que os alunos permanecessem no contraturno, além

da falta de entendimento dos próprios discentes sobre a proposta de recuperação da aprendizagem que o projeto contempla.

Além disso, alguns gestores se opuseram à adesão ao reforço escolar, temendo um aparente fracasso, excluindo a UE das inúmeras possibilidades que o Projeto contemplava. Foi possível notar uma recusa imediata, sem que os diretores permitissem divulgação das propostas, embora tivessem sido orientados pela SEEDUC sobre como realizar a sensibilização dos professores e estudantes para que o Projeto fosse aceito pela comunidade escolar.

Nas seções seguintes, serão discutidos esses três fatores, mostrando como cada um deles incide nas escolas analisadas e como se relacionam contextualmente ao referencial teórico desta pesquisa.

2.1.2.1 A importância da conscientização do gestor escolar

Segundo Condé (2011), se os objetivos da política estão claros e as metas definidas, a política ganha relevância. Como previamente discutido, o gestor escolar é um importante instrumento de divulgação do Projeto para que suas ações sejam efetivas. No entanto, percebeu-se que essa comunicação apresentou fragilidades nas escolas avaliadas. Sendo assim, a análise da gestão tem um grande valor para este estudo, pois é na escola que a política educacional atinge as metas do processo de ensino e aprendizagem.

Ainda para o autor, a implementação é um momento bastante delicado, pois depende de vários fatores, como o modo com o qual o gestor compreende a política, assim como a gestão participativa. Além disso, destaca a importância do bom clima escolar, no qual gestores e demais atores envolvidos têm um papel preponderante em atrair seus gerenciados para o desenvolvimento da proposta. Por isso, o comprometimento de todos os envolvidos nessa fase da política torna-se fundamental. Além disso, o autor aponta que esse é o momento de verificar o quanto determinada política é exequível, ou seja, se realmente atende às necessidades do público para o qual está sendo ofertada.

A equipe gestora da escola A, quando indagada sobre o contexto da adesão e implementação do Projeto, demonstrou compreender o objetivo do reforço escolar como instrumento de melhoria dos resultados bimestrais da escola, que englobam o desempenho e o fluxo, consequência da ação coletiva da comunidade escolar. A

diretora geral, ao ser questionada a respeito da participação do corpo docente durante o processo de implementação, afirmou: “Sempre procuramos envolver a equipe de direção, professores, funcionários, pais e alunos visando à melhoria da aprendizagem e ao alcance das metas. O projeto foi divulgado nas reuniões de Conselho Escolar, reunião pedagógica e reunião de pais realizadas no início do ano letivo de 2012.” (Entrevista realizada com a diretora geral da escola A no dia 31 de março de 2014).

Ainda de acordo com ela, o trabalho foi realizado de forma compartilhada com a direção adjunta, delegando atribuições e horizontalizando tarefas e atividades, dividindo responsabilidades e interagindo com a comunidade escolar, mas deixando claro seu envolvimento pessoal à frente das reuniões pedagógicas.

Embora a diretora tenha enaltecido apenas aspectos positivos da implementação, foi possível perceber, através dos questionários aplicados que apenas a metade dos professores tinha conhecimento do real propósito do Projeto nas suas turmas. Logo, a partir dos dados coletados, em confronto com as informações concedidas na entrevista, é possível perceber que a divulgação não foi realizada de forma tão conjunta como afirmado pela diretora.

Um dos pontos favoráveis ressaltados pelos docentes foi a ação conjunta com diretores e professores para realizar divulgação com os alunos e responsáveis, confirmando o fato da gestora ser uma pessoa presente na unidade escolar. O diretor da escola B afirmou ter encontrado muitas dificuldades para reunir todos os professores para participar da decisão de implementação do projeto na escola:

A maioria das famílias dos seus alunos são ausentes e os professores desmotivados pelos resultados dos alunos se omitem de participar das ações da escola, no caso do projeto, falou com um grupo pequeno que não se interessou em aderir, logo ele não deu prosseguimento à ações futuras com esse propósito. (Diretor da escola B, em entrevista realizada no dia 31 de março de 2014).

Percebe-se, com isso, uma desmotivação pelo fato de existir uma grande desestruturação social. Essa ideia de que todos os problemas do mundo desembocam na escola parecem confirmar a posição de Néstor López (2009) sobre o efeito que os processos de globalização podem ter na instituição escolar. Toda essa fragilização da vida comunitária, a perda da noção de pertencimento local, a

desestruturação familiar e o estímulo constante dos jovens plenamente preenchidos para dar atendimento aos muitos alunos que precisam de uma intervenção mais especializada e são preteridos pelo sistema escolar vem contribuindo para que essa situação se agrave. Na escola B, observa-se que há a necessidade de um movimento da escola em direção às famílias, ou seja, buscar esses pais e mostrar-lhes a importância de acompanhar o desempenho escolar dos filhos. Desta maneira, é de suma importância que o gestor possa assegurar à escola o cumprimento de sua missão, como um local de aquisição de conhecimento, desenvolvimento de habilidades e formação de valores. Um de seus papéis é levar os docentes à reflexão a respeito da importância das ações voltadas para o ensino. Também é sua função acompanhar e avaliar o rendimento das propostas pedagógicas e seus objetivos para que as mesmas possam atingir a realização das metas da UE. Além disso, ele deve avaliar o desempenho dos alunos, do corpo docente e da equipe escolar como um todo, assim como, ficar atento para as relações estabelecidas em seu cotidiano, proporcionando ao grupo um ambiente de confiança e consideração. Neste sentido, é fundamental que ele esteja totalmente envolvido com a comunidade escolar, cabendo ainda unificar esforços para a produção de um fim comum.

Como se observa, os gestores das escolas analisadas têm conhecimento do projeto. Porém, é possível notar a ausência de um trabalho mais efetivo de conscientização quanto aos reais objetivos em ambas as escolas.

Quando perguntados sobre a existência de espaço físico adequado (sala disponível para utilização das turmas) a diretora da Escola A respondeu ter adaptado a sala de multimeios e colocado mais cadeiras para comportar até 25 alunos, limite máximo acordado com os professores. Essa sala fica disponível para utilização de várias turmas em horários diferenciados. Já na Escola B, o diretor relatou que não teve sala disponível e necessitaria pedir autorização para realizar adequações na sala de leitura, conforme orientação enviada pela Regional. Porém, afirma que só recorreria à esta solicitação caso percebesse interesse dos professores e alunos nas aulas do Reforço Escolar. Completa dizendo que não fez a solicitação pois notou, mais uma vez, o desinteresse por parte dos professores em desenvolver mais um projeto na escola, optando portanto a ficar fora do Reforço Escolar.

Segundo a Diretora da Metropolitana VII, apesar do trabalho de conscientização, desenvolvido pela Regional para que as escolas aderissem ao

Projeto, não houve apoio de todos os gestores, precisando de uma ação mais efetiva para melhoria das ações realizadas na escola. Assim, a importância da conscientização desse gestor é fundamental para que ele contagie todos a sua volta.

Conforme definido por Lück, “a escola é uma organização social constituída e feita de pessoas” (LÜCK, 2009. p.94), sendo, portanto, complexa, dinâmica e abrangente. Por essa razão, a escola demanda uma gestão específica, capaz de envolver e articular concepções, estratégias, métodos, conteúdos, demandas, esforços, recursos e ações, para alcançar os resultados pretendidos.

Desta maneira, o gestor precisa ser aquele que envolva a todos nas atividades propostas motivando as pessoas a participar das ações, além de gerenciar todo o clima de organização da escola garantindo o direito de liberdade aos seus gerenciados para decidir sobre todo o processo educativo. Este tipo de gestão tende a favorecer a implementação de uma política com mais eficácia. Segundo Lück

[...] O conceito de gestão pressupõe, em si a ideia de participação, isto é, trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas , em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva[...] (LÜCK, 2006, p. 2).

Qualquer projeto que a escola decida desenvolver precisará que o gestor articule com a sua comunidade na implementação do mesmo, conduzindo a gestão da escola em seus aspectos administrativos, econômicos, jurídicos e sociais. Dando assim condições do projeto ter sucesso na sua execução. Segundo José Carlos Libâneo (ano 2001, p. 53),

Uma vez tomada, trata-se as decisões coletivamente, participativamente, é preciso pô-las em práticas. Para isso, a escola deve estar bem coordenada e administrada. Não se que dizer com isso que o sucesso da escola reside unicamente na pessoa do gestor ou em uma estrutura administrativa autocrática na qual ele centraliza todas as decisões. Ao contrário, trata-se de entender o papel do gestor como líder cooperativo, o de

alguém que consegue aglutinar as aspirações, os desejos, às expectativas da comunidade escolar e articular a adesão e a participação de todos os segmentos da escola na gestão em um projeto comum [...].

O gestor sempre atuará como um articulador entre a escola e a comunidade. Ele deve incentivar a participação, respeitando as pessoas e suas opiniões, no que chamamos de gestão democrática. Além disso, precisa estar atento às relações estabelecidas em seu cotidiano, proporcionando ao grupo um ambiente de confiança e consideração. Nesse sentido, é fundamental que ele esteja totalmente envolvido na comunidade escolar.

O gestor precisa garantir a participação da comunidade escolar no planejamento e nos projetos desenvolvidos pela escola, pois essa é a forma mais viável de obter um bom desempenho. O sentimento de pertencimento e envolvimento das pessoas fará com que elas se sintam responsáveis pelos resultados da escola, fator fundamental para uma gestão escolar de sucesso.

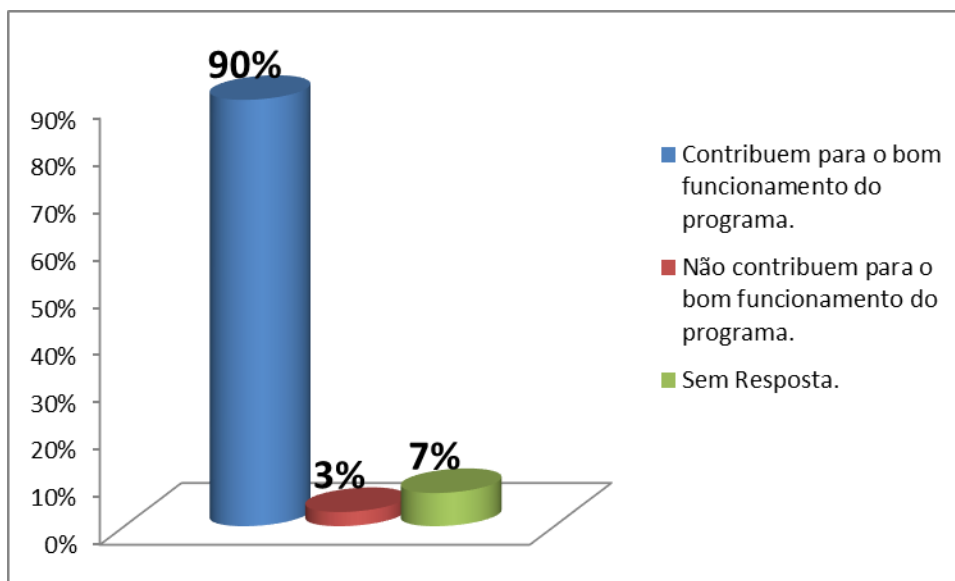
A fim de assegurar que os atores escolares tenham conhecimento e se apropriem das políticas curriculares, o gestor tem o papel de principal agente articulador de toda ação pedagógica na escola, criando espaços e momentos de debate dessas políticas. Dessa forma, é necessário considerar sua formação e sua capacidade de gerir, levando em consideração as necessidades da escola.

A partir dos dados levantados nesta pesquisa, é possível afirmar que na Escola A, o gestor esteve mais presente, uma vez que possibilitou que as ações da SEEDUC chegassem ao conhecimento dos professores e demais membros da escola. Assim, o Projeto foi mais bem aceito e desenvolvido com maior eficiência pela comunidade escolar. Além disso, a partir das respostas dos professores desta escola, foi possível confirmar a importância do gestor na implementação do Reforço Escolar.

Diferente deste quadro, na Escola B, o gestor teve dificuldades de desenvolver ações que pudessem mobilizar a equipe escolar em torno da implementação do projeto. O resultado aponta que 20% desses docentes obtiveram conhecimento do Projeto através do diretor da escola. Essa falta de informação fez com que os professores não tivessem o direito de escolher participar ou não do projeto.

Os resultados apresentados no gráfico 16 demonstram o que pensam os professores em relação ao papel do gestor na implementação do programa.

Gráfico 16 - Contribuição do gestor escolar para a implementação do Projeto Reforço Escolar na visão dos professores da Escola A



Fonte: Elaboração própria (2014).

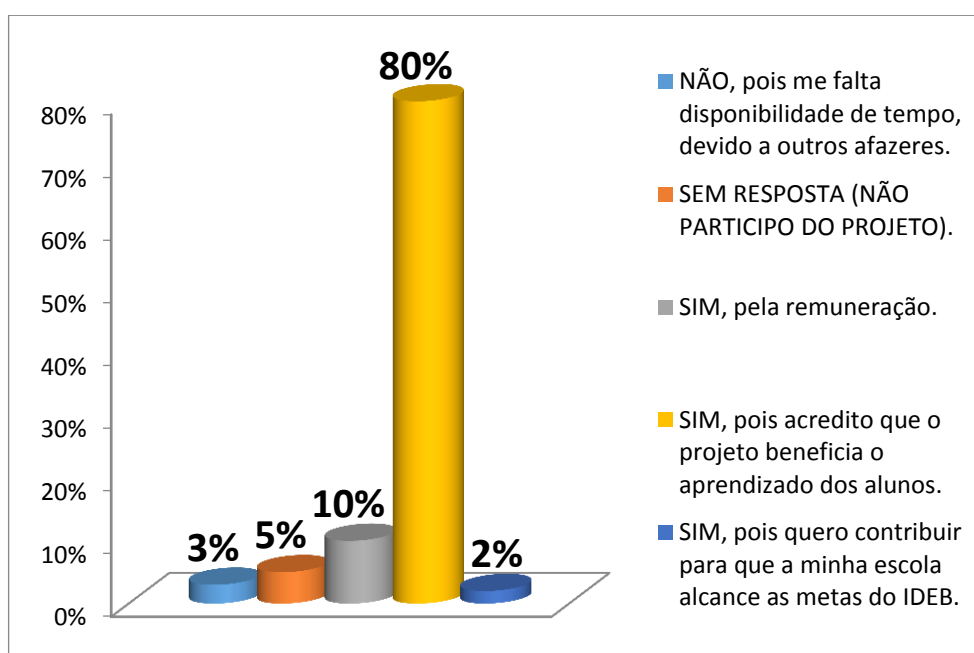
Os dados das respostas apresentadas demonstram a importância que os professores da escola A acreditam ter quando o gestor assegura todo suporte pedagógico para implementação do Projeto. Para 90% deles, o diretor contribui para o bom funcionamento do Reforço Escolar. Ou seja, uma gestão que trabalha pelo pedagógico oportuniza experiências relevantes à sua equipe, que favorecerá diretamente nos alunos.

Esse tipo de gestão traz em si o entendimento de uma atividade que engloba a participação dos seus envolvidos, que se preocupa com uma das áreas mais importantes da Educação, a área pedagógica. A importância deste entendimento por parte dos gestores nas suas ações e atitudes do cotidiano reflete diretamente na implementação de projetos que visam a correção de situações que venham a atrapalhar este processo. Paro (2007) diz que a educação para a democracia torna-se fundamental quando se almeja uma educação de qualidade. Neste sentido, ele faz uma importante relação entre a educação pública de qualidade e os fins sociais da escola. É fundamental que cada gestor possa perceber através de uma gestão democrática o que realmente interessa àquele público. Assim, é necessário que a escola entenda a importância de educar para a democracia, deixando claro que as demandas surjam das necessidades apresentadas pela comunidade escolar.

Por isso, a importância do gestor escolar em assegurar à escola o cumprimento de sua missão, como um local de aquisição do conhecimento, desenvolvimento de habilidades e formação de valores. Além de ser função do gestor acompanhar e avaliar o rendimento das propostas pedagógicas e seus objetivos para que a possa atingir as metas da unidade escolar, é importante que ele também avalie o desempenho dos alunos, do corpo docente e da equipe escolar como um todo. Neste sentido, é fundamental que ele esteja totalmente envolvido na comunidade escolar. Cabendo ainda a ele unir esforços objetivando somar forças para produção de um fim comum.

De acordo com todas as informações trazidas até agora, percebe-se uma grande dificuldade na Escola B, onde o programa não foi implementado. Assim como a necessidade de um alinhamento com os gestores para adesão de programas que possam oferecer possibilidades de contribuição para melhoria da qualidade do ensino. Sendo o Projeto Reforço Escolar uma ferramenta criada com a finalidade de alcançar melhores resultados, deveria ter recebido uma atenção maior de toda equipe escolar. Os professores da escola B foram perguntados se haveria interesse em participar do Projeto, embora na sua escola não tenha ocorrido a adesão. O gráfico 17 mostra essa intenção demonstrada pelos docentes entrevistados.

Gráfico 17 - Interesse na participação do Projeto pelos professores da Escola B



Fonte: Elaboração própria (2014).

O gráfico 17 demonstra o interesse de 80% dos docentes em participar do Reforço Escolar com a finalidade de oferecer aos estudantes, reais possibilidades de recuperação de conteúdos e de resolverem as defasagens que tenham ocorrido em seu percurso escolar. Tal apreciação ratifica a ideia de que a adesão deve ser algo resolvido coletivamente, após conhecimento do Projeto, análise dos benefícios e risco que ele trará para Instituição. É possível perceber através da pesquisa realizada que na Escola B os gestores não oportunizaram aos seus docentes o direito de escolher participar ou não do projeto.

A gestão deve perceber que nesse processo o professor não é passivo, ele se caracteriza como sujeito em construção, porque seus conhecimentos têm de ser valorizados. Não se deve, portanto, aceitar o que for discutido nos gabinetes e apresentados como soluções ou justificativas fechadas e definitivas, mas analisar toda e qualquer ferramenta que contribua para a melhor prática pedagógica.

Na seção seguinte serão desenvolvidas as questões diretamente relacionadas ao professor como agente facilitador de implementação do reforço escolar.

2.1.2.2 O professor como facilitador na implementação do Projeto Reforço Escolar

Segundo Mainardes (2006), os docentes e todos aqueles ligados direta ou indiretamente ao cotidiano escolar exercem importante influência no que diz respeito à apreciação das políticas educacionais e, nesse sentido, o modo como eles compreendem e assimilam têm implicações na sua implementação.

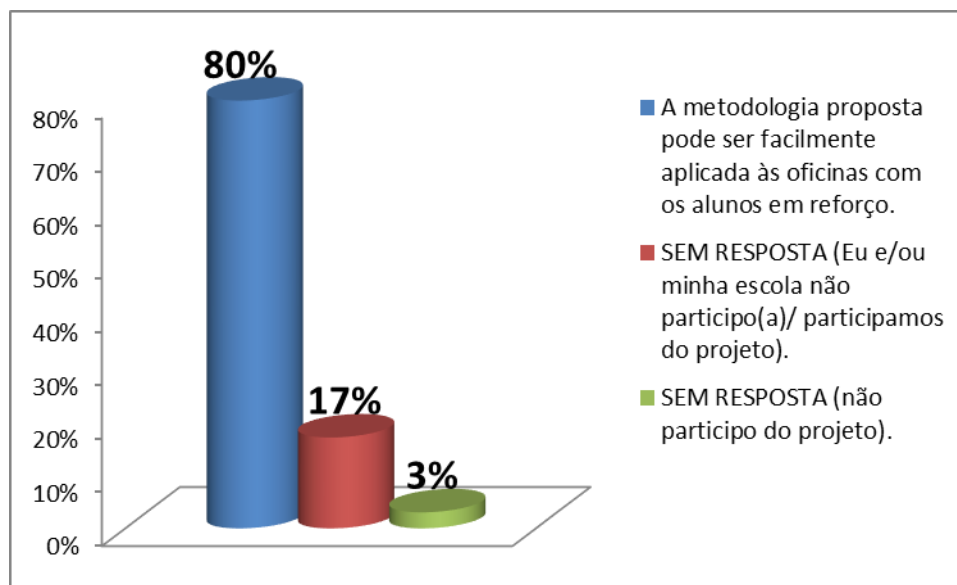
Sendo assim, a forma como os profissionais da educação compreendem a política tem uma relação fundamental na sua execução. Por isso, deve-se ficar atento à maneira como cada professor entendeu o processo de implementação a fim de que os objetivos centrais não se percam.

Nas dinâmicas de capacitação em que o material utilizado nas aulas de reforço foi apresentado, analisado e discutido foram aplicados questionários para analisar a visão deles sobre sua qualidade e eficiência.

Eles a definiram como notória, entretanto, afirmaram que precisavam, além de estar em consonância com o currículo mínimo, auxiliar os alunos a superarem seus

déficits de aprendizado. O gráfico 18 mostra a conclusão dos professores sobre o material utilizado no reforço escolar.

Gráfico 18 - Conclusão dos professores sobre o material utilizado no Projeto Reforço Escolar



Fonte: Elaboração própria (2014).

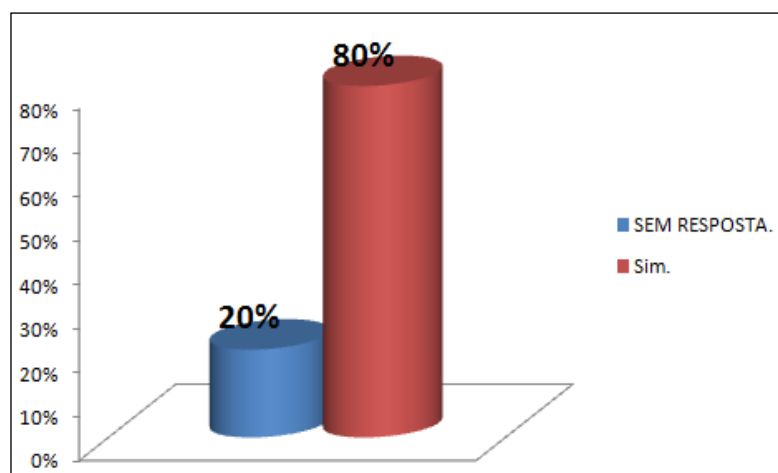
A partir dos resultados apresentados, verifica-se também que os docentes entrevistados tiveram boa impressão sobre o material, além de se sentir interessados em experimentar novas práticas e trocar experiências, fator importante para o andamento e continuidade do projeto.

O professor é, sem dúvida, o líder do processo de educar, devendo ser encarado verdadeiramente como um elemento essencial e fundamental. Quanto maior e mais rica for sua história profissional e de vida, maiores serão as possibilidades de desempenhar efetivamente uma prática democrática que eduque de forma positiva. Nóvoa (2007, p. 303) afirma que “[...] não é possível construir um conhecimento pedagógico para além dos professores, isto é, que ignore as dimensões pessoais e profissionais do trabalho docente [...]”. Porém, não se quer dizer, com isso, que o professor seja o único responsável pelo sucesso ou insucesso do educando durante sua vida educativa, mas, sim, que seu papel é de vital importância, seja como pessoa ou profissional.

A respeito dessa questão, na escola A foram entrevistados 20 professores. Os resultados mostram que 80% deles consideram que o material atende ao objetivo

do projeto, auxiliando ao estudante em seu processo de aprendizagem, como exposto no gráfico 19.

Gráfico 19 - Qualidade do material em relação ao atendimento dos objetivos do Projeto



Fonte: Elaboração própria (2014).

Eles colocam como acréscimo o fato de apresentar “um tratamento diferenciado dos conteúdos, fugindo ao padrão usualmente presente nas aulas curriculares regulares”, tendo como objetivo “focar mais o desenvolvimento de competências e habilidades nas áreas, do que, propriamente, o conteúdo disciplinar” (CECIERJ, 2012).

Dessa forma, percebe-se uma avaliação bem positiva do material que se tem em mãos, o que é um fator relevante, visto que estudos recentes têm mostrado que as causas mais comuns das dificuldades de aprendizagens estão relacionadas a conflitos referentes à metodologia pedagógica, ao sistema de ensino e, ainda, ao vínculo que o sujeito estabelece com a escola e com os professores, pais e sociedade. Para minimizar tais dificuldades, cabe ao professor estabelecer um clima de confiança e uma atitude de respeito com o aluno, tornando-se, assim, mediador das aprendizagens.

Apesar disso, torna-se cada vez mais importante uma formação profissional em serviço, uma vez que o ensino que vem sendo oferecido nas faculdades tem deixado grandes lacunas, formando profissionais despreparados, com desafios a vencer e sem conhecimento suficiente para superar dificuldades encontradas no cotidiano das escolas. Dessa forma, a procura por novas formas para o fazer

pedagógico tem sido a base para o oferecimento constante de formação continuada para quem está na docência. Ferreira (2006, p. 19) argumenta que

a formação continuada é uma realidade no panorama educacional brasileiro e mundial, não é só uma exigência que se faz devido aos avanços da ciência e da tecnologia que se processaram nas últimas décadas, mas como uma nova categoria que passou a existir no “mercado” da formação continuada e que, por isso, necessita ser repensada cotidianamente no sentido de melhor atender à legítima e digna formação humana.

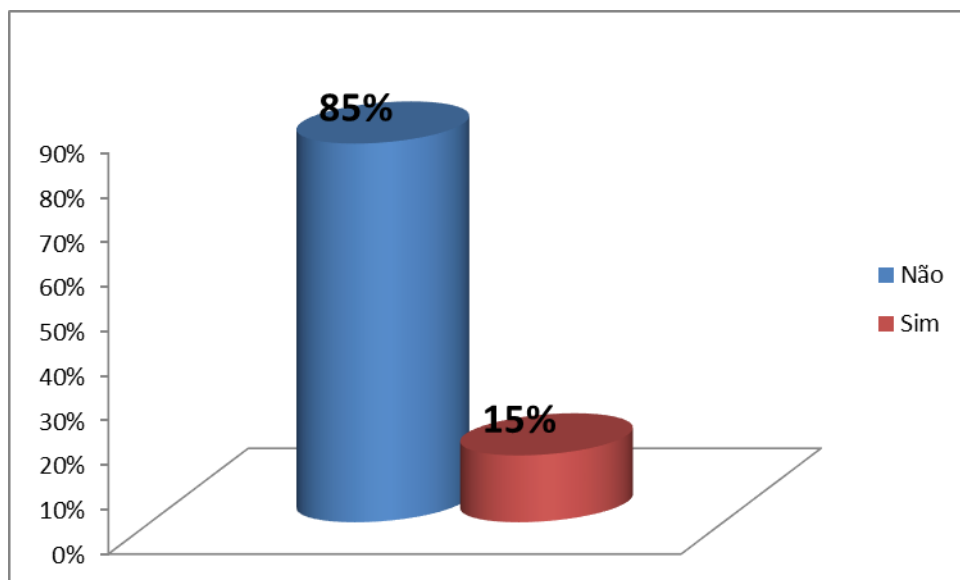
Importante destacar que o Projeto oferece aos docentes que dele participam formação continuada e troca de experiências com outros profissionais por meio de encontros mensais e das interações via AVA, nas quais ele se apropria dos conteúdos e consegue desenvolver uma nova metodologia na aplicação das atividades.

Segundo sua proposta e seus objetivos, espera-se que os professores possam agir de forma a não menosprezar o que os alunos já sabem, mas incentivá-los a aprender cada vez mais. Apesar de todos esses esforços, torna-se indispensável uma avaliação mais precisa sobre a eficácia de tais formações, já que trabalhar apenas para que os alunos produzam resultados que satisfaçam metas e índices não seria ajudá-los a superar as dificuldades de aprendizagem.

Considera-se o acolhimento, com a produção de um relatório de quem são os alunos a quem se vai atender, essencial, a fim de que as ações sejam mais conscientes e eficazes. Com isso, o trabalho é mais bem planejado e avaliado quando se conhece o grupo com o qual se vai trabalhar.

O gráfico 20 tem o objetivo de expor se os dinamizadores da escola B que receberam informações a respeito dos alunos avaliados como candidatos às aulas do Projeto, mediante indicação das escolas. Foi perguntado se eles tiveram acesso a algum tipo de relatório de desempenho, por parte da coordenação pedagógica ou da direção, que lhes informasse sobre as suas dificuldades com a disciplina.

**Gráfico 20 - A coordenação pedagógica ou a direção forneceram relatório que informasse sobre o desempenho desses alunos?
(Professores da Escola B)**

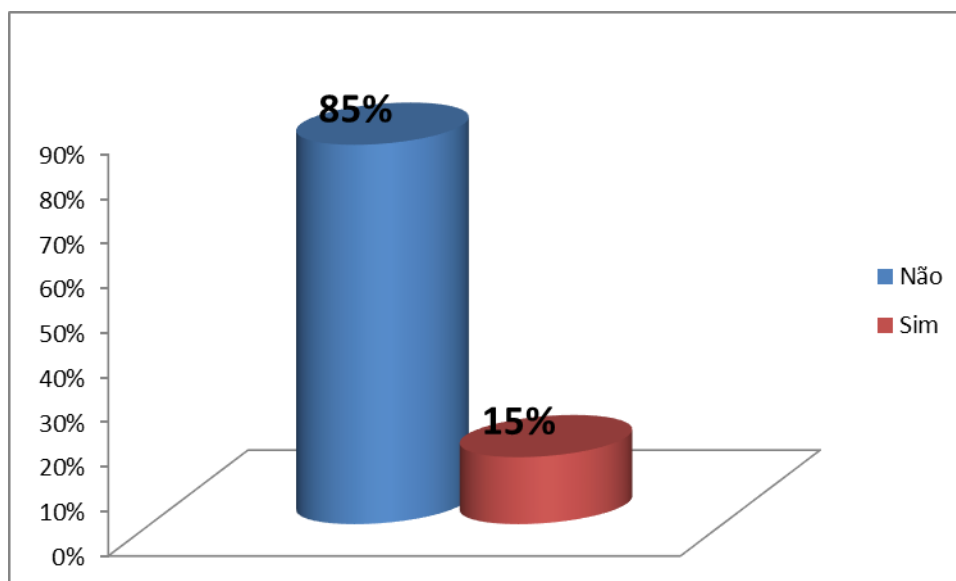


Fonte: Elaboração própria (2014).

Constata-se que 85% deles não receberam nenhum tipo de informação a respeito do desempenho dos alunos ou mesmo um relatório avaliativo sobre as dificuldades de aprendizagem nas disciplinas. Esse fato pode ser um entrave para o processo de acolhimento, pois dificulta o conhecimento da realidade e das dificuldades da turma pelo professor.

Em relação ao material didático oferecido, os professores afirmaram que ele deveria “focar mais o desenvolvimento de competências e habilidades nas áreas, do que, propriamente, o conteúdo disciplinar”. Em relação à adequação às dificuldades de aprendizagens dos alunos, o material apresenta consonância com o currículo proposto pela SEEDUC, o que é um ponto favorável. Entretanto, a visão dos professores a respeito de estar em conformidade à necessidade dos alunos que frequentam às aulas de Reforço não é tão positiva, conforme indicado no gráfico 21.

**Gráfico 21 - O material didático é adequado às dificuldades de aprendizagem dos alunos?
(Professores da Escola A)**



Fonte: Elaboração própria (2014).

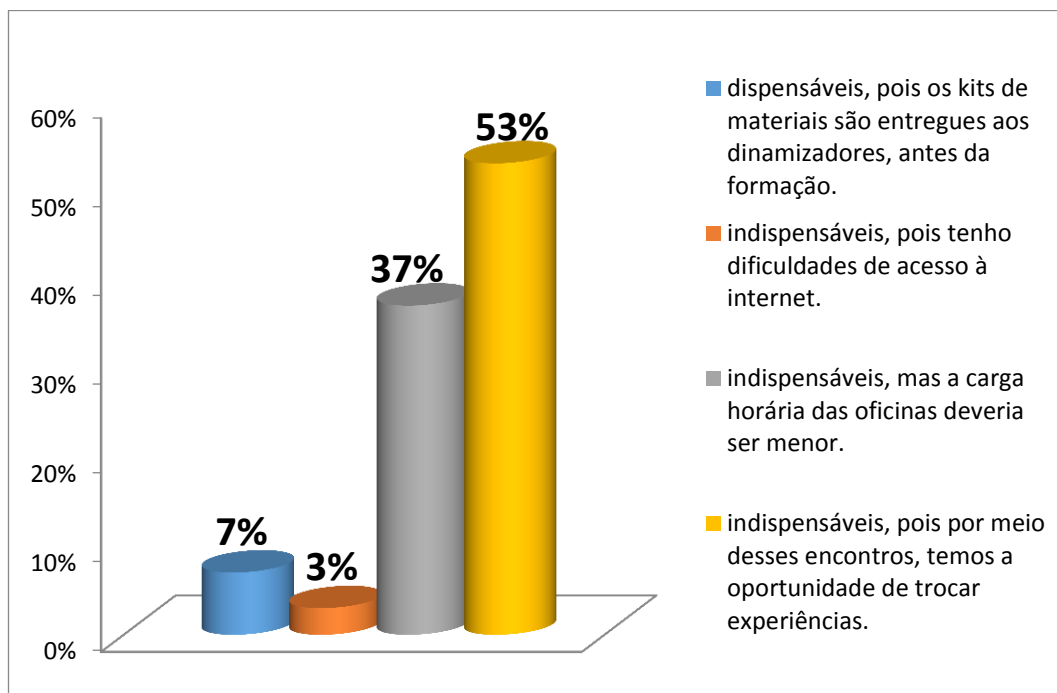
Percebe-se que 85% dos docentes entrevistados consideraram que as atividades propostas pelo material didático estão além do alcance dos alunos. Segundo eles, o material não resgata conteúdos básicos de séries anteriores, que deveriam ser pré-requisitos para adquirir novos conhecimentos.

Pode-se perceber a inquietação dos docentes em oferecer aos estudantes reais possibilidades de recuperação de conteúdos e de resolverem as defasagens que os colocaram na posição de alunos encaminhados ao Reforço Escolar. Isso pode ser afirmado pela preocupação dos professores em trabalhar com um material que esteja de acordo com as necessidades do corpo discente. Ter um material de qualidade, mas que não considere a realidade do grupo com o qual se trabalha, pode fazer com que a tarefa não seja realizada com sucesso.

Em relação à formação continuada para os dinamizadores em que acontecem os encontros mensais presenciais, os professores entrevistados avaliaram a importância dessa atividade, além do acesso a internet para utilização da plataforma.

A seguir, vemos esse resultado conforme indicado no gráfico 22.

Gráfico 22 Avaliação dos professores sobre a capacitação dos dinamizadores



Fonte: Elaboração da própria autora com base nos resultados

Pode-se verificar que o gráfico ilustra o fato de apenas 7% dos docentes julgarem os encontros dispensáveis. Por outro lado, 93% consideram que os encontros são importantes para o processo do Reforço Escolar. Tal apreciação ratifica a ideia de que as capacitações, como a oferecida no Projeto de Reforço Escolar, são reconhecidas como importantes e valorizadas por esses professores. Eles compreendem-na como um recurso de contínuo aprendizado e de possibilidade de melhoria em sua prática pedagógica. Deve-se destacar que, nesse processo, o professor não é passivo, muito pelo contrário, ele se caracteriza como sujeito em construção, porque seus conhecimentos são valorizados. Não se deve, portanto, aceitar o discutido e apresentado nas capacitações como soluções fechadas e definitivas, mas como espaços para a prática pedagógica reflexiva.

Na seção seguinte, serão discutidas questões relacionadas à infraestrutura das escolas, destacadas como fator de relevância para a não implementação do

Projeto, uma vez que muitas escolas não tinham salas para o desenvolvimento das aulas de reforço escolar.

2.1.2.3 A falta de estrutura das escolas: “Sem estrutura não há projeto”

Os professores dinamizadores que responderam aos questionários sobre os problemas que impedem a frequência dos alunos às aulas de reforço escolar no contraturno apontaram alguns problemas administrativos como a ausência de refeitório para uma merenda, o baixo valor do crédito no cartão de gratuidade dos alunos para os que precisam voltar às suas casas para o almoço e a ausência de sala de aula. A adequação de espaços alternativos para que o Projeto ocorra foi sinalizado pelos profissionais das duas escolas.

Essa falta de estrutura das instituições educacionais foi um dos problemas apontados pela Diretora Regional Administrativa, que afirmou que a Empresa Municipal de Obras Públicas (EMOP) já foi acionada para verificar o quantitativo de escolas que apresenta problema de falta de refeitório e salas sem condições de funcionamento, diagnosticando, desse modo, quais as principais necessidades a serem atendidas.

[...] Enquanto o EMOP não resolvia de maneira definitiva esse problema, a Diretoria Regional Metropolitana VII enviou por e-mail às escolas de sua área de abrangência o Of. Circ. 84/13, informando que a SEEDUC havia autorizado a criação de turmas de Projeto em espaços alternativos: salas de leitura, auditório, laboratórios de informática ou outros locais que tenham a mínima estrutura e comporte o quantitativo de alunos para que aconteça a aula do programa. O ofício é do dia 25 de maio de 2013. Sendo assim, no dia 12 de junho, a Escola 1, enviou outro ofício indicando a sala de multimeios como espaço alternativo para que fosse autorizada a criação de turmas do Reforço. Na semana seguinte foi liberado e a escola passou a ofertar o projeto[...]

Outra questão que dificulta o acesso dos alunos é o fornecimento de transporte gratuito. Alguns não receberam o Rio Card, vale-transporte utilizado por eles para chegarem à escola. A DRA da Metropolitana VII afirmou já estar trabalhando para sanar esse problema, assim como todos os obstáculos que se referem à infraestrutura. No tocante à estrutura física das escolas, pode-se verificar,

no sítio eletrônico da Fundação CECIERJ, que houve preocupação da SEEDUC com o espaço físico oferecido aos alunos:

[...] Esse ano a SEEDUC optou por criar turmas de Reforço Escolar em todas as escolas onde havia disponibilidade de salas. A intenção foi ampliar a oferta, pois entende-se que o Reforço é uma ferramenta poderosa tanto para a recuperação do desempenho do aluno, quanto para seu fortalecimento [...](CECIERJ, 2013a).

O quadro 10 permite uma comparação entre as respostas dos professores das escolas pesquisadas sobre a infraestrutura das escolas que trabalham.

Quadro 10: Infraestrutura das escolas

Fonte da informação	Escola A	Escola B
Sala de aula destinada ao projeto é pequena.	38	20
Minha escola não possui sala disponível para o projeto.	0	15
A sala disponível ao projeto precisa de adequações.	25	30
A escola possui salas disponíveis para o projeto.	37	0
Não conheço o projeto.	0	35

Fonte: Elaboração própria (2014).

Os dados supracitados mostram vários problemas no espaço físico, como nas salas em que acontecem as atividades do Projeto. Na escola B, a situação é mais grave, pois a escola não possui sala disponível para ele e as que existem devem ser adequadas. Desse modo, para que o Projeto tenha mais efetividade é necessário maior investimento da Secretaria de Educação no que diz respeito à infraestrutura.

Além da questão do espaço físico, que está bem longe de ser resolvida, a falta da merenda e a dificuldade dos alunos para utilização do transporte público duas vezes por dia, também, são indicativos da infrequência nas aulas de reforço .

Além disso, houve a incidência da falta de alimentação adequada para o aluno que ficaria no contraturno na escola, além da falta de créditos para transporte

que impediram a participação efetiva dos alunos no Reforço Escolar. Esses resultados somaram um percentual de 25%. Vale ressaltar que 27% dos entrevistados não opinaram em relação à questão em razão de serem pertencentes à escola B, que não aderiu ao projeto.

No capítulo 3 será apresentada uma proposta de intervenção para que os aspectos positivos do reforço escolar sejam preservados e os a serem melhorados não se tornem obstáculos para sua continuidade.

.

3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DO PROJETO REFORÇO ESCOLAR

Esta pesquisa objetivou, em seu primeiro capítulo, apresentar as mudanças na educação básica no estado do Rio de Janeiro, estabelecendo uma pequena comparação com o restante do país. Foram também apresentadas a estrutura da Secretaria de Educação, assim como as mudanças e as metas propostas pelo Secretário de Educação, motivadas pelo baixo desempenho nos resultados do IDEB 2011 que levaram, dentre outras medidas, à criação do Reforço Escolar. Em seguida, foi feita a descrição do projeto, demonstrando seus objetivos e critérios para implementação em algumas escolas, além da seleção de docentes e discentes participantes.

Além disso, foram expostos o funcionamento operacional e pedagógico, especificando as funções de cada membro integrante da equipe envolvido nas etapas, desde os encontros de formação até a elaboração do material didático utilizado durante as aulas em forma de dinâmicas.

Nesse mesmo capítulo, tratou-se, ainda, da Diretoria Regional Metropolitana VII, que, dentre suas principais atribuições, tem como incumbência acompanhar, junto ao gestor escolar, a implementação do Projeto Reforço Escolar nas escolas de sua abrangência. Para aprofundamento do estudo, foram escolhidas como fontes de pesquisa duas escolas dessa regional, uma que implementou o Projeto e outra que não desenvolveu nenhuma ação para que ele pudesse ocorrer.

Já o segundo capítulo abordou a importância das políticas públicas, criadas para atender às novas demandas educacionais, e discutiu as razões pelas quais essas políticas não conseguem atender plenamente seus objetivos, por isso, a necessidade do resgate da aprendizagem dos alunos. Para atender a essa demanda, o Projeto está pautado em dois aspectos: formação continuada em serviço e avaliação da aprendizagem. Chama atenção para um fato interessante, pois apesar de regra geral, haver a disponibilização de incentivos para que essa importante ferramenta pedagógica de ensino seja oferecida aos alunos, algumas escolas se recusaram a implementá-la. Dessa forma, por meio de pesquisa e entrevistas realizadas com gestores e professores, foram identificados alguns obstáculos que desencadearam a situação acima descrita, contribuindo para que o Projeto não ocorresse como planejado.

Um fator que deve ser destacado é a dificuldade dos alunos em participar das aulas no contraturno. Também, verificou-se que muitos professores não compreendiam de forma apropriada o projeto. Além disso, a falta de esclarecimento de toda a comunidade escolar sobre sua importância para a melhoria do desempenho dos educandos também contribuiu para que os pais não o apoiassem, optando por outras atividades extraescolares.

Ainda, como fator complicador, observou-se que a estrutura física de algumas escolas não estava adequada para o funcionamento do Projeto, tornando difícil a criação de turmas pela falta de espaços alternativos. Tais situações influenciaram diretamente a adesão de algumas escolas da Regional. São questões intraescolares que somadas às extraescolares fizeram com que alguns gestores apresentassem resistência para a implementação.

A partir dessas análises e conclusões, este terceiro capítulo se propõe a apresentar um plano de intervenção cujo objetivo é o aprimoramento do Projeto Reforço Escolar para que sejam alcançados os resultados aos quais ele se destina. Esse Plano de Ação Educacional (PAE) está constituído de duas seções. A primeira visa à realização de ampla divulgação do Projeto, de seus objetivos e de seu potencial para auxiliar no trabalho dos docentes, com o intuito de efetivar a melhoria do desempenho dos alunos, a partir de estratégias que garantam sua frequência e assiduidade às aulas do projeto. Para isso, ela foi organizada em três subseções. A primeira voltada exclusivamente para a unidade escolar, com foco na conscientização dos coordenadores pedagógicos, gestores e docentes apresentados sobre a importância do projeto como ferramenta de recuperação de estudos.

Já a segunda discute sobre a sensibilização da família e o convencimento dos educandos sobre a importância do Projeto para a melhoria da aprendizagem.

A terceira subseção refere-se aos educadores que atuam no projeto – os dinamizadores, na qual sugere-se a realização de encontros pedagógicos para o alinhamento da proposta, além da produção de relatórios, por parte dos gestores, e direcionados aos professores dinamizadores, a fim de conhecer o perfil do aluno com o qual ele irá trabalhar.

É exposto, no quadro a seguir, um resumo das ações propostas, acompanhadas dos respectivos problemas de natureza intraescolar, administrativa ou pedagógica. A seção 3.1 cuidará do seu detalhamento.

Quadro 11: Resumo das propostas do Plano de Intervenção

Problemas identificados	Aspecto do problema	Ações propostas
Falta de incentivo da família para que os alunos participem e frequentem as aulas do reforço.	Extraescolar-Pedagógico	Sensibilizar a família para a importância do Projeto.
Pouco envolvimento da comunidade escolar para garantir a adesão e participação dos alunos no Projeto.	Intraescolar-Pedagógico	Conscientizar gestores, coordenadores pedagógicos e docentes quanto à importância do reforço.
Desconhecimento, por parte do professor dinamizador, do perfil do aluno com o qual irá trabalhar, suas dificuldades e necessidades de recuperação.	Intraescolar-Pedagógico	Elaborar, bimestralmente, um relatório de desempenho dos alunos, a ser entregue aos dinamizadores.
Falta de espaço físico nas escolas.	Intraescolar-Administrativo	Acionar o EMOP (Empresa de Obras Públicas) e liberar espaços alternativos.
Alimentação inadequada para o aluno permanecer o dia na escola.	Intraescolar- Administrativo	Acionar o grupo de gestores alimentares.

Fonte: Elaboração própria (2014).

3.1 Projeto Reforço Escolar: divulgar para expandir a participação

Este tópico foi desenvolvido com o intuito de promover e reforçar a divulgação do Projeto. Inicialmente, serão avaliadas como as ações, demandadas pela Secretaria de Educação do Rio de Janeiro chegaram às escolas, ou seja, como o Projeto foi divulgado pelos gestores. Pretende-se investigar se houve ruídos e falhas no esclarecimento dos objetivos aos atores fundamentais para sua implantação.

O levantamento realizado será fundamental, pois possibilitará maior segurança à equipe da Regional na proposição de ações corretivas, a fim de expandir as informações de forma precisa e fidedigna em todas as escolas de sua abrangência. Para tanto, foram elaboradas três ações que visam (1) ao

acompanhamento da divulgação, (2) ao envolvimento da comunidade escolar, pais e alunos, (3) à apropriação dos resultados pelos professores, buscando adaptar, de maneira mais adequada, o material recebido nas formações.

Vale ressaltar que, em relação à divulgação de políticas e ações do governo, convênios com universidades e programas desenvolvidos, a Secretaria de Estado de Educação disponibiliza as informações por meio do seu sítio eletrônico, visando à prestação de contas para a população do estado do Rio de Janeiro, embora essa prática ainda não tenha alcançado seu propósito na totalidade, como é demonstrado, nos capítulos anteriores, pela experiência percebida no Projeto.

O quadro 12 mostra um resumo das ações propostas nesta seção:

Quadro 12: Síntese das três ações propostas na seção 1

Ação 1: Compartilhando boas práticas	Informar coordenadores pedagógicos, gestores e professores.	Conscientizar gestores, coordenadores pedagógicos e docentes da importância do Projeto.
Ação 2: Reforço Escolar :Eu apoio esta ideia	Divulgar o Projeto Reforço Escolar entre alunos, pais e responsáveis.	Sensibilizar a família para a importância do Projeto.
Ação 3: Conhecendo a realidade	Elaborar bimestralmente um relatório de desempenho dos alunos e conhecer o perfil da turma atendida, contextualizando as dinâmicas às suas reais necessidades.	Trabalhar de forma mais focada com os alunos suas reais necessidades, através da adequação do material fornecido nas capacitações.

Fonte: Elaboração própria (2014).

3.1.1 Ação 1: Compartilhando boas práticas

A ação justifica-se pela necessidade de uma divulgação mais efetiva, com qualidade nas informações. Ela será dividida em três etapas, abaixo descritas, que consistem em informar sobre o Projeto aos coordenadores pedagógicos, multiplicadores nas escolas, aos gestores e professores e planejar essa troca de informações com os demais setores, otimizando gastos e compartilhando tarefas.

1º etapa: Informando coordenadores pedagógicos

Esta etapa tem por objetivo descrever o Projeto para os coordenadores pedagógicos, com esclarecimentos de dúvidas e projeção, para que eles possam se apropriar de sua estrutura e, com isso, tornarem-se multiplicadores.

Para isso, são sugeridas três ações. A primeira será a realização de uma reunião, com a duração de quatro horas, para apresentar informações precisas no auditório da Regional, realizada no primeiro dia útil de fevereiro de 2015. Nessa ocasião, será apresentada a estrutura do Projeto, o seu funcionamento, a

metodologia desenvolvida e o material utilizado. Tal encontro será promovido pela Diretora Regional Pedagógica, em conjunto com a Coordenação de Ensino e equipe do Projeto da Regional, composta por cinco articuladores.

A Coordenadora de Ensino abordará a importância do envolvimento da gestão nas atividades pedagógicas das unidades escolares, principalmente no reforço escolar, explicando sua importância como importante ferramenta para a recuperação de aprendizagem e melhoria do desempenho dos alunos.

O registro de presença nesses encontros será controlado por meio de uma lista, e as ações propostas serão registradas em uma ata de relatório, elaborada pela articuladora do Projeto na Regional, que, posteriormente, socializará as boas práticas alcançadas nas demais escolas.

Essa atividade propiciará que as informações cheguem mais rapidamente aos professores, mostrando a importância de seu teor pedagógico, lembrando que esses profissionais atuam diretamente com os docentes, que estarão em sala de aula, buscando estimular os alunos a participarem do Projeto.

A segunda ação se dará por meio de um encontro denominado “Trocando experiências exitosas”. Inicialmente, todas as escolas da Regional, independente de já terem implementado o projeto, participarão desse momento, com representação de dois professores de cada escola. Ele ocorrerá na segunda semana de fevereiro de 2015 no auditório da Regional, com os professores representantes das escolas e os coordenadores pedagógicos formados na primeira semana.

A equipe da Regional conduzirá a reunião. Os coordenadores pedagógicos, já conhecedores da funcionalidade do Projeto, apoiarão a equipe da Regional nas discussões e dúvidas, além de serem treinados para serem multiplicadores da proposta.

Posteriormente, serão expostos os resultados das avaliações em larga escala, bem como os índices educacionais alcançados pelas unidades educacionais que aderiram ao projeto e também daquelas que não aderiram em 2012. A partir disso, será promovido um debate, a fim de mostrar que, dependendo do formato do projeto, ele pode ou não agregar contribuições relevantes para a aprendizagem dos estudantes.

Finalizando o encontro, serão expostas as práticas já desenvolvidas nas escolas que implementam o projeto desde 2012. Com isso, será um alinhamento mais preciso das informações, uma vez que os docentes trabalham em várias

escolas, podendo, por isso, compartilhar as informações e experiências exitosas em suas turmas.

A terceira ação será realizada com representantes dos coordenadores pedagógicos, equipe da Regional de Coordenação de Ensino e articuladores do reforço. Eles serão responsáveis pela elaboração dos materiais para divulgação do Projeto, com uma apresentação do resultado compilado dos encontros realizados.

Será produzido um kit reforço escolar, contendo uma apresentação multimídia a ser projetada em datashow, com a exposição dos seguintes conteúdos os motivos da criação do Projeto, seus objetivos e sua metodologia. Além disso, será distribuído um guia com respostas às dúvidas e oferecidas sugestões de práticas pedagógicas que poderão contribuir nessa divulgação. Esta ação será registrada em ata e arquivada para posterior consulta.

2º etapa: Informando gestores e professores

O objetivo desta etapa é realizar reuniões nas escolas com gestores e professores para a divulgação das informações. A primeira delas será agendada para a última semana de fevereiro. O registro de presença será controlado por meio de lista, e as ações propostas arquivadas em uma ata, para que posteriormente as boas práticas alcançadas sejam trabalhadas nas demais escolas da Regional.

Os coordenadores pedagógicos serão responsáveis pelo seu direcionamento e contarão com o auxílio dos professores que participaram da formação na Regional e com o material de apoio recebido na ocasião. A reunião terá a duração de 2 a 3 horas e estendida a todo o corpo docente da unidade escolar. O coordenador pedagógico fará um estudo inicial sobre o desempenho de cada escola no ano de 2014. Em seguida, apresentará o material recebido com a proposta de desenvolvimento do projeto e da estrutura necessária para a sua implementação.

Haverá, também um momento para perguntas e respostas. Em seguida, serão demonstrados os resultados exitosos da escola, caso ela já tenha implementado o Projeto. É importante lembrar que a SEEDUC divulga regularmente em seu sítio eletrônico os bons resultados e as iniciativas positivas das instituições educacionais de todo o estado, além de anunciar os destaques em projetos, principalmente no reforço escolar.

3º etapa: Planejando o orçamento do material de divulgação

O objetivo desta etapa é planejar as despesas do material a ser utilizado na divulgação do Reforço Escolar, para que possa ser custeado, elaborado e oferecido às unidades escolares de abrangência da Diretoria Regional. Será realizada uma reunião com a Diretoria Regional Administrativa e a Diretoria Regional Pedagógica para planejamento das despesas e orçamento das ações a serem realizadas. É previsto para essas duas reuniões, um gasto em torno de R\$2.500,00, por parte da Diretoria Regional Pedagógica, visando custear lanche aos participantes, no intervalo ou no fim dos encontros, e para cobrir despesas com *cópias*, cartazes e *folders* de divulgação do Projeto, confeccionados pela Regional e distribuídos para todas as escolas.

Quadro 13: Projeto Reforço Escolar: Divulgar para expandir a adesão – Ação proposta: Informando os coordenadores pedagógicos, gestores e professores

Objetivo	Divulgar o Projeto Reforço Escolar para os diretores e professores da UE em que atuam.
Justificativa	Necessidade de que gestores e docentes estejam conscientes das propostas, objetivos e metodologia do Reforço Escolar, a fim de se tornarem multiplicadores do Projeto em suas escolas.
Dificuldades de implementação	Pouca divulgação do projeto, além da falta de conhecimento mais efetivo dos professores para participarem das atividades do projeto.
Possíveis soluções	Participação efetiva dos coordenadores pedagógicos na reunião intitulada “Compartilhando boas práticas” para que eles se tornem agentes multiplicadores de informações efetivas aos diretores e professores em suas escolas.
Proposição	I - A Diretoria Pedagógica reunirá Coordenadores Pedagógicos de todas as UEs, independente de indicação da escola para a participação no Projeto, para informá-los sobre a existência do reforço, seus objetivos e proposta pedagógica. Nesse encontro, serão discutidos pontos relevantes acerca do Projeto, com a inclusão do material utilizado nas aulas, para que os presentes possam manusear, avaliar e opinar. Além disso, serão apresentadas as práticas referentes ao Projeto e os resultados positivos das escolas da Regional e de outras Diretorias Metropolitanas. II – Os diretores e dois professores de Língua Portuguesa e Matemática das escolas que ainda não possuem o projeto serão convidados a participar de outra reunião com a Coordenação de Ensino da Regional. Nesse encontro, serão discutidos pontos relevantes acerca do reforço escolar e sua proposta de resgate da aprendizagem. Em seguida, todos serão informados acerca das metas estipuladas pela SEEDUC para a Metropolitana, escola e o Projeto, assim como os resultados obtidos por cada escola presente até aquela data. III – Os Coordenadores Pedagógicos multiplicarão as informações recebidas no encontro para toda comunidade escolar na reunião inicial das escolas.
Duração	Cada reunião durará de 2h a 3h.
Material	Material multimídia, folders e cartazes oferecidos pela Diretoria Regional para a apreciação dos professores na segunda reunião.
Como multiplicar a informação recebida?	Além do diretor, a ideia é a de que o maior fomentador para a participação da escola no Projeto seja o próprio professor, que sairá desse encontro e multiplicará a ideia em reunião pedagógica ou na sala dos professores em sua escola.
Datas previstas	1ª reunião com Coordenadores Pedagógicos: 1 e 2 de fevereiro, antes do início do ano letivo. 2ª reunião com as escolas indicadas que não aderiram ao Projeto: segunda semana de fevereiro. 3ª reunião com professores: na semana de planejamento dos docentes (preferencialmente professores que estejam na UE no dia e horário da reunião): terceira semana de fevereiro.
Atores participantes das reuniões	Diretora Regional Pedagógica, Coordenadora de Ensino, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores.
Local da reunião	Polo de Formação da Diretoria Regional: CE Francisca Jeremias.
Forma da divulgação das reuniões	Através de circulares e e-mail das escolas, dos Diretores e dos professores enviados pela Diretoria Regional. Também serão comunicados por ligações telefônicas.
Registro dos	Lista de presença das reuniões e relatórios e atas com encaminhamentos.

encontros	
Custo	Aproximadamente R\$ 2.500,00 para <i>cópias</i> , folders, cartazes e lanche a ser oferecido no intervalo ou no final das três reuniões. Esse valor será custeado pela Diretoria Regional.

Fonte: Elaboração própria (2014).

As ações realizadas na escola, envolvendo professores, diminuem a incidência não só de não adesão ao projeto Reforço Escolar, como são fundamentais para que o trabalho docente se desenvolva de forma mais produtiva. Por isso, é importante que os professores sejam informados da importância do Reforço Escolar, para que, nesses casos, encarem o Projeto como uma tarefa válida para a elevação dos resultados da escola e para o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

3.1.2 Ação 2: Reforço Escolar: Eu apoio esta ideia

Conforme apresentado no capítulo 2, inúmeras situações foram identificadas como obstáculo para a não adesão das escolas ao Projeto. Além disso, alguns professores participantes do Reforço Escolar demonstraram não ter percepção necessária sobre a importância do Projeto como uma proposta relevante para a elevação dos resultados da escola e desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Os alunos, por sua vez, eram convidados às aulas devido ao baixo rendimento. Para isso, a direção mandava comunicado aos pais, informando que eles permaneceriam um tempo maior na escola para aulas complementares. Em algumas unidades escolares, a divulgação foi feita por meio de convocação aos responsáveis dos alunos com baixo desempenho, com o intuito de que o gestor lhes repassasse as informações a respeito do Projeto. Entende-se que esta não é a forma mais adequada de divulgação do projeto, logo, deve ser um assunto a ser apresentado e debatido em reuniões com pais e professores. É importante que a família esteja ao lado da escola, incentivando seus filhos a frequentar as aulas regulares e também às do Reforço Escolar.

A elaboração de uma ação voltada exclusivamente para a participação das famílias junto à escola será bastante eficaz, a fim de que se construa uma relação de cumplicidade, com a finalidade de sensibilizá-los quanto à responsabilidade sobre

o aprendizado dos alunos. Dessa forma, espera-se garantir a frequência dos estudantes nas turmas formadas, evitando a rotatividade e garantindo a funcionalidade do Projeto.

1ª Etapa: Elaboração de reunião com pais e responsáveis dos alunos

Esta etapa tem por objetivo a elaboração de uma reunião voltada para os pais e responsáveis dos alunos de cada escola para divulgação do Reforço Escolar. Terá a duração aproximada de 2 horas e será realizada nas próprias escolas, sendo liderada pela Equipe Técnico-pedagógica, acompanhada dos professores dinamizadores, responsáveis pelas turmas do Reforço Escolar na UE. O planejamento será feito visando sensibilizar os pais para que sejam apoiadores da participação dos alunos nas aulas. No encontro serão apresentados os resultados dos alunos para os pais e responsáveis. O articulador do Reforço da Regional fará um acompanhamento da reunião.

2ª Etapa: Convocação dos pais e responsáveis

O objetivo desta etapa é realizar a convocação dos pais e responsáveis através de circular enviada pelos alunos a ser assinada por seus responsáveis. Também haverá ligações telefônicas para os casos que fiquem sem respostas. O comunicado chegará aos responsáveis com antecedência mínima de duas semanas. O encontro será realizado na primeira semana de março de 2015.

3ª Etapa: Desenvolvimento da Reunião

Esta etapa objetiva sensibilizar os pais e responsáveis acerca da importância dos alunos participarem das aulas do Reforço Escolar como diferencial para a melhoria da sua aprendizagem.

De maneira simples e objetiva, os gestores apresentarão os resultados das avaliações de larga escala, explicando sobre os índices alcançados pela escola no ano anterior e sua comparação com a média do estado. Em seguida, será apresentada, pelo professor representante da escola, a proposta do projeto, sua relevância e as experiências positivas já encontradas na Regional. Além disso, será

ressaltado como a participação nas aulas se caracteriza em mais uma oportunidade para os alunos recuperarem conteúdos nas disciplinas oferecidas pelo projeto.

Será importante desenvolver um planejamento simples, valorizando a situação da escola e dos alunos em tais avaliações, lembrando que a compreensão dos pais é diferente da dos professores e gestores. É fundamental que eles percebam os resultados como uma relevante ferramenta de diagnóstico para que, a partir deles, possam ser traçadas ações corretivas, que atenderão às necessidades dos alunos.

4ª Etapa: Registro da ação com previsão de custo

A quarta etapa tem como objetivo registrar o comparecimento dos participantes da reunião, por meio de lista de presença, assim como as ações propostas por meio de relatórios, para que, posteriormente, as boas práticas alcançadas sejam trabalhadas nas demais escolas da Regional. Esses relatórios de presença e atas confeccionadas nos encontros serão encaminhados para Diretoria Regional. Essa ação tem custo previsto de R\$ 1.000,00. Para cópias e lanche oferecido aos participantes.

Quadro 14: Projeto Reforço Escolar: divulgar para expandir a adesão – Ação proposta – “Reforço Escolar- Eu apoio esta ideia”

Ação	Sensibilizar os pais e convencer os alunos
Objetivo	- Divulgar o Projeto entre alunos, pais e responsáveis; - Garantir a presença efetiva de alunos frequentando regularmente as turmas de reforço escolar.
Justificativa	Necessidade de que a família esteja suficientemente informada sobre a relevância do Projeto para a aprendizagem dos alunos.
Dificuldades de implementação	Reunir pais, alunos e professores para discutirem o Projeto.
Possíveis soluções	- Reunião com os alunos para apresentação do Projeto. -xReunião de sensibilização de pais e responsáveis para garantir maior adesão dos alunos. - Participação dos professores que estiveram presentes à reunião com a Regional Pedagógica da Metropolitana VII e de outros professores interessados no ingresso ao Projeto.
Proposição	I – Apresentar aos pais os resultados da escola nas avaliações de larga escala, explicando os seus benefícios para o desenvolvimento de contramedidas que interfiram na melhoria do desempenho dos alunos. II – Explicar os benefícios do Projeto, ressaltando sua importância como ferramenta de recuperação de aprendizagem, além de colaborar para evolução dos resultados do SAERJ, SAERJINHO e ENEM.
Duração	2 horas.
Material:	Material em <i>Power Point</i> cedido pela Diretoria Pedagógica ou Direção da UE com os resultados das avaliações em larga escala e do IDEB de cada escola, além de folders explicativos acerca do Projeto.
Como multiplicar a informação recebida?	Solicitar aos pais a divulgação das informações e motivar os demais integrantes da comunidade. Entregar os folders e cartazes para os alunos compartilharem com os demais colegas.
Quando?	Primeira semana de março (para que o Projeto comece na segunda semana).
Local da reunião.	Nos espaços das Unidades Escolares da Diretoria Regional Metropolitana VII.
Forma da divulgação das reuniões	Circulares enviadas aos responsáveis convidando-os para reunião na escola e ligações telefônicas para a residência dos alunos.
Registro dos encontros	Lista de presença e ata da reunião.
Custo	R\$1.000,00.

Fonte: Elaboração própria (2014).

Essas ações objetivam integrar gestores, professores, alunos, pais e responsáveis, para que, juntos, possam mudar toda falta de envolvimento da comunidade escolar nas avaliações bimestrais, demonstrada pela baixa frequência nas avaliações e pelo alto índice de reprovação que vem ocorrendo nas escolas,

refletindo diretamente no baixo resultado do fluxo escolar. Vale ressaltar que, primeiramente, as ações são voltadas aos coordenadores pedagógicos e aos gestores escolares que, somente após receberem o auxílio dos profissionais da Regional, repassarão as informações recebidas aos professores, aos pais e responsáveis.

Elaborar uma ação voltada exclusivamente para as famílias é bastante eficaz, para que se construa uma relação de cumplicidade com a finalidade de sensibilizá-las para compartilharem com a escola a responsabilidade sobre o aprendizado dos alunos.

A seguir, a seção 3, complementando as duas primeiras, contempla os professores a partir da apropriação dos resultados e entendimento do Reforço como estratégia para melhoria do desempenho dos seus alunos.

3.1.3 Ação 3: Conhecendo a realidade

Essa ação objetiva melhorar os resultados da escola quanto ao desempenho do aluno, bem como oportunizar ao professor dinamizador a condição de conhecer mais um pouco da dificuldade dos seus alunos, trocando experiências não só sobre os conteúdos abordados nas dinâmicas, mas também sobre o uso e acesso à plataforma.

1º etapa: Avaliar os resultados da escola

Esta etapa tem como objetivo capacitar professores para a apropriação dos resultados e identificar as habilidades desenvolvidas pelos discentes e seus resultados alcançados, estabelecendo a correlação entre habilidade e conteúdos, para que as ações praticadas na sala de aula sejam efetivas. A motivação dos professores poderá acontecer em reuniões que proponham a análise dos resultados da escola, além da análise individual do desempenho dos alunos nas disciplinas elencadas para o projeto, identificando as habilidades em que são bem sucedidos e aquelas em que não apresentam bom resultado. Dessa forma, terão uma visão fidedigna da realidade com a qual trabalham. O intuito é que, a partir da apresentação dos resultados, os professores sintam-se motivados a participar e auxiliar em ações que busquem a melhoria da aprendizagem. Dentre elas, o Reforço Escolar se destaca como uma estratégia pedagógica para este fim.

2º etapa: Capacitar os professores que já trabalharam nos anos anteriores no Projeto

A segunda etapa de capacitação será realizada com os professores dinamizadores, que já trabalharam no projeto em anos anteriores. Ela tem como objetivo de discutir o material das dinâmicas e adequá-lo às necessidades dos alunos. Haverá uma breve explicação sobre o objetivo do trabalho e o foco do projeto. Ou seja, se no Reforço há alunos com problemas de aprendizagem, será necessário desenvolver essas atividades de modo a atender esses alunos e manter relação com seu nível de conhecimento, com o intuito de estimular o constante aprendizado. Após esse estudo, os participantes farão colocações e tirarão as dúvidas. A capacitação acontecerá em dois momentos, no mesmo dia.

Capacitação I: Reunião com os professores dinamizadores separado por disciplina. Esse encontro será ministrado num período de no máximo 2 horas pela Coordenadora de Ensino, no auditório da Regional, com uso de recursos tecnológicos já existentes tais como *data show*, *laptop*, *microfone*, etc.

Será dada continuidade ao trabalho dos formadores em relação à discussão das quatro dinâmicas a serem aplicadas no mês da capacitação. Propõe-se também a realização das oficinas para discussão e aprofundamento dos conteúdos trabalhados no Reforço Escolar. Após estes momentos, será realizada uma hora de discussão sobre os acessos à plataforma, dúvidas dos professores e novidades sobre o ambiente virtual (não é necessário que seja desenvolvida durante todo o ano. A equipe CECIERJ pode propor um planejamento para essa parte da reunião, por exemplo).

Oficina I: Analisará a importância da apropriação do professor quanto aos resultados das avaliações externas. A oficina será realizada pelo Diretor de Avaliação em conjunto com o Diretor de Gestão da Rede, ambos da sede. O transporte utilizado pelos diretores para ida à Regional será o mesmo utilizado costumeiramente pela sede quando visita escolas e regionais. Não sendo necessário custo adicional.

Oficina II: Estudará a adequação do material utilizado nas dinâmicas e sua adequação diante do grau de dificuldade dos discentes. Eles terão acesso ao relatório de desempenho dos alunos, de uma escola fictícia o que ajudaria bastante aos professores do Projeto a realizarem um trabalho mais eficiente com seus alunos. Tal relatório deve ser elaborado pela gestão pedagógica junto aos professores das turmas regulares das quais os estudantes fazem parte. Será aberto um espaço de aproximadamente uma hora com atividades que estimulem a reflexão sobre a prática docente. Nesse ponto, está o objetivo da formação continuada com vistas a não exigir dos dinamizadores que sejam apenas aplicadores de dinâmicas, mas que juntos possam pensar estratégias de trabalho para a promoção do aprendizado do aluno e para aprimorarem de forma consciente a sua prática cotidiana.

4ª Etapa: Registro da ação com previsão de custo

A quarta etapa tem como objetivo registrar o comparecimento dos participantes na reunião em uma lista de presença, já as ações propostas serão registradas através de relatórios, para que, posteriormente, as boas práticas alcançadas sejam trabalhadas nas demais escolas da Regional. Esses relatórios de presença e as atas confeccionadas nos encontros serão encaminhados à Diretoria Regional. Essa ação tem custo previsto de R\$ 1.000,00 para *cópias* e lanche oferecido aos participantes.

Portanto, espera-se que estas 3 ações, de alguma forma, juntem-se a todas as ações que vêm sendo implementadas com objetivo de aprimorar o Projeto e de garantir sua continuidade visando ao alcance de resultados eficazes para a melhoria da educação do estado do Rio de Janeiro.

Quadro 15: Ação 3: Proposta – “Conhecendo a realidade”

Ação	Formação continuada com os professores do Projeto.
Objetivo	Realizar formação continuada com os docentes que irão trabalhar no Reforço Escolar, com apropriação de resultados dos alunos, formação do seu perfil e finalidades do Projeto.
Justificativa	- Possibilitar aos dinamizadores a apropriação dos resultados das avaliações realizadas por seus alunos, conhecendo o perfil da turma e as reais necessidades dos discentes. - Capacitar os professores dinamizadores para aplicação das dinâmicas nas escolas. - Treinar para o acesso à plataforma.
Dificuldades de implementação	- Reunir todos os dinamizadores nas reuniões de formação da Regional.
Possíveis soluções	- Organização da articulação com número menor de escolas para acompanhamento mais frequente. - Estudo do material a ser trabalhado. - Disponibilização dos relatórios dos resultados das avaliações internas e externas das UEs, socializando-os com os professores dinamizadores.
Proposições	I – Análise dos resultados de uma escola fictícia para que todos possam entender a funcionalidade e importância de se repensar a prática pedagógica. II – Estudo das quatro dinâmicas a serem aplicadas no mês da formação. Uma hora de discussão sobre os acessos à plataforma, dúvidas dos professores e novidades sobre o ambiente virtual. III – Espaço para estudos de caso que estimulem a reflexão sobre a prática docente, principalmente em relação à aplicação das dinâmicas, para que possam ser pensadas estratégias de trabalho para a promoção do aprendizado do aluno e para o aprimoramento, de forma consciente, da sua prática cotidiana
Duração	5 horas.
Material-	Material em <i>Power Point</i> cedido pela Diretoria Pedagógica ou Direção da UE com os resultados das avaliações em larga escola e do IDEB de cada escola, folders explicativos e apostila produzida pela Regional, acerca do Projeto.
Como multiplicar a informação recebida?	Através dos articuladores da Regional, dos gestores e professores das escolas.
Quando?	Primeira semana (para que o Projeto comece na segunda semana de março).
Local da reunião-	Na Escola Polo da Diretoria Regional Metropolitana VII
Forma da divulgação das reuniões	- Circulares enviadas às escolas, correio eletrônico. - Sítios eletrônicos SEEDUC e Fundação CECIERJ
Registro dos encontros	- Lista de presença - Ata da reunião
Custo	R\$1.000,00

Fonte: Elaboração Própria (2014).

As ações aqui descritas são pautadas nas experiências tidas até o presente momento, com a pesquisa realizada com gestores e professores, além do acompanhamento do projeto desde sua implementação no ano de 2012.

Entre os 20 docentes que responderam ao questionário para esta pesquisa, 70% afirmaram que, apesar de bem elaboradas, as dinâmicas aplicadas nas turmas de Reforço Escolar apresentavam certo grau de dificuldade para os alunos. Ou seja, se no Projeto temos alunos com problemas de aprendizagem, é necessário elaborar atividades adequadas, mas que estejam de acordo com seu nível de conhecimento, com vistas a estimulá-los a aprender cada vez mais.

Logo, ao contrário do que pensam os docentes, não há a obrigatoriedade de cumprir 100% das atividades das dinâmicas, caso os alunos não alcancem os objetivos estipulados. Por isso, é imprescindível, que a possibilidade de flexibilidade seja informada, para que os profissionais envolvidos possam realizar seu trabalho, não só com mais liberdade, mas também com mais segurança de que estarão contribuindo para o crescimento intelectual de seus alunos.

Sendo assim, é preciso foco em relação aos objetivos dessas reuniões, para que sejam grandes oportunidades de espaços de reflexão e mudanças, o que acarretará uma transformação significativa na prática docente, melhorando desta forma o processo ensino-aprendizagem dos alunos. Pensar e discutir sobre como o trabalho do Projeto está ajudando o trabalho docente e o impacto que pode causar no aprendizado dos alunos deve ser uma ação constante no desenvolvimento desta política.

A seção dois traz, ainda, a continuação de fatores intraescolares que se caracterizavam nas pesquisas como grandes dificultadores na implementação do Projeto. Foram verificadas pela pesquisadora algumas ações de iniciativa já examinadas pela SEEDUC e a Regional como forma de resolver as pendências estruturais, físicas e administrativas, a fim de garantir que os alunos possam ter assegurados seu direito de frequentar as aulas do Reforço Escolar.

3.2 Maior estrutura e mais Projeto Reforço Escolar

Esta seção está relacionada à questão das escolas cuja infraestrutura se caracteriza como impedimento para a efetiva participação dos alunos no Projeto.

Está dividida em duas ações, a saber: A primeira ação, “Revitalizando nossos espaços” estabelece algumas decisões a serem tomadas a partir dos resultados obtidos sobre o quantitativo de turmas (Metropolitana VII), apresentados no capítulo 1. Dentre elas, a autorização de utilização das salas alternativas nas escolas em que não há espaços disponíveis para a realização das aulas de reforço. Também serão otimizados espaços para acomodar melhor os alunos e assim desfrutar do horário ampliado de forma mais confortável que propicie sua permanência na escola. A segunda ação desta seção será voltada para proposta de oferecimento de lanches para os alunos denominado: “Merenda para aulas de Reforço Escolar”. Através de parceria com os gestores alimentares, serão realizadas visitas para orientar os diretores na elaboração de um kit de merenda que poderá se tornar um incentivo para participação das aulas. Além da questão do espaço físico, outro indicativo, levantando nesta pesquisa, de que os alunos faltavam às aulas de reforço era a falta de créditos no cartão de gratuidade nos transportes (Rio Card). Sobre isso, a Diretora Regional disse que a Secretaria de Educação estava providenciando maior quantidade de créditos para os alunos cuja necessidade de transporte fosse evidente e requisito para sua participação nas aulas. Essas situações são muito específicas, pois a necessidade se faz caso não haja refeitório na UE e o aluno precise ir para sua casa para se alimentar. A maioria deles, permanecia na escola até o horário das aulas de Reforço Escolar.

Quadro 16: Proposta - Maior estrutura e mais Reforço Escolar

Ação 1: Revitalizando nossos espaços	- Parceria com coordenação de infraestrutura da Regional e inspeção escolar. - Levantamento dos espaços e adequações necessárias ao funcionamento da sala para o Projeto.	- Visitas às escolas, orientando os gestores nas adequações necessárias ao desenvolvimento do Projeto. - Encaminhamento à EMOP para reformas estruturais em caráter de urgência.
Ação 2: Merenda para as aulas de reforço escolar	- Parceria com o setor administrativo da Regional e gestores alimentares para incentivos no cardápio escolar.	- Visitas compartilhadas com os gestores alimentares para orientação aos gestores escolares sobre a preparação de merenda diferenciada para as turmas de reforço nos horários do contraturno. - Envio de ofício ao setor administrativo da SEEDUC solicitando verba extra de merenda escolar para atender às escolas com turmas do Projeto de Reforço Escolar.

Fonte: Elaboração própria (2014).

3.2.1 Ação 1: Revitalizando nossos espaços

Esta ação objetiva a otimização dos espaços escolares dando auxílio aos gestores para realizar adequações que possibilitem salas melhor estruturadas para aulas de Reforço Escolar.

1ª etapa:

Em parceria com setor de infraestrutura da Diretoria Regional, serão realizadas visitas compartilhadas com Inspeção Escolar e a Coordenação de Ensino para levantamentos de adequação de espaços, salas alternativas, orientando gestores a realizar as adequações que são pertinentes com o recurso de manutenção que cada escola recebe.

2ª etapa:

Nos casos em que as adequações são estruturais serão encaminhados relatórios para EMOP, solicitando prioridade no atendimento, a fim de que cada UE possa, em curto espaço de tempo, oferecer o Projeto a seus alunos.

3ª etapa:

A terceira etapa dessa ação já está em andamento. Mas necessita de maior estímulo para que os resultados possam ser vistos e o Projeto possa acontecer nas escolas onde não há espaço extra disponível. Enquanto a EMOP não resolve de maneira definitiva esse problema, a Diretoria Regional Metropolitana VII enviou Circular às escolas de sua área de abrangência - o Of. Circ. 84/13 - informando que a SEEDUC havia autorizado a criação de turmas de Projeto em espaços alternativos: salas de leitura, auditórios, laboratórios de informática ou outros locais que tenham mínima estrutura para uma aula possa ser ministrada. Para atender a essa demanda foi disponibilizado, no sistema, conexão os espaços permitidos a fim de que as turmas fossem criadas para atender às necessidades dos alunos.

O ofício é do dia 22 de maio de 2013, sendo assim, as escolas os enviavam indicando o espaço alternativo, e o articulador da Regional ratificava a solicitação, a autorização e a criação de turmas do Reforço.

Em dezembro de 2014, será realizado novo levantamento e solicitação de novos espaços de acordo com a infraestrutura de cada escola. Também serão solicitados espaços próximos da escola que possam servir como anexo para a realização das aulas, desde que acompanhados pela gestão escolar.

Quadro 17: Proposta: Revitalizando nossos espaços

Ação	Levantamento de espaços alternativos para funcionamento do Reforço Escolar.
Objetivo	Realizar parceria com a coordenação de infraestrutura da Regional e inspeção escolar a fim de agilizar a adequação de espaços alternativos para funcionamento do Projeto.
Justificativa	Muitas escolas não aderiram ao Projeto por não terem salas em funcionamento no contraturno.
Dificuldades de implementação	Realizar as visitas compartilhadas com os setores pertinentes a essa ação.
Possíveis soluções	- Agendar as visitas com os responsáveis da infraestrutura e inspeção escolar. - Elaborar relatórios com as sugestões de adequações e encaminhar à EMOP.
Proposições	I – Em parceria com o setor de infraestrutura e inspeção escolar, visitar as escolas, orientando os gestores nas adequações necessárias ao desenvolvimento do projeto. II – Encaminhar à EMOP um relatório para as reformas estruturais em caráter de urgência, dando prioridade às escolas que não têm turmas de Reforço Escolar. III – Solicitar, por meio de Circular, a indicação de espaços alternativos sugeridos pelas escolas e ratificados pelo articulador da Regional.
Duração	Duas semanas.
Material	Será utilizado o carro oficial para as visitas, disponibilizado nas Diretorias Regionais.
Como multiplicar a informação recebida?	Através dos articuladores da Regional e dos gestores
Quando	Primeira semana de maio.
Local	Escolas que ainda não implementaram ou querem expandir o número de turmas.
Forma da divulgação das reuniões	Circulares enviadas às escolas por meio de correio eletrônico.
Custo	R\$2.000,00

Fonte: Elaboração própria (2014).

Em virtude de algumas UEs possuírem uma demanda maior do que o espaço comporta, as questões estruturais sempre se apresentam como dificultosas em alguns projetos que a escola precisa desenvolver. A proposta apresentada mostra que a SEEDUC tem buscado iniciativas para resolver tais pendências físicas e estruturais. Torna-se fundamental, portanto, um olhar mais pedagógico por parte da gestão para que todos os espaços possíveis sejam aproveitados e otimizados com atividades voltadas para o discente.

3.2.2 Ação 2: Merenda para as aulas de Reforço Escolar

Esta ação será importante na composição desse conjunto de medidas que objetiva a expansão do Projeto nas escolas da Diretoria Regional Metropolitana VII. Sabe-se que a merenda escolar é imprescindível para que os alunos frequentem às aulas e tenham melhor êxito na sua aprendizagem. Assim, pretende-se dar maior suporte aos educandos, além de contribuir para melhoria dos cardápios escolares.

1ª etapa: Sugestões de lanches

Neste momento da ação será necessário realizar parceria com os gestores alimentares da SEEDUC e visitas compartilhadas no mesmo dia em que o grupo que cuida da parte de alimentação estará nas escolas. Eles orientarão os diretores sobre como oferecer a merenda seca para as turmas de reforço nos dias das aulas do Projeto. Tal ação estará acompanhada do esclarecimento da importância de estar bem alimentado durante as aulas, o que caracteriza uma importante forma de estímulo.

É relevante ressaltar que a coordenação financeira informou aumento da verba de merenda para as escolas que tivessem alunos enturmados nas aulas do Projeto.

2ª etapa: Implementando sugestões de lanches

Esta etapa objetiva a implementação de lanches destinados aos alunos do reforço escolar. Será entregue para cada escola uma lista com sugestão de kits de lanche para distribuição na saída das aulas. Além disso, considera-se indispensável durante as aulas a disponibilização de biscoitos, sucos e água, para que o educando não precise sair da aula durante aquele período, lembrando que cada turma tem duas aulas semanais de 50 minutos. As escolas terão disponível verba extra de R\$0,40 por aluno para cumprir às exigências do cardápio diferenciado.

Quadro 18: Proposta: Merenda para as aulas de reforço escolar

Ação	Levantamento de sugestões de lanches a ser oferecido na escola.
Objetivo	Realizar parceria com a coordenação financeira e gestores alimentares, a fim de organizar um cardápio de merenda seca para oferecer aos alunos durante as aulas do Projeto no contraturno das escolas.
Justificativa	Muitos alunos não dispõem de dinheiro para a compra de lanches. As escolas servem refeições nos seus turnos escolares. Porém, o aluno que permanece na escola precisa de uma merenda diferenciada, durante o horário em que se encontra no Projeto.
Dificuldades de implementação	Realizar as visitas compartilhadas com os setores pertinentes a essa ação.
Possíveis soluções	- Agendar com os responsáveis da coordenação financeira e gestores alimentares os dias de visitas para cada Unidade Escolar. - Elaborar cardápio com as sugestões de merenda seca a ser servida no horário das aulas do reforço escolar.
Proposições	I – Em parceria com o setor de coordenação financeira e gestão alimentar, visitar as escolas, orientando os gestores na elaboração de cardápio diferenciado para servir aos alunos durante às aulas no projeto. II – Encaminhar à SEEDUC sugestões de cardápio de merenda seca para aprovação e disponibilizar às escolas que integram o Projeto. III – Solicitar, por meio de ofício encaminhado pela Diretoria Regional, verba extra de merenda para as escolas com número grande de alunos no Reforço Escolar.
Duração	Duas semanas.
Material	Será utilizado o carro oficial para as visitas (disponibilizado nas Diretorias Regionais).
Como multiplicar a informação recebida?	Através dos articuladores da Regional e dos gestores alimentares da SEEDUC.
Quando	Primeira semana de março.
Local	Todas as escolas que possuem turmas de Reforço Escolar.
Custo	R\$2.000,00

Fonte: Elaboração própria (2014).

Deve-se ressaltar que todas as propostas indicadas anteriormente atendem à necessidade de aprimoramento relatada pelos entrevistados. Este PAE se propôs a apontar caminhos para a aperfeiçoamento do Projeto, além de apresentar algumas medidas para aprimorar ainda mais a implementação dessa política. A importância de sempre buscar soluções que possam contribuir positivamente na educação deve

ser a meta de qualquer educador que deseja que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma segura.

Assim, esta proposta de intervenção tem a finalidade de servir para que o sucesso do Projeto seja efetivo, aumentando sua expansão na Regional, garantindo a participação dos alunos. Com isso, acredita-se que ele possa ter continuidade, a fim de que os resultados de aprendizagem dos discentes possam ser melhorados, havendo, assim, maior qualidade na educação das escolas pertencentes ao estado do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado objetivou analisar o Projeto Reforço Escolar, implementado pela SEEDUC/ RJ no ano de 2012 e teve como foco a Diretoria Regional Metropolitana VII por meio da análise de duas escolas. O intuito foi desenvolver um plano de ação a partir da identificação das dificuldades que os gestores encontraram para adesão e implementação do Projeto.

No capítulo 1, foram destacadas as mudanças implementadas pela Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro, que transformou sua estrutura básica de Coordenadorias Regionais em Diretorias Regionais, o que refletiu na substituição do modelo de gestão, que passou a ser dividida entre duas diretorias: Diretoria Administrativa e Diretoria Pedagógica. Além disso, foi apresentada a Regional Metropolitana VII e as duas escolas investigadas bem como sua caracterização, localização, quantitativo de escolas, alunos e modalidades de ensino oferecidas.

O capítulo 2 analisou os dados obtidos por meio dos questionários aplicados aos professores dinamizadores e das entrevistas concedida pelos gestores das escolas. Foram constatados pontos divergentes entre a opinião dos professores e as ações propostas pela Secretaria de Educação, o que aponta para a necessidade de unificação dos discursos, além da melhor divulgação dos objetivos e do funcionamento do Projeto em toda a rede. Também foram analisados os fatores extraescolares e intraescolares que afetaram a implementação do projeto ou contribuíram para a adesão parcial e levantadas as questões referentes à sua estrutura física e falta de merenda para os alunos, que se caracterizaram como forma de impedimentos para que o Projeto ocorresse de forma efetiva em algumas escolas da rede.

No capítulo 3, foi apresentado o Plano de Ação Educacional (PAE), elaborado a partir dos dados coletados e analisados, com a proposição de estratégias de divulgação do Projeto, além do reforço da ideia de participação mais efetiva dos pais na vida escolar dos alunos e de sugestões para o aprimoramento da metodologia do Projeto.

Possivelmente, por ainda não ter sido avaliado, o projeto ainda está em fase de teste, havendo grande dificuldade de conseguir documentos institucionais, por parte da SEEDUC.

Houve também a constatação de que as capacitações mensais para os docentes precisam se configurar como espaços de reflexão da prática pedagógica para que os professores tenham autonomia pedagógica e não se restrinjam a, simplesmente, reproduzir dinâmicas pré-definidas nos encontros de formação. Tal postura reforça a necessidade das trocas de experiências entre pares, valoriza o saber do professor e contribui com o aprendizado dos alunos. Outra questão importante a ser destacada nos questionários aplicados aos professores é a necessidade de que a gestão pedagógica informe aos docentes do Projeto o perfil da turma com a qual trabalharão através do relatório de desempenho do aluno.

Sendo o Reforço Escolar um projeto piloto, acredito que todos, principalmente a SEEDUC, tenham interesse em conhecer as falhas apontadas por este PAE. Entretanto, avalia-se a importância de oportunizar aos alunos o acesso a essa política pública, ampliando a adesão em todas as escolas pelo fato do projeto apresentar condições pedagógicas de ser mais um instrumento para a qualidade da educação do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 42.838, 04 de fevereiro de 2011. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 7 fev. 2011.

_____. **História da Prova Brasil e do Saeb**. 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/historico>>. Acesso em: 28 mai. 2013.

_____. Lei nº 9.396, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnologia.

CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil. In: CAVALIERE, A. M.; COELHO, L. M. **Educação brasileira em tempo integral**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAEd/ UFJF. **Resultados SAERJ 2011**. Disponível em: <<http://www.saerj.caedufjf.net/externa/selecao.faces>>. Acesso em: 15 out. 2013.

CECIERJ - Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro. **Projeto SEEDUC – Reforço Escolar**. 2012. Disponível em: <<http://projetoseeduc.CECIERJ.edu.br/principal/reforco-escolar.php>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a Caixa- **Elementos para melhor compreender a análise das Políticas Públicas**. Disponível em: <www.ppgp.caedufjf.net>. Acesso em: 05 de setembro de 2011.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em Pesquisas Qualitativas. **Educar**, Curitiba: Editora UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). **Formação continuada e gestão da educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006 (Coleção Leitura).

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. rev. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p 33-34.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai-ago, 2006.

INEP/IDEB - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Ministério da Educação e Cultura. **IDEB – Resultados e Metas**. 2012. Disponível em: <<http://ideb.inep/MEC.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

Burgos, Marcelo Baumann. A Constitucionalização da Escola Pública: Notas para uma agenda de pesquisa. **Boletim Cedes**, maio/junho 2009.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação e Cultura. 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

la educación en América Latina. LÓPEZ, N. (Coord.). IIPE/UNESCO: Buenos Aires, 2009.

LUCK, Heloísa. **Dimensão da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Educacenso**. Disponível em: <<http://educacenso.inep.gov.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2013

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 27 set. 2013.

MINAS GERAIS. **Medidas de proficiência**. 2012. Disponível em: <<http://www.portalavaliacao.caeduff.net/pagina-exemplo/medidas-de-proficiencia/>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

NÓVOA, Jorge. O pensamento pedagógico. In: _____. **Incontornável Marx**. São Paulo: UNESP, 2007. p. 303.

PARO. Vitor Henrique. **A utopia da gestão escolar democrática**. Cad. Pesq.[online]. 1987, n.60, pp. 51-53. ISSN 0100-1574. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n60/n60a07.pdf>> Acesso em 30 out. de 2012.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Televisão e Escola: Conflito ou Cooperação**. São Paulo: Cortez, 1991.

RIO DE JANEIRO. **Diário Oficial do Rio de Janeiro**. 2013. Parte I, 21. Disponível em: <<http://www.diariooficialrj.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

RIO DE JANEIRO. **PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais** – Ensino Médio. Brasília Ministério da Educação, 1999. Projeto Reforço Escolar 2012. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=909407>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Planejamento estratégico da SEEDUC**. 2011. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=374683>>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Plano Estadual de Educação: objetivos e metas para reinventar a educação no nosso estado**. 2010. Disponível em: <<http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/especial.asp?EditeCodigoDaPagina=3435>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Reforço Escolar**. Alunos, professores de Língua Portuguesa e Matemática, e gestores podem participar do projeto. 2012b. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=909407>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

_____. **Reforço Escolar: Manual**. 2013. Disponível em <http://projetoseeduc.CECIERJ.edu.br/principal/download/Miolo_manual_projeto_reforco_CECIERJ.pdf> Acesso em 14/08/2013.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Conheça a Secretaria de Estado da Educação (SEEDUC)**. 2012. Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc>>. Acesso em: 20 ago. 2013

WERNECK, Hamilton. **A nota prende, a sabedoria liberta**. São Paulo: DP&A, 2000^a.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Questionário aplicado aos professores da Regional Metropolitana III participantes do Projeto Reforço Escolar

Instrumento de coleta de dados

Universidade Federal de Juiz de Fora

Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública

Prezado professor dinamizador,

Este questionário refere-se a uma pesquisa de Dissertação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os dados aqui obtidos servem, única e exclusivamente, para fins de pesquisa científica. Dessa forma, solicito sua colaboração, fornecendo respostas às questões abaixo, ressaltando que sua identidade e sigilo quanto ao conteúdo respondido serão garantidos.

.

Professor: _____

1. Sexo

- ☐ Feminino.
- ☐ Masculino.

2. Idade:

- ☐ até 25 anos.

- ☐ até 30 anos.
- ☐ até 35 anos.
- ☐ até 40 anos.
- ☐ até 45 anos.
- ☐ até 50 anos.
- ☐ mais de 50 anos.

3. Tempo no magistério estadual:

- ☐ até 10 anos.
- ☐ até 20 anos.
- ☐ até 30 anos.

4- Você é professor de qual disciplina:?

- ☐ Língua Portuguesa.
- ☐ Matemática.

5- Você conhece o Projeto Reforço Escolar?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

Caso sua resposta seja afirmativa, passe à próxima pergunta:

6- Como você obteve informação sobre o projeto?

- ☐ O diretor de minha escola me informou.
- ☐ Vi o cartaz com a divulgação do projeto em minha escola.
- ☐ Vi no site da SEEDUC.
- ☐ Outros.

7 - Você tem clareza dos objetivos da criação do Projeto Reforço Escolar?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

7.1 - Se respondeu positivamente à questão anterior, cite um dos objetivos que conhece que justifique sua criação.

8 - Você acredita na eficiência do Projeto para a melhoria do desempenho dos alunos nele inscritos?

☐ Sim.

☐ Não.

8.1-Se não, por quê?

9 – Qual o motivo que levou sua escola a não participar do Projeto Reforço Escolar?

☐ Alcançou as metas nas avaliações de larga escala (SAEB e SAERJ).

☐ A direção não se interessou por sua implementação, mesmo a escola apresentando baixos resultados nas avaliações..

☐ Não havia sala de aula disponível.

☐ Nenhum professor ficou interessado em participar.

☐ Desconheço o motivo.

☐ Outros. Qual: _____

10- O que levou você a não participar do Projeto?

☐ Não tenho horário disponível.

☐ Não acredito no projeto.

☐ Não consegui escola para trabalhar.

☐ Outro. Qual: _____

.

- Responda à próxima questão caso tenha marcado a primeira ou a terceira opção na questão 10.

11- Caso sua carga horária não estivesse completa ou conseguisse vaga em alguma escola, você estaria disposto(a) participar do Projeto?

- ☐ Sim, pela remuneração.
- ☐ Sim, pois acredito que ele beneficia o aprendizado dos alunos.
- ☐ Sim, pois quero contribuir para que minha escola alcance as metas do IDEB.
- ☐ Outro. Qual: _____

Para aqueles que marcaram a segunda opção na questão 10

- ☐ Pois o projeto não traz benefícios relevantes à aprendizagem do aluno.
- ☐ Porque o projeto não funciona adequadamente.
- ☐ Pois me falta disponibilidade de tempo devido a outros afazeres.
- ☐ Outro. Qual: _____

12- Você conhece o material didático utilizado no Projeto?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

Caso tenha respondido sim, passe à próxima pergunta.

13 - Em sua opinião, o material didático atende aos objetivos do Projeto, capacitando os alunos a melhorarem sua aprendizagem?

- ☐ Sim. Ele está bem alinhado ao nível de conhecimento dos alunos inscritos para as aulas de reforço.
- ☐ Não. Apesar de bem elaboradas, as atividades apresentam certo grau de dificuldade para os alunos.

14 - Sobre a seleção e organização do material didático e sua distribuição nas aulas de reforço (oito dinâmicas ao longo de oito semanas), você avalia que

- ☐ a metodologia impõe um ritmo muito acelerado para o aluno, sendo necessário uma adaptação da sequência didática, planejada para as oficinas, e um adiamento no atendimento aos objetivos da oficina.
- ☐ a metodologia proposta pode ser facilmente aplicada às oficinas com os alunos em reforço, de modo a serem alcançados os objetivos propostos.

17 - Sua turma no ensino regular tem, em média, quantos alunos matriculados?

- ☐ até 20.
- ☐ até 30.
- ☐ até 40.
- ☐ até 50.

18- Quantos alunos em média frequentam às aulas do Reforço Escolar?

- ☐ até 10.
- ☐ até 20.
- ☐ até 30.
- ☐ até 40.

19 - Quais as maiores dificuldades apresentadas por seus alunos para frequentar às suas aulas?

- ☐ Eles não gostam da disciplina.
- ☐ Eles têm dificuldades em entender a disciplina.
- ☐ Eles têm dificuldade de chegar na escola.
- ☐ Os pais não incentivam a frequência nas aulas.

20 - Em sua opinião o que dificulta a realização do projeto em sua escola?

- ☐ Nada dificulta.
- ☐ Há dificuldades

Em relação à gestão da escola: _____

Em relação à estrutura da escola: _____

Em relação aos alunos: _____

21 - Em sua opinião o que beneficiaria a realização do projeto em sua escola?

- ☐ Nada beneficiaria.
- ☐ Há benefícios. Quais? _____

22 – Como a escola se articulou para avaliar a implementação do Projeto Reforço Escolar?

23- Deixe suas observações para melhoria do Projeto:

Apêndice 2 – Roteiro e transcrição de entrevista com a gestora da escola que aderiu ao projeto

Vanderléa - Entrevista com a Gestoras das Escolas A sobre o processo de implantação do Reforço Escolar na escola em que ela gerencia.

- 1 - Como a Seeduc apresentou o Projeto Reforço Escolar para os diretores da escola?
- 2 - Você conhece o desenho do projeto? Poderia explicar como funciona no cotidiano escolar?
- 3 - Para aderir ao projeto houve reunião com os pais, alunos e professores do colégio?
- 4 - O corpo docente participou do processo de implementação do Projeto na escola? Como foi sua recepção? Houve aceitação do corpo docente para que a escola aderisse a ele?
- 5 - Os professores da escola são os dinamizadores?
- 6 - Havia espaço físico adequado e sala disponível para utilização das turmas? Descreva.
- 7 - Sua escola apresentou dificuldades na formação das turmas no contraturno?
- 8 -O que a gestão tem feito para solucionar a falta de merenda e de transporte gratuitos e garantir a permanência dos alunos no projeto?

9 - O Projeto é uma parceria da SEEDUC com a Fundação CECIERJ. Como você a avalia ?

10 - Você teve contato com o material utilizado pelos dinamizadores? Você acha que ele atende aos requisitos necessários para o resgate das competências e habilidades?

11 - Você já observou se houve melhora no desempenho dos alunos que participaram do Projeto Reforço Escolar?

12 - Quantos alunos participaram do Projeto nos anos de 2012 e 2013?

13 - Faça suas considerações sobre Projeto Reforço Escolar.

Apêndice 3 - Entrevista com a gestora da escola B que não aderiu ao Projeto Reforço Escolar

1 - Como a Seeduc apresentou o Projeto Reforço Escolar para os diretores da escola?

2 - Você conhece o desenho do Projeto? Poderia explicar como ele funciona no cotidiano escolar?

3 - Para aderir ao Projeto houve reunião dos pais, alunos e professores do colégio?

4 - O corpo docente participou do processo de implementação do projeto na escola? Como foi sua recepção? Houve aceitação do corpo docente para que a escola aderisse a ele?

5 - Há professores da escola que são dinamizadores em outras Unidades Escolares?

6 - Havia espaço físico adequado e sala disponível para utilização das turmas?

7 - Sua escola foi indicada para o Reforço Escolar? Em caso positivo, esclareça os motivos.

8 - O projeto é uma parceria da SEEDUC com a Fundação CECIERJ. Como você a avalia ?

9 - Você teve contato com o material utilizado pelos dinamizadores? Acha que ele atende aos requisitos necessários para o resgate das competências e habilidades dos anos de escolaridade anteriores?

10 -. O que a escola tem feito para recuperar os alunos com baixo desempenho?

11 - Faça suas considerações sobre Projeto Reforço Escolar?